

**UNIVERSIDADE ESTADUAL PAULISTA
JÚLIO DE MESQUITA FILHO**

Faculdade de Ciências e Letras – Campus de Araraquara
Programa de Pós-Graduação em Lingüística e Língua Portuguesa

**UM ESTUDO SEMÂNTICO-DISCURSIVO SOBRE O
EMPREGO DO PRESENTE DO INDICATIVO NO
PORTUGUÊS DO BRASIL**

Marcos José Fatori

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Lingüística e Língua Portuguesa da Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho, como parte dos requisitos para obtenção do título de Doutor em Lingüística e Língua Portuguesa.

Área de concentração: Análise fonológica, morfossintática, semântica e pragmática.

Araraquara
2010

Orientadora:

**Profa. Dra. Odette Gertrudes Luiza Altmann de
Souza Campos**

**À minha mãe (*in memoriam*), presente
omnitemporal;**

**Aos meus amigos e familiares, presente
durativo contínuo.**

AGRADECIMENTOS

À minha orientadora, Profa. Dra. Odette Gertrudes Luiza Altmann de Souza Campos, pelo incentivo constante e por ter sido sempre atenciosa e criteriosa em suas orientações.

À Profa. Dra. Ângela Cecília de Souza Rodrigues e à Profa. Dra. Rosane de Andrade Berlinck pelos valiosos comentários e sugestões quando da realização da qualificação.

Aos funcionários do Programa de Pós-Graduação em Lingüística e Língua Portuguesa, que sempre se mostraram atenciosos para comigo.

Ao Serginho, por autorizar minha saída do trabalho durante meu horário de expediente para cursar as disciplinas do doutorado.

Aos meus amigos Jamil, Sérgio, Regina, Vera, Jussara e Luciane, pela paciência e apoio constante.

À minha sobrinha Daniela, pela colaboração durante a realização desta pesquisa.

Finalmente, a meus demais amigos e familiares, que me apoiaram em mais essa empreitada.

RESUMO

A presente pesquisa tem por objetivo analisar o emprego do presente do indicativo no português do Brasil, sob uma perspectiva semântico-discursiva. Seu propósito principal é analisar, num *corpus* constituído de diversos gêneros discursivos, tanto da modalidade escrita como da oral, os valores semânticos do presente do indicativo, bem como o contexto em que ele é empregado. Pretende-se verificar ainda se o que propicia o seu emprego é o gênero discursivo (editorial, artigo de opinião, crônica literária, etc.) ou as sequências textuais (sequência descritiva, narrativa, argumentativa, etc.) das quais esses gêneros são compostos. Além disso, objetiva-se averiguar se há alguma relação entre o presente do indicativo e os tipos de verbos (ação, processo, ação-processo e estado). Na realidade, busca-se aqui verificar se o presente do indicativo realmente possui maior afinidade com os verbos de estado, conforme constatou Fatori (2006) em pesquisa anteriormente realizada, ou se o fator condicionador da seleção do tipo verbal está atrelado aos diversos valores semânticos que esse tempo verbal pode assumir. A pesquisa estabelece suas bases fundamentalmente sobre os trabalhos de Weinrich (1964), segundo o qual a principal função dos tempos verbais é situar o interlocutor no processo comunicacional, e de Corôa (1985), que analisa os tempos verbais sob uma perspectiva semântica.

Palavras-chave: Tempo verbal, presente do indicativo, valor semântico, gêneros discursivos, sequências textuais.

ABSTRACT

The purpose of this research is to analyze the use of the present of the indicative in the Portuguese language spoken in Brazil in a semantic discursive perspective. The main aim of this work is to analyze the semantic values that the present of the indicative assumes, as well as the context in which it is used, in a group of different discursive genders, from both written and spoken modalities. Besides we intend to verify if what promotes its use is the discursive gender (editorial, opinion article, chronicles, etc.) or the textual sequences (descriptive sequence, narrative sequence, argumentative sequence, etc.) that compose the discursive genders. We also intend to verify if there is any relation between the present of the indicative and the types of verbs used with this tense. In fact, our purpose is to observe if the present of the indicative really has more affinity with the state verbs, as noticed by Fatori (2006) in research previously done, or if what promotes the selection of the verbal type is linked to the different semantic values that the present of the indicative can assume. As theoretical basis for the analysis, we use the researches of Weinrich (1974) and Côroa (1985).

Key-words: Tense, present of the indicative, semantic value, discursive genders, textual sequences.

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 – Número de ocorrências de tempos verbais, locuções verbais, formas nominais e modos encontrados em TE 1, TE 2 e TE 3.....	160
Tabela 2 - Número de ocorrências de tempos verbais, locuções verbais, formas nominais e modos encontrados em TE 4, TE 5 e TE 6.....	161
Tabela 3 - Número de ocorrências de tempos verbais, locuções verbais, formas nominais e modos encontrados em TE 7, TE 8 e TE 9.....	162
Tabela 4 - Número de ocorrências de tempos verbais, locuções verbais, formas nominais e modos encontrados em TE 10, TE 11e TE 12.....	163
Tabela 5 - Número de ocorrências de tempos verbais, locuções verbais, formas nominais e modos encontrados em TE 13, TE 14 e TE 15.....	164
Tabela 6 - Número de ocorrências de tempos verbais, locuções verbais, formas nominais e modos encontrados em TE 16, TE 17 e TE 18.....	165
Tabela 7 - Número de ocorrências de tempos verbais, locuções verbais, formas nominais e modos encontrados em TE 19, TE 20 e TE 21.....	166
Tabela 8 - Número de ocorrências de tempos verbais, locuções verbais, formas nominais e modos encontrados em TF 1, TF 2 e TF 3.....	167
Tabela 9 - Número de ocorrências de tempos verbais, locuções verbais, formas nominais e modos encontrados em TF 4, TF 5 e TF 6.....	168
Tabela 10 - Número de ocorrências de tempos verbais, locuções verbais, formas nominais e modos encontrados em TF 7, TF 8 e TF 9.....	169
Tabela 11 - Número de ocorrências de tempos verbais, locuções verbais, formas nominais e modos encontrados em TF 10, TF 11 e TF 12.....	170
Tabela 12 – Número de ocorrências de tempos verbais encontrados em entrevistas do Projeto NURC.....	172
Tabela 13 – Número de ocorrências de cada grupo semântico empregado em cada gênero discursivo.....	173
Tabela 14 – Número de ocorrências de cada grupo semântico empregado em TF 4, TF 5 e TF 6.....	177
Tabela 15 – Número de ocorrências de cada valor semântico empregado em cada gênero discursivo.....	180

Tabela 16 – Número de ocorrências de cada tipo de verbo empregado com cada um dos grupos semânticos..... 182

Tabela 17 – Número de ocorrências de cada tipo de verbo empregado com cada um dos valores semânticos..... 187

Tabela 18 – Porcentagem de ocorrências de presente do indicativo empregado nas seqüências textuais..... 190

Tabela 19 – Número de ocorrências de cada valor semântico empregado com cada uma das seqüências textuais..... 192

LISTA DE GRÁFICOS

- Gráfico 1** – Porcentagem relativa ao número de ocorrências de cada grupo semântico empregado em cada um dos gêneros discursivos..... 174
- Gráfico 2** – Porcentagem relativa ao número de ocorrências de cada grupo semântico empregado em cada um dos gêneros discursivos..... 175
- Gráfico 3** – Porcentagem relativa ao número de ocorrências de cada grupo semântico empregado em TF 4, TF 5 e TF 6..... 177
- Gráfico 4** – Porcentagem relativa ao número de ocorrências de cada tipo de verbo empregado com cada um dos grupos semânticos..... 183
- Gráfico 5** – Porcentagem relativa ao número de ocorrências de verbos dinâmicos e estativos empregados no grupo perfectivo..... 184
- Gráfico 6** – Porcentagem relativa ao número de ocorrências de verbos dinâmicos e estativos empregados no grupo modal..... 185
- Gráfico 7** – Porcentagem de ocorrências de presente do indicativo empregado nas seqüências textuais..... 190

LISTA DE ABREVIações

MODALIDADES DA LÍNGUA:

TE: Texto escrito

TF: Texto falado

TEMPOS VERBAIS:

Pres. Ind.: Presente do indicativo

Imp. Ind.: Imperfeito do indicativo

Perf. Ind.: Perfeito do indicativo

GÊNEROS DISCURSIVOS:

EFSP: Editoriais do jornal *Folha de São Paulo*

EGMe: Editoriais do jornal *Gazeta Mercantil*

ArOp: Artigos de opinião

CrLi: Crônicas literárias

Rese: Resenhas

ArCi: Artigos científicos

Manc: Manchetes

EIFo: Elocuções formais

DiID: Diálogos entre informante e documentador

Entr: Entrevistas

NaFu: Narrativas de futebol

SEQÜÊNCIAS TEXTUAIS:

D. Trans.: Seqüência dialogal transacional

D. Fática: Seqüência dialogal fática

VALORES SEMÂNTICOS DO PRESENTE DO INDICATIVO:

PDuC: Presente durativo contínuo

PHiP: Presente histórico pontual

PAdv: Presente adverbial

PCoA: Presente condicional Atemporal

PFut: Presente futuro

POmn: Presente Omnitemporal

PCen: Presente cênico

PCit: Presente da citação

PDuD: Presente durativo descontínuo

PMom: Presente momentâneo

PDef: Presente da definição

PDeP: Presente da descrição de processos

PJor: Presente jornalístico

PIlu: Presente da ilustração

PImp: Presente imperativo

PHiD: Presente histórico durativo

PCoD: Presente condicional durativo

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	14
2 OS GÊNEROS DISCURSIVOS E OS TIPOS TEXTUAIS.....	20
2.1 Os gêneros sob uma perspectiva sócio-discursiva.....	21
2.2 Os tipos textuais.....	26
2.2.1 Seqüência dialogal.....	26
2.2.1.1 Seqüência dialogal fática.....	27
2.2.1.2 Seqüência dialogal transacional.....	27
2.2.2 Seqüência descritiva.....	27
2.2.3 Seqüência narrativa.....	29
2.2.4 Seqüência explicativa.....	30
2.2.5 Seqüência argumentativa.....	31
2.2.6 Seqüência injuntiva.....	32
3 O TEMPO	35
3.1 O registro do tempo.....	36
3.2 O tempo para a Física Moderna.....	38
3.3 O tempo e as culturas.....	41
3.4 O tempo para as Ciências da Linguagem.....	43
3.5 O tempo verbal.....	49
3.5.1 Tempo, modo e aspecto.....	51
3.6 Os tempos verbais sob a perspectiva de Reichenbach.....	55
3.7 Os tempos verbais segundo uma perspectiva discursiva.....	60
3.7.1 A atitude comunicativa.....	61
3.7.2 A perspectiva de locução.....	64
3.7.3 O relevo.....	66
4 O PRESENTE DO INDICATIVO	69
4.1 A visão da gramática tradicional	70
4.2 A visão da Lingüística	83

5 ANÁLISE DOS DADOS	109
5.1 Metodologia.....	109
5.2 O <i>corpus</i>.....	110
5.2.1 Modalidade escrita.....	111
5.2.2 Modalidade falada.....	113
5.3 Descrição das variáveis.....	114
5.4 Análise semântica das ocorrências encontradas no <i>corpus</i>.....	117
5.4.1 Presente <i>perfectivo</i>.....	117
<u>5.4.1.1 Presente <i>momentâneo</i>.....</u>	117
<u>5.4.1.2 Presente <i>histórico pontual</i>.....</u>	122
<u>5.4.1.3 Presente <i>futuro</i>.....</u>	125
<u>5.4.1.4 Presente <i>adverbial</i>.....</u>	127
5.4.2 Presente <i>imperfectivo</i>.....	130
<u>5.4.2.1 Presente <i>durativo contínuo</i>.....</u>	130
<u>5.4.2.2 Presente <i>durativo descontínuo</i>.....</u>	133
<u>5.4.2.3 Presente <i>histórico durativo</i>.....</u>	139
<u>5.4.2.4 Presente <i>condicional durativo</i>.....</u>	141
5.4.3 Presente <i>atemporal</i>.....	142
<u>5.4.3.1 Presente <i>omnitemporal</i>.....</u>	143
<u>5.4.3.2 Presente <i>da definição</i>.....</u>	146
<u>5.4.3.3 Presente <i>da citação</i>.....</u>	147
<u>5.4.3.4 Presente <i>da ilustração</i>.....</u>	148
<u>5.4.3.5 Presente <i>cênico</i>.....</u>	149
<u>5.4.3.6 Presente <i>condicional atemporal</i>.....</u>	151
<u>5.4.3.7 Presente <i>da descrição de processos</i>.....</u>	153
5.4.4 Presente <i>modal</i>.....	154
<u>5.4.4.1 Presente <i>imperativo</i>.....</u>	155
<u>5.4.4.2 Presente <i>jornalístico</i>.....</u>	156
5.5 Análise estatística das ocorrências encontradas no <i>corpus</i>.....	158
5.5.1 O emprego do presente do indicativo em relação aos demais tempos verbais.....	159
5.5.2 Os valores semânticos do presente do indicativo e os gêneros discursivos.....	172
5.5.3 Os valores semânticos do presente do indicativo e os tipos de verbo..	182

5.5.4 Os valores semânticos do presente do indicativo e as seqüências textuais.....	189
6 CONSIDERAÇÕES FINAIS	195
7 REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	201

1 INTRODUÇÃO

A presente pesquisa tem por objetivo analisar o emprego do presente do indicativo no português do Brasil, sob uma perspectiva semântico-discursiva, dando continuidade ao trabalho que desenvolvemos durante o curso de mestrado, no qual se examinou o uso desse tempo verbal em quatro entrevistas com enfoque em história de vida.

A escolha do presente do indicativo como objeto desta pesquisa deve-se basicamente a três razões.

Num primeiro momento, o que nos chamou a atenção para esse tempo verbal foi sua versatilidade. É incontestável que, em virtude de ser utilizado para expressar tanto o presente como o passado e o futuro, o presente do indicativo é o tempo verbal mais versátil da língua portuguesa. Nas palavras de Imbs (1960), trata-se da “forma mais indiferenciada, a menos especializada de todas as formas do indicativo”.

Além disso, em duas pesquisas realizadas com *corpus* de textos orais, verificou-se que esse é o tempo verbal mais empregado na língua portuguesa falada. Um levantamento estatístico realizado por Campos e Rodrigues (2002), em quinze minutos de gravação de seis inquéritos do Projeto de Estudo da Norma Linguística Urbana Culta (Projeto NURC) de São Paulo e Rio de Janeiro, demonstrou a preponderância do presente do indicativo sobre os demais tempos verbais.

O predomínio do presente do indicativo foi constatado também por Fatori (2006) em duas das quatro entrevistas por ele analisadas em sua pesquisa de mestrado. Nas outras duas entrevistas, deve-se observar que a diferença percentual

no número de ocorrências do presente do indicativo em relação ao dos pretéritos perfeito e imperfeito, que foram os tempos mais empregados, foi muito pequena.

A despeito da alta frequência de uso do presente do indicativo demonstrada por esses estudos, verifica-se que se trata da flexão verbal portuguesa menos estudada. A grande maioria dos trabalhos acadêmicos sobre tempos verbais aborda apenas os tempos do passado e do futuro, as formas nominais e as perífrases.

Por fim, ressalta-se que os manuais de gramática normativa, de modo geral, não são satisfatórios em sua explanação sobre o emprego desse tempo verbal. Além de, por vezes, não fornecerem uma explicação clara e objetiva quanto à sua utilização, eles empregam, em suas exemplificações, muitos enunciados que não condizem com as definições apresentadas. Assim, a nosso ver, o desenvolvimento deste trabalho seria uma forma de preencher essa lacuna deixada por tais manuais.

Nosso primeiro propósito é analisar, num *corpus* constituído de diversos gêneros discursivos, tanto da modalidade escrita como da oral, os valores semânticos do presente do indicativo, bem como o contexto em que ele é empregado. Ou seja, além de proceder a um levantamento dos valores semânticos que o tempo verbal em questão pode assumir no português do Brasil, pretende-se verificar se o que propicia o seu emprego são os gêneros discursivos (editorial, artigo de opinião, crônica literária, etc.) ou as sequências textuais (sequência descritiva, narrativa, argumentativa, etc.) das quais esses gêneros são compostos.

Além disso, busca-se averiguar se há alguma relação entre o presente do indicativo e os tipos de verbos (ação, processo, ação-processo e estado). Na realidade, nosso objetivo aqui é verificar se o presente do indicativo realmente

possui maior afinidade com os verbos de estado, conforme se constatou em nossa pesquisa de mestrado (FATORI, 2006), ou se o fator condicionador da seleção do tipo verbal está atrelado aos diversos valores semânticos que esse tempo verbal pode assumir.

Tendo em vista que a análise do presente do indicativo a ser aqui empreendida tem como ponto de partida o uso da língua em seu contexto de produção, acreditamos que a corrente lingüística que melhor se adapta a seus propósitos é a funcionalista.

Embora seja muito difícil caracterizar o funcionalismo, pois há muitas escolas e modelos funcionalistas, não se pode negar que todas as correntes funcionalistas possuem um ponto em comum: a preocupação com a análise das relações entre forma e função.

O funcionalismo concebe a linguagem como um instrumento de interação social, o que nos leva a concluir que seu foco de análise recai sobre a relação que se estabelece entre a língua e a sociedade. Ou seja, os funcionalistas buscam motivação para a explicação dos fatos lingüísticos na situação comunicativa, que envolve tanto os interlocutores e seus propósitos, como também o contexto discursivo em que eles estão inseridos. Desse modo, seu interesse ultrapassa os limites da estrutura gramatical, o que faz com que a corrente funcionalista se oponha ao formalismo, cujos adeptos estudam a língua de forma descontextualizada, não levando em consideração nem os falantes nem as circunstâncias em que a língua é utilizada.

Nossa pesquisa estabelece suas bases fundamentalmente sobre os trabalhos de Weinrich (1974), segundo o qual a principal função dos tempos verbais

é situar o interlocutor no processo comunicacional, e de Corôa (1985), que analisa os tempos verbais sob uma perspectiva semântica.

Segundo Weinrich (1974), as formas verbais podem ser divididas em dois grupos distintos: as do mundo comentado e as do mundo narrado, o que significa dizer que, para ele, os verbos são utilizados ora para comentar, ora para narrar.

De acordo com Koch (2001), são tempos do mundo comentado, no português: o presente do indicativo, o pretérito perfeito (simples e composto) e o futuro do presente. Ao mundo narrado, pertencem os seguintes tempos: o pretérito perfeito simples, o pretérito imperfeito, o pretérito mais-que-perfeito e o futuro do pretérito do indicativo.

Corôa (1985), por sua vez, propõe uma descrição semântica dos tempos verbais em português, restringindo-se aos tempos do modo indicativo. Para sua análise, ela parte dos trabalhos desenvolvidos por Reichenbach (1947), para quem a principal característica dos morfemas temporais é sua capacidade de estabelecer relação entre três momentos que são estruturalmente relevantes para sua compreensão: o momento da fala (correspondente ao tempo do ato de fala), o momento do evento (correspondente ao momento da realização da ação expressa pelo verbo) e o momento de referência (ponto vista transmitido pelo locutor a seu interlocutor).

Partindo desses três momentos propostos por Reichenbach (1947), Corôa (1985) tenta atribuir a cada tempo verbal do português por ela analisado uma configuração única. No que respeita especificamente ao presente do indicativo, ela afirma que, independentemente do valor semântico que esse tempo verbal vier a assumir num enunciado, sempre haverá coincidência entre esses três momentos.

Isso posto, apresentaremos a seguir as hipóteses por nós levantadas antes da realização da pesquisa, bem como as seções que compõem esta tese.

Nossa primeira hipótese era de que o *corpus* a ser analisado apresentaria novos valores semânticos para o emprego do presente do indicativo ainda não apontados por nenhum manual de gramática ou estudo lingüístico. Além disso, haveria ainda a possibilidade de se encontrarem ocorrências que viessem a contrariar as explicações dadas pelos estudos tradicionais a respeito de tal flexão verbal.

Além disso, contrariando o que afirma Corôa (1985), supúnhamos que nem sempre haveria coincidência entre os três momentos propostos por Reichenbach (1947) na representação formal do emprego do tempo verbal aqui estudado.

Com relação ao contexto de ocorrência do presente do indicativo, nossa hipótese era de que determinadas sequências textuais favoreceriam o seu uso. Não acreditávamos que os gêneros textuais pudessem influenciar na seleção do tempo verbal, uma vez que, diferentemente das sequências textuais, que são definidas por seus traços lingüísticos predominantes, eles não se caracterizam como formas estruturais estáticas e definidas (MARCUSCHI, 2005).

No que respeita aos tipos de verbos, constatamos, em nosso trabalho de mestrado, por meio de um levantamento estatístico, que o presente do indicativo possui um vínculo mais estreito com os verbos de estado. No entanto, tendo em vista os diversos valores semânticos que esse tempo verbal pode assumir, acreditávamos que o fator condicionante dessa relação não era necessariamente o tempo verbal em si, mas sim alguns dos valores semânticos de que ele se reveste.

Relativamente à estruturação deste trabalho, observamos que, além desta introdução, ele apresenta outras cinco seções, cada uma delas divididas em outras subseções.

Na segunda seção, dedicamo-nos à apresentação da concepção de gênero discursivo que embasa nossa pesquisa, bem como da caracterização das seqüências textuais.

A terceira seção destina-se a uma análise dos conceitos de tempo e de tempo verbal. Nessa parte, esboçamos também um panorama em torno das teorias de Weinrich (1974) e de Corôa (1985), que, como dito anteriormente, alicerçam a pesquisa.

A quarta seção é reservada ao presente do indicativo, que é abordado tanto do ponto de vista da gramática tradicional como da lingüística. Primeiramente, fazemos uma resenha sobre o que se apresenta em alguns manuais de gramática normativa a respeito desse tempo verbal. Posteriormente, fazemos uma explanação sobre alguns trabalhos desenvolvidos na área de lingüística a respeito desse tema.

A análise dos dados é exposta na quinta seção, em que, além de apresentar o *corpus* com o qual trabalhamos, descrevemos as variáveis empregadas em nosso estudo.

Finalizando o trabalho, na sexta seção, relativa às considerações finais, traçamos algumas palavras em torno dos resultados obtidos em nossa análise, confrontando-os com as hipóteses aqui formuladas.

2 OS GÊNEROS DISCURSIVOS E OS TIPOS TEXTUAIS

Nos últimos anos, no Brasil, têm-se desenvolvido muitos estudos em torno dos gêneros discursivos, sendo vários os autores que têm investido nessa reflexão. Entre as diversas áreas empenhadas em tal tarefa estão, principalmente, a lingüística aplicada, a análise da conversação, a lingüística textual, a sociolingüística variacionista.

Ao se analisarem as diversas abordagens teóricas que se ocupam do estudo dos gêneros, uma constatação imediata pode ser feita. Embora em vários aspectos elas sejam divergentes, todas possuem um ponto em comum: elas observam a linguagem de uma perspectiva social e discursiva. Entretanto, construir um arcabouço das correntes teóricas envolvidas nos estudos dos gêneros é uma tarefa bastante difícil, já que elas não podem ser classificadas com muita facilidade em taxionomias fechadas.

Deve-se frisar, além disso, que, em virtude das diferentes concepções que cada autor tem a respeito de texto e de discurso, acabou-se por criar uma certa confusão entre esses dois termos, que ora são empregados como sinônimos, ora como entidades diferentes.

Na presente seção, tem-se por objetivo apresentar apenas a concepção de gênero que norteou a seleção do *corpus* com o qual se vai trabalhar. Obviamente, há muitas outras perspectivas a partir das quais se poderia abordar a questão; no entanto, tal tarefa não condiz com o objetivo principal desta pesquisa, que é o estudo do presente do indicativo.

2.1 Os gêneros sob uma perspectiva sócio-discursiva

De acordo com a teoria clássica dos gêneros, podem-se definir as formas poéticas em termos de classificação. Aristóteles, em sua *Arte Poética*, classifica os gêneros como obras da voz tomando como base o modo de representação mimética, estabelecendo uma divisão dos gêneros em três tipos: lírico, épico e dramático. Assim, uma poesia em primeira voz é tomada como representação da lírica; em segunda voz, da épica; em terceira voz, do drama (BRAIT, 2005).

Embora o estudo dos gêneros tenha se constituído no campo da Poética e da Retórica, foi no campo dos estudos literários que a classificação tal qual formulada por Aristóteles se firmou. E talvez nada tivesse abalado seus domínios se, com o passar do tempo, não houvessem surgido novos gêneros discursivos, resultantes das interações sociais, o que acabou por reivindicar novos parâmetros de análise para as novas formas interativas.

Inseridos no campo dessa emergência estão os estudos do pensador russo Bakhtin (2003), para quem se faz necessário um exame mais minucioso não apenas da retórica, mas também de todas as práticas ordinárias que envolvem o uso da linguagem nas suas mais diversas manifestações:

O estudo da natureza do enunciado e da diversidade de formas de gênero dos enunciados nos diversos campos da atividade humana é de enorme importância para quase todos os campos da lingüística e da filologia. Porque todo trabalho de investigação de um material lingüístico concreto – seja de história da língua, de gramática normativa, de confecção de toda espécie de dicionários ou de estilística da língua, etc. – opera inevitavelmente com enunciados concretos (escritos e orais) relacionados a diferentes campos da atividade humana e da comunicação – anais, tratados, textos de

leis, documentos de escritório e outros, diversos gêneros literários, científicos, publicísticos, cartas oficiais e comuns, réplicas do diálogo cotidiano (em todas as suas diversas modalidades), etc. de onde os pesquisadores haurem os fatos lingüísticos de que necessitam. (p. 264)

Como se pode verificar, para Bakhtin a língua se realiza por meio de enunciados, tanto orais como escritos, que se distribuem pelas mais diversas áreas da atividade humana, as quais envolvem, necessariamente, o uso da língua. E como são inúmeras as atividades humanas, inúmeras também são as possibilidades de utilização da língua associadas a cada esfera de atividade, em que tipos relativamente estáveis de enunciados se desenvolvem. A esses tipos estáveis de enunciados, Bakhtin (2003) denomina de gêneros do discurso.

E como fazem parte da esfera ordinária do uso da linguagem, os gêneros discursivos englobam não apenas as enunciações realizadas no domínio da vida pública, institucional, artística, científica e filosófica, mas também todos os tipos de diálogos cotidianos. Assim, Bakhtin (2003), divide os gêneros discursivos em dois grupos: gêneros discursivos primários e gêneros discursivos secundários.

Os gêneros discursivos primários correspondem àqueles produzidos no campo da comunicação cotidiana, dos quais se podem citar como exemplo o diálogo, a carta, as situações de interação face a face, o telefonema, etc. Os secundários, por sua vez, concernem àqueles produzidos a partir de códigos culturais mais elaborados, já que:

(...) surgem nas condições de um convívio cultural mais complexo e relativamente muito desenvolvido e organizado (predominantemente o escrito) – artístico, científico, sociopolítico, etc. (BAKHTIN, 2003, p. 263).

Embora Bakhtin (2003) afirme que os gêneros secundários têm sua origem em condições de comunicação mais complexa, organizada, e principalmente escrita, não se pode concluir que seja a escrita o princípio da diferenciação entre os gêneros primários e secundários, uma vez que há gêneros primários que são escritos (caso dos diários íntimos e dos bilhetes, por exemplo) e gêneros secundários orais (dos quais pode se citar a palestra como exemplo).

Na realidade, o papel da escrita como constituinte dos gêneros secundários “pode ser compreendido como uma das condições para o surgimento e o desenvolvimento das esferas sociais formalizadas, lugar de constituição dos gêneros secundários” (RODRIGUES, 2005, 169).

Deve-se observar, ainda, que, diferentemente do que pode parecer à primeira vista, a concepção de gênero desenvolvida por Bakhtin não diz respeito a uma noção estática. Em virtude de se tratar de um produto social, os gêneros discursivos estão sujeitos a mudanças, não apenas decorrentes de transformações sociais, mas também de novos procedimentos de organização e acabamento da arquitetura verbal. Marcuschi¹, no que toca a esse ponto, diz o seguinte (2005, p. 19):

(...) No entanto, mesmo apresentando alto poder preditivo e interpretativo das ações humanas em qualquer contexto discursivo, os gêneros não são instrumentos estanques e enrijecedores da ação criativa. Caracterizam-se como eventos textuais altamente maleáveis, dinâmicos e plásticos. Surgem emparelhados a necessidades e atividades sócio-culturais, bem como na relação com inovações tecnológicas, o que é facilmente perceptível ao se considerar a quantidade de gêneros textuais hoje existentes em relação a sociedades anteriores à comunicação escrita.

¹ Importante observar que Marcuschi denomina os gêneros discursivos de gêneros textuais.

Isso nos leva a concluir que os gêneros discursivos surgem, situam-se e integram-se funcionalmente nas culturas em que se desenvolvem, de modo que se caracterizam mais por suas funções comunicativas do que por suas particularidades lingüísticas e estruturais, sendo, portanto, muito difícil defini-los de um ponto de vista formal (SOUZA, 2010). Saliente-se, no entanto, que, embora não se possa caracterizá-los nem defini-los sob uma ótica estrutural ou lingüística, os gêneros discursivos podem ser reconhecidos por sua capacidade de se evidenciar em eventos comunicativos recorrentes, o que acaba por levá-los a uma convencionalidade de uso. Daí ser possível, então, organizá-los em grupos dos quais se pode depreender um plano composicional, um conteúdo temático e um estilo:

O emprego da língua efetua-se em forma de enunciados (orais e escritos) concretos e únicos, proferidos pelos integrantes desse ou daquele campo da atividade humana. Esses enunciados refletem as condições específicas e as finalidades de cada referido campo não só por seu conteúdo (temático) e pelo estilo da linguagem, ou seja, pela seleção dos recursos lexicais, fraseológicos e gramaticais da língua mas, acima de tudo, por sua construção composicional. Todos esses três elementos – o conteúdo temático, o estilo, e construção composicional – estão indissoluvelmente ligados no todo do enunciado e são igualmente determinados pela especificidade de um determinado campo da comunicação. (BAKHTIN, 2003, p. 261)

Podem-se resumir essas três dimensões constituintes dos gêneros discursivos da seguinte forma (CARVALHO & PUZZO, 2003, p. 156):

- a) conteúdo temático: refere-se aos temas comunicáveis por meio do gênero, ou seja, àquilo sobre o que se fala;

- b) estilo: concerne à seleção dos recursos lexicais, fraseológicos e gramaticais utilizados para compor o gênero;
- c) construção composicional: diz respeito às formas de composição dos enunciados, ou seja, ao arranjo esquemático em que o conteúdo temático se assenta e aos modos discursivos de organização textual.

Como já dito anteriormente, a constituição dos gêneros discursivos está vinculada às diversas esferas da atividade humana, o que implica dizer que, em virtude de cada esfera social possuir um repertório bastante diversificado de gêneros, que cresce de acordo com o desenvolvimento da própria esfera, existe um número ilimitado de gêneros na sociedade, tão diversos quanto o número de esferas sociais (esfera do trabalho, esfera íntima, esfera artística, esfera jornalística, etc.).

E no que respeita a esse ponto, deve-se tomar cuidado para não confundir gêneros discursivos com domínios discursivos. A expressão *domínio discursivo* é utilizada para designar uma instância da produção discursiva. Segundo Marcuschi (2005, p. 23), domínios discursivos “não são textos nem discursos, mas propiciam o surgimento de discursos bastante específicos”. Ou seja, eles constituem práticas discursivas dentro das quais se geram os gêneros discursivos. Assim, do ponto de vista dos domínios discursivos, pode-se falar em discurso jurídico, por exemplo, que concerne a uma esfera da atividade humana que dá origem a vários gêneros discursivos (ata, sentença, mandado, edital, etc.).

2.2 Os tipos textuais

Geralmente, a expressão *tipologia textual* é empregada de modo inadequado, designando equivocadamente gêneros discursivos e não tipos textuais. Denominados também de *seqüências textuais* (BONINI, 2005), os tipos textuais, segundo Marcuschi (2005, p. 22), devem ser utilizados “para designar uma espécie de seqüência teoricamente definida pela natureza lingüística de sua composição (aspectos lexicais, sintáticos, tempos verbais, relações lógicas)”.

Diferentemente dos gêneros discursivos, que marcam situações sociais específicas, constituindo, portanto, um grupo essencialmente heterogêneo, as seqüências textuais são basicamente estáveis e, por isso, mais facilmente delimitáveis. De acordo com Machado (2005), podem-se resumir as seqüências textuais a seis tipos: dialogal, descritiva, narrativa, explicativa, argumentativa e injuntiva. A seguir, apresentam-se as principais características de cada uma delas.

2.2.1 Seqüência dialogal

Componente principal dos gêneros textuais mais característicos da comunicação humana, ou seja, da conversação e suas variantes (conversação telefônica, entrevista, etc.), a seqüência dialogal traz uma característica fundamental quando comparada às demais seqüências: ela corresponde a uma unidade formada, necessariamente, por mais de um interlocutor (BONINI, 2005). Empregada com o propósito de fazer com que o interlocutor se mantenha na interação verbal, a seqüência dialogal resume-se basicamente em dois tipos: seqüência fática e seqüência transacional.

2.2.1.1 Seqüência dialogal fática

Trata-se de um tipo de seqüência ritualística cuja função é abrir e encerrar a interação entre os interlocutores, como se pode verificar nos exemplos que seguem:

Interlocutor 1: *Boa noite!*

Interlocutor 2: *Boa noite!*

Interlocutor 1: *Tchau!*

Interlocutor 2: *Tchau!*

2.2.1.2 Seqüência dialogal transacional

As seqüências transacionais correspondem àquelas que constituem o corpo propriamente dito da interação entre os interlocutores, ou seja, o lugar em que se encontra a razão do ato comunicativo. Sua forma mais característica é o padrão *pergunta/resposta*, como o que ocorre no seguinte exemplo, em que as seqüências transacionais correspondem aos trechos destacados:

Interlocutor 1: *Olá! Que horas são, por favor!*

Interlocutor 2: *Meio-dia e meia.*

Interlocutor 1: *Muito obrigado!*

2.2.2 Seqüência descritiva

Em relação aos demais tipos de seqüências, verifica-se que a seqüência descritiva é a menos autônoma de todas. Geralmente ela é empregada

como parte de seqüências narrativas, principalmente quando se introduzem o espaço e as personagens do fato narrado.

O principal objetivo da utilização de uma seqüência descritiva é fazer com que o destinatário da mensagem veja pormenorizadamente os elementos que compõem um determinado objeto, de acordo com o ponto de vista do produtor da mensagem (BRONCKART, 1999).

Diferentemente da seqüência narrativa, a seqüência descritiva não apresenta uma ordem fixa. De modo geral, ela “consiste na determinação de um rótulo e de um conjunto de propriedades relacionadas a ele” (BONINI, 2005), como se pode verificar neste exemplo:

Basílio não tirava os olhos de Luísa. Sob o véu branco, à luz do gás, no ar enevoadado da poeira, o seu rosto tinha uma forma alva e suave, onde os olhos que a noite escurecia punham uma expressão apaixonada; os cabelinhos louros, frisados tornando a testa mais pequena, davam-lhe uma graça amenizada e amorosa; e as luvas *gris perle* faziam destacar sobre o vestido negro o desenho elegante das mãos, que ela pousara no regaço, sustentando o leque, com uma fofa renda branca em torno dos seus pulsos finos. (O Primo Basílio, p. 72)²

Os principais gêneros discursivos em que se encontram seqüências descritivas são aqueles em que se busca caracterizar seres e lugares, bem como aqueles que têm por propósito regular ações e comportamentos, como é o caso, por exemplo, das instruções de uso e de montagem, das receitas e das regras de jogo.

² O Primo Basílio – Eça de Queirós (Coleção Grandes Obras – Editora Escala Ltda – São Paulo, SP, 2006)

2.2.3 Seqüência narrativa

Utilizada para manter a atenção do destinatário da mensagem através da construção de uma situação de suspense, criado pelo estabelecimento de uma tensão e de uma subsequente resolução, a seqüência narrativa, segundo Bronckart (1996), apresenta o seguinte esquema prototípico:

- a) uma situação inicial: apresenta-se um estado de coisas equilibrado, no qual será introduzida uma perturbação;
- b) uma complicação: fase em que se introduz a perturbação, criando-se uma tensão;
- c) ações desencadeadas: fase que reúne os acontecimentos desencadeados pela perturbação;
- d) uma resolução: fase na qual se introduzem acontecimentos que diminuem a tensão criada na fase de complicação;
- e) uma situação final: etapa em que se estabelece um novo equilíbrio, resultado da resolução.

A título de exemplo, veja-se este trecho extraído de um diálogo da peça *Os justos*, de Albert Camus, utilizado por Adam (1992) para ilustrar uma seqüência narrativa:

(1) Ele tinha um encontro, na estepe, com Deus em pessoa, e estava apressado, (2) quando encontra um camponês (3) cuja condução

estava atolada. (4) Então, São Dimitri o ajuda. (5) A lama estava espessa e o buraco, profundo. (6) Ele precisou batalhar durante uma hora. (7) E quando isto tudo terminou, (8) São Dimitri correu para o encontro. (9) Mas Deus não estava mais lá.

Como se pode verificar, (1) representa a situação inicial; (2), a complicação; (3), (4), (5), (6) e (7), as ações desencadeadas; (8), a resolução; e (9), a situação final.

Em virtude de se tratar de uma operação por meio da qual se contam ou se apresentam acontecimentos, as seqüências narrativas predominam principalmente nos seguintes gêneros discursivos: contos, lendas, ficções científicas, novelas, romances, piadas, relatos de experiência de vida, biografias, reportagens, etc.

2.2.4 Seqüência explicativa

Também denominada de seqüência expositiva, a principal finalidade da seqüência explicativa é levar o destinatário da mensagem a compreender um determinado objeto do discurso, considerado pelo produtor da mensagem como incontestável e de difícil compreensão para o destinatário (BRONCKART, 1996). Um exemplo de seqüência explicativa pode ser este trecho extraído da obra *Fundamentos da Lingüística Contemporânea*, de Edward Lopes:

A aprendizagem, a conservação, a transformação e a transmissão da cultura realizam-se através de uma grande variedade de práticas sociais. As práticas sociais organizam-se para expressar a cultura das comunidades humanas assumindo a condição de sistemas de signos para transmitir essa cultura de um indivíduo para outro, de uma geração para a geração seguinte.

A ciência que estuda os sistemas de signos, quaisquer que sejam as suas esferas de utilização, chama-se Semiologia ou Semiótica.

Como exemplos de gêneros discursivos que incorporam seqüências explicativas podem-se citar os seguintes: relatórios técnicos e científicos, resumos, aulas, comunicações científicas, etc.

2.2.5 Seqüência argumentativa

Utiliza-se uma seqüência argumentativa quando se objetiva modificar o ponto de vista do outro sobre determinado objeto, de forma a alterar o seu discurso. Em outras palavras, a seqüência argumentativa diz respeito a uma atividade verbal voltada ao convencimento do outro.

De acordo com Adam (1992), essa seqüência é formada por quatro partes, a saber: a tese anterior, os dados ou premissas, o escoramento de inferências e a conclusão.

A tese anterior, que não precisa necessariamente estar explícita no texto, concerne à proposição que será contestada. Os dados correspondem às afirmações que sustentarão a conclusão. O escoramento de inferências, que não vem explícito, é dado apenas pelo sentido do enunciado. A conclusão, por sua vez, diz respeito à opinião do produtor do enunciado.

O trecho da carta de leitor transcrita a seguir, encaminhada à revista Istoé de 26 de janeiro de 2005 (edição nº 1841), compõe-se de uma seqüência argumentativa em que é exposta uma série de argumentos visando a contestar uma matéria publicada na edição nº 1836 da mesma revista:

Segurança nacional

A matéria “Questão de soberania” publicada na edição 1836 contém equívocos que gostaríamos de corrigir. O texto sugere que o Gripen utilizaria armamento americano sujeito às restrições no caso de exportação. Isto não é verdade. A aeronave pode carregar armamentos de uma série de países. (...) (Erik Hjelm – VP Gripen International – São Paulo, SP)

Tendo em vista que a principal finalidade de uma seqüência argumentativa é comentar idéias, refletir sobre elas, expor pontos de vista visando a uma determinada conclusão, os tipos de gêneros discursivos em que ela pode aparecer são, entre outros, editoriais, resenhas, textos opinativos, cartas do leitor.

2.2.6 Seqüência injuntiva

A utilização da seqüência injuntiva tem por finalidade fazer com que o destinatário da mensagem aja de certo modo ou em determinada direção (BRONCKART, 1996).

Esse tipo textual é geralmente representado por um verbo no imperativo, já que se trata de uma operação discursiva que visa incitar o destinatário da mensagem a uma determinada ação. Exemplos de seqüências injuntivas são:

Pare!

Não faça isso!

Por se tratar de uma operação centrada no planejamento de um comportamento futuro, a seqüência injuntiva é muito comum em gêneros discursivos

como horóscopos, propaganda, manuais de instrução de montagem de aparelhos, entre outros.

Partindo das características expostas anteriormente, podem-se resumir as principais diferenças entre os tipos textuais e os gêneros discursivos no seguinte quadro sinóptico, adaptado do apresentado por Marcuschi (2005, p. 23):

TIPOS TEXTUAIS	GÊNEROS DISCURSIVOS
1. Constructos teóricos caracterizados por propriedades lingüísticas intrínsecas.	1. Realizações lingüísticas concretas definidas por propriedades sócio-comunicativas.
2. Constituem seqüências lingüísticas ou seqüências de enunciados no interior dos gêneros e não são textos empíricos.	2. Constituem textos empiricamente realizados cumprindo funções em situações comunicativas.
3. Sua nomeação abrange um conjunto limitado de categorias teóricas determinadas por aspectos lexicais, sintáticos, relações lógicas, tempo verbal.	3. Sua nomeação abrange um conjunto aberto e praticamente ilimitado de designações concretas determinadas pelo canal, estilo, conteúdo, composição e função.
4. Designações teóricas dos tipos: seqüência dialogal, seqüência descritiva, seqüência narrativa, seqüência explicativa, seqüência argumentativa e seqüência injuntiva.	4. Exemplos de gêneros: telefonema, sermão, carta comercial, carta pessoal, romance, bilhete, aula expositiva, horóscopo, receita culinária, bula de remédio, lista de compras, cardápio, instruções de uso, <i>outdoor</i> , inquérito policial, resenha, edital de concurso, piada, conversação espontânea, conferência, carta eletrônica, bate-papo virtual, aula virtual, editorial, artigo de opinião, etc.

É importante frisar que um gênero discursivo pode vir composto de diversas seqüências textuais. É o caso, por exemplo, de uma carta pessoal, em que se podem realizar, entre outras, seqüências narrativas (ao se contar uma história), seqüências descritivas (ao se descrever situações, pessoas, etc.) e seqüências argumentativas (ao se argumentar em favor de algo).

Pela explanação que aqui se fez, pôde-se verificar que os tipos textuais, em virtude de constituírem um conjunto bastante reduzido de categorias, permite-nos mobilizar determinados aspectos de sua composição, o que parece não ser possível com os gêneros discursivos, que, como já dito, caracterizam-se mais por suas funções comunicativas do que por suas peculiaridades lingüísticas.

Fundamentado em tal diferença é que buscamos verificar também, neste trabalho, se o presente do indicativo possui uma relação mais estreita com algum tipo textual em particular, ou mesmo se alguns gêneros discursivos específicos, a despeito do que se acabou de afirmar sobre eles, não podem realmente ser determinantes para o emprego desse tempo verbal.

3 O TEMPO

Entidade difícil de se definir, o tempo vem sendo objeto de reflexão há vários séculos. Aristóteles, no capítulo V da *Poética*, o analisa como um fenômeno físico, natural, cósmico (NUNES, 2000). Ao comparar a tragédia com a epopéia, o filósofo afirma que a diferença entre elas reside em sua extensão. Enquanto a tragédia deve limitar-se, tanto quanto possível, ao período de uma única revolução do Sol, ou seja, ao período de um dia, a epopéia tem duração ilimitada.

Santo Agostinho (1999), por sua vez, estuda-o não como um fenômeno de suporte cosmológico, mas sim como um fenômeno que ocorre no espírito humano, na mente:

O que agora claramente transparece é que nem há tempos futuros nem pretéritos. É impróprio afirmar que os tempos são três: pretérito, presente e futuro. Mas talvez fosse próprio dizer que os tempos são três: presente das coisas passadas, presente das presentes, presente das futuras. Existem, pois, estes três tempos na minha mente que não vejo em outra parte: lembrança presente das coisas passadas, visão presente das coisas presentes e esperança presente das coisas futuras. Se me é lícito empregar tais expressões, vejo então três tempos e confesso que são três (Livro XI, capítulo 20, p. 327).

Como se vê nessas palavras, para Santo Agostinho, não é possível afirmar que há três tempos (passado, presente e futuro), uma vez que, na realidade, o que existe são três modalidades de presente: o presente do passado, que corresponde à memória; o presente do presente, que é o olhar; e o presente do futuro, que concerne à esperança. Trata-se de três presentes que se manifestam no espírito.

Ou seja, a essência do tempo corresponde a uma problemática muito antiga que tem preocupado não apenas filósofos, mas também físicos, antropólogos e lingüistas. Assim, para entender com clareza o tempo, faz-se necessário encará-lo sob múltiplos aspectos. Por tal motivo, objetivamos, na presente seção, esboçar um panorama reflexivo bastante amplo e diversificado acerca desse objeto tão enigmático que há séculos vem despertando o interesse do homem.

Num primeiro momento, serão traçadas algumas palavras em torno do registro do tempo, bem como de alguns conceitos de tempo sob a ótica da Física e da Antropologia. Em seguida, falar-se-á especificamente sobre o tempo de uma perspectiva lingüística.

3.1 O registro do tempo

O registro do decurso do tempo diz respeito a uma prática social muito antiga. Há mais de 20 mil anos, os caçadores da idade do gelo, muito provavelmente com o objetivo de contar os dias entre as fases da lua, já talhavam marcas em gravetos e ossos.

E há 5 mil anos, os egípcios e os babilônios criaram calendários para regular o plantio e a colheita, bem como organizar e coordenar outras atividades que estivessem ligadas à passagem do tempo (STIX, 2007). Esses calendários se assentavam em três ciclos naturais: o dia solar, demarcado pelos períodos sucessivos de luz e escuridão que acompanham a rotação da Terra em torno do seu eixo; o mês lunar, que segue as diversas fases da Lua, acompanhando sua órbita em torno da Terra; e o ano solar, marcado pelas mudanças das estações, de acordo com o movimento giratório de nosso planeta em volta do sol (ANDREWES, 2007).

Essa necessidade dos antigos de marcar as divisões do dia e da noite fez que com que eles criassem diversos instrumentos cronométricos, como, por exemplo, os famosos relógios de sol e de água (CHIQUELLO, 1996). Os primeiros indicavam as horas temporais no período do dia por meio do comprimento ou inclinação da sombra formada por um determinado objeto com relação à luz do Sol; o segundo, utilizado para medir as horas da noite, compreendia um recipiente em que entrava ou saía água constantemente e por meio do qual se identificavam as horas através do nível do líquido.

Embora as tecnologias de medição de tempo criadas pelos antigos tenham sido adotadas pelos europeus ocidentais, por volta do século 13 tornou-se imperativa a busca por um instrumento mais confiável de medição do tempo, o que levou os artesãos medievais a criarem o relógio mecânico.

O relógio mecânico atendia muito bem às necessidades dos mosteiros e das comunidades urbanas. No entanto, o aparelho não possuía a precisão necessária para aplicações científicas. Em busca do aprimoramento do relógio mecânico, o astrônomo e matemático holandês Christiaan Huygens, no século 16, encontra no pêndulo a resposta para tornar os relógios mais precisos e confiáveis.

Desde então, a busca incessante do homem por instrumentos de medição de tempo cada vez mais precisos o levou a criar, nos dias de hoje, aperfeiçoados aparelhos capazes de medir o tempo com mais precisão do que qualquer outra entidade física. Tanto que o tempo passou a ser utilizado como medida para mensurar dimensões espaciais.

Um exemplo dessas novas tecnologias são os relógios atômicos de feixe de césio, capazes de medir até as alterações no movimento giratório da Terra

(ANDREWES, 2007). De acordo com Stix (2007), alguns desses relógios, são capazes de manter uma precisão próxima do nanosegundo.

Avanços no que respeita ao desenvolvimento de relógios cada vez mais precisos continuam ocorrendo em passo acelerado. No entanto, a despeito das proezas de que são capazes os fabricantes de relógios, é lícito afirmar que nem físicos nem filósofos chegaram ainda a um acordo sobre qual o significado do tempo.

3.2 O tempo para a Física Moderna

Em nossa vida cotidiana, o tempo divide-se em três fases: passado, presente e futuro. Como a realidade está associada ao momento presente, pensa-se o passado como algo que já não existe mais, uma vez que ficou para trás, e no futuro como algo nebuloso, já que completamente indefinido. Partindo desse ponto de vista, pode-se dizer que o “agora” da nossa consciência avança, transformando eventos que seriam simples conjecturas de um futuro indeterminado em uma realidade concreta, que, em virtude de sua efemeridade, transforma-se, praticamente de forma instantânea, em passado.

Embora pareça uma verdade absoluta, essa descrição encontra-se em profunda contradição com a física moderna. De acordo com Einstein, o passado, o presente e o futuro não passam de ilusões, ainda que tenazes. Tal conclusão deriva de sua teoria da relatividade, que nega a existência de um presente absoluto e universal. Segundo tal teoria, a simultaneidade é algo relativo, uma vez que dois eventos ocorrendo em um mesmo momento, quando observados a partir de um

determinado ponto de referência, podem ocorrer em momentos diferentes. Nas palavras de Hawking (2000):

(...) a descoberta de que a velocidade da luz parecia a mesma a todos os observadores, independente do deslocamento de cada um, levou à teoria da relatividade, e nela foi necessário abandonar a idéia de tempo único e absoluto. Em vez disso cada observador teria sua própria medida de tempo, como registrado pelo relógio que conduzisse: relógios de observadores diferentes não precisariam concordar necessariamente. Assim, o tempo se tornou um conceito mais pessoal, relativo ao observador que o estivesse medindo (p. 199).

Para entendermos melhor tal concepção, pensemos numa situação concreta. Durante uma expedição tripulada enviada a Marte, os controladores da missão, na Terra, olhando para seus relógios, que estão indicando 12 horas, poderiam se perguntar o que o comandante da expedição estaria fazendo naquele momento em Marte, inferindo, por conta do horário, que ele estaria almoçando. No entanto, um astronauta que estivesse passando pela Terra nesse mesmo momento, a uma velocidade próxima à da luz, poderia dizer que o comandante estaria preparando o almoço ou lavando a louça, uma vez que, dependendo do sentido do seu movimento, o seu relógio estaria marcando um horário posterior ou anterior a 12 horas. Esse desencontro torna inviável a tentativa de conferir um status especial ao momento presente. De acordo com Davies (2007):

Se você e eu estivéssemos em movimento relativo, um evento que eu poderia considerar como parte do futuro ainda não decidido poderia já existir para você no passado fixo. A conclusão mais imediata é de que tanto o passado quanto o futuro são fixos. Por essa razão, os físicos preferem pensar o tempo como inteiramente mapeado – uma paisagem temporal (*timescape*), em analogia a uma paisagem espacial (*landscape*) – contendo todos os eventos passados e futuros (p.11).

Trata-se, aqui, de um conceito que os físicos por vezes costumam chamar de tempo bloqueado. Por essa descrição, verifica-se que todos os instantes do tempo são igualmente reais. Não há nada que possa definir um momento como sendo presente, nem qualquer processo que transforme o futuro em presente e, a seguir, em evento passado. Passado, presente e futuro estão mapeados num bloco único (BALDO *et alii*, 2006). Verifica-se, por meio dessa concepção, que o tempo não passa de uma ilusão e que toda a nossa noção de fluência do tempo não passa de um simples jogo de nossa consciência para tentarmos entender a realidade que nos circunda.

Cumpra observar, no entanto, que, ao se afirmar que o tempo não flui, não se está querendo dizer que as designações de “passado” e “futuro” carecem de base física, afinal os eventos que vivenciamos diariamente formam inegavelmente uma sequência unidirecional (DAVIES, 2007). Para entendermos melhor isso, basta imaginar que um ovo atirado ao chão se partirá em vários pedaços, porém o processo inverso nunca acontecerá, afinal jamais veremos um ovo em pedaços se transformando num ovo.

Em virtude de haver vários processos irreversíveis na natureza, uma das leis da termodinâmica desempenha papel fundamental para estabelecer uma evidente assimetria entre as direções passada e futura, ao longo do eixo do tempo. Assim, por convenção, se imaginarmos o tempo correspondendo a uma flecha, poderemos dizer que a flecha aponta sempre para o futuro, o que não quer dizer que ela se move em direção ao futuro, do mesmo modo que não se pode afirmar que a ponta de uma bússola apontando para o norte esteja indo para o norte. Isso demonstra que ambas simbolizam assimetria, mas não movimento, o que nos prova

que “a simetria do tempo é na verdade uma propriedade dos estados existentes no mundo, e não uma propriedade do tempo em si mesmo” (DAVIES, p. 13, 2007).

Tendo em vista não ter sido possível até o presente momento demonstrar que existe um fluxo temporal, conforme se verificou nesta subseção, tudo o que nos é permitido afirmar sobre o tempo, do ponto de vista da Física, é que se trata de algo ainda bastante enigmático e misterioso.

3.3 O tempo e as culturas

Embora a maioria das culturas do mundo possuam relógios e calendários, unificando a maior parte da vida das pessoas no que respeita ao ritmo geral de tempo, verifica-se que o tempo não transcorre do mesmo modo para todas elas.

O estudo pragmático sobre a relação entre o tempo e as sociedades nos mostra que as regras que regem o tempo social nem sempre são explícitas (EZZELL, 2007, p. 42). Na realidade elas constituem uma linguagem muda dentro de cada cultura. Ou elas são familiares e adequadas, ou são desconhecidas e erradas. Pensemos, a título de ilustração, no tempo que se pode deixar alguém esperando por nós em algum lugar. No Brasil, certamente, quase ninguém se importará se chegarmos a um encontro com uma hora de atraso. O mesmo não aconteceria num país como a Inglaterra, por exemplo.

Em um estudo sobre as percepções do tempo na sociedade de Trinidad, Birth (1999), partindo de uma frase muito utilizada nesse país para explicar situação de atraso: “Qualquer hora é hora em Trinidad!”, demonstra-nos uma ligação muito estreita entre poder e tempo de espera na cultura desse país (o que acontece

em muitas outras culturas, certamente). Segundo o referido antropólogo, nesse país, se uma pessoa chegar a um encontro casual com uma hora de atraso, ela simplesmente dirá: “Qualquer hora é hora em Trinidad!”. No entanto, caso se trate de uma situação envolvendo negócios, essa forma mais relaxada de tratar o tempo só pode ser empregada por pessoas que tenham poder. Ou seja, um chefe pode chegar atrasado a um encontro e fazer uso da referida expressão; os subordinados, por sua vez, não podem se valer do mesmo expediente.

Em outro estudo, Larre (1975), mostra-nos que, em termos gramaticais, o francês, por exemplo, não pode prescindir da formulação do tempo. Qualquer expressão verbal pode ser encontrada no presente, no passado ou no futuro, com os seus devidos matizes de passado perfeito, futuro anterior, etc. O mesmo não ocorre com a língua chinesa, em que há uma ausência de menção formalizada do tempo. Uma frase do tipo: “Ele veio, mas como a coisa não estava pronta, pensou que seria melhor ir embora e voltar um pouco mais tarde”, em que a nossa língua marca o passado, o presente e o futuro, seria proferida desta forma: “Ele chegar, ver coisa não pronta, pensar agora em ir embora, voltar de novo, eis uma coisa boa”. Como se pode verificar, o chinês não desenvolveu o formalismo da expressão verbal. Ao tratar dessa questão Larre (1975) observa o seguinte:

A expressão formal do presente evoca estabilidade: Tang. O caráter designa tanto a situação estável como a duração estável, a presença e até a obrigação. Isto, provavelmente, em vista do caráter determinante que tem a realidade do momento reconhecida como tal. Há uma intensidade de vida e uma necessidade instintiva de realismo na percepção e no comportamento que valorizam intensamente o presente. O passado confunde-se com o superado, pois a vida é um fluxo, o Universo se acha em movimento, o ato é um caminhar, o comportamento é uma estrada a percorrer. Outrossim o futuro é aquilo que vem: lai.” (p. 53)

Ao refletirmos sobre essas diferentes configurações culturais em torno do tempo, verificamos que o modo como as pessoas lidam com o tempo no seu dia-a-dia de forma geral se afasta da concepção de tempo como entidade abstrata nos termos propostos pelas Ciências (obviamente, quando se está ocupado com alguma atividade cotidiana, ninguém pensa nas teorias elaboradas por Stephen Hawking). No entanto, o que fica bastante claro é que a forma pela qual os membros de uma determinada cultura percebem e utilizam o tempo em suas vidas reflete as prioridades de sua sociedade, bem como sua visão de mundo.

3.4 O tempo para as Ciências da Linguagem

A primeira noção que surge em nossa mente quando se evoca a palavra tempo é a de que se trata de um conceito que reflete a linearidade passado, presente e futuro. Essa é a noção ingenuamente generalizada pela maioria das gramáticas tradicionais, o que pode ser facilmente verificado nas palavras de Cunha (2001) ao definir o termo:

Tempo é a variação que indica o momento em que se dá o fato expresso pelo verbo. Os três tempos naturais são o presente, o pretérito (ou passado) e o futuro, que designam, respectivamente, um fato ocorrido no momento em que se fala, antes do momento em que se fala e após o momento em que se fala (p. 381).

No entanto, a noção de tempo ultrapassa essa simples linearidade postulada pela gramática tradicional. De acordo com Benveniste (1989), há três conceitos distintos de tempo: tempo físico, tempo crônico e tempo lingüístico.

O tempo físico pode ser considerado a medida do movimento exterior das coisas. Trata-se do tempo da natureza, que pode ser entendido como um

continuum em que se sucedem eventos, estados e ações. Nas palavras do próprio autor, trata-se de “um contínuo uniforme, infinito, linear, segmentável à vontade” (BENVENISTE, 1989, p. 71). Esse tempo concerne ao tempo marcado, por exemplo, pelo movimento dos astros, o qual determina a existência de dias, anos, séculos, etc.

Já o tempo crônico diz respeito ao tempo dos acontecimentos, que engloba inclusive nossa própria vida. Fundamento da vida das sociedades humanas, esse tempo tem sua demarcação baseada em movimentos naturais recorrentes, como, por exemplo, alternância do dia e da noite, trajeto visível do sol, fases da lua, movimentos das marés, etc., podendo ser representado de diversos modos: segundo, minuto, hora, dia, mês, ano, século. Em suma, trata-se do tempo do calendário.

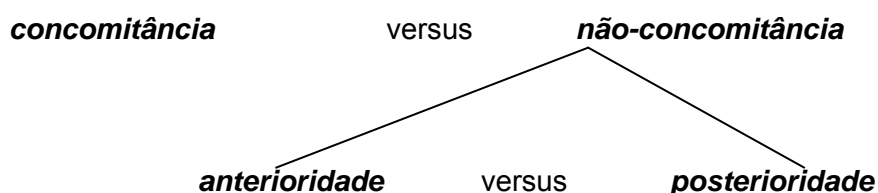
A definição de tempo mais complexa diz respeito ao tempo lingüístico. Para Benveniste (1989), esse tempo se mostra irreduzível tanto ao tempo físico como ao crônico. Segundo ele, “uma coisa é situar um acontecimento no tempo crônico, outra coisa é inseri-lo no tempo da língua” (p. 74).

De acordo com esse lingüista francês, o que torna o tempo lingüístico singular é o fato de ele estar ligado ao exercício da fala, já que ele tem o seu centro, ao mesmo tempo gerador e axial, no presente da instância da fala. Nas palavras de Fiorin (1999, p. 142), ao discutir essa questão, toda vez que um interlocutor toma a palavra, ele “instaura um *agora*, momento da enunciação. Em contraposição ao *agora*, cria-se um *então*. Esse *agora* é, pois, o fundamento das oposições temporais da língua”.

Esse tempo presente sinaliza a contemporaneidade entre o evento narrado e o momento da enunciação. Dessa forma, enquanto função do discurso,

ele não pode se situar em nenhuma divisão particular do tempo cronológico, uma vez que admite a todas e, ao mesmo tempo, não exige nenhuma. Em outras palavras, o presente lingüístico, tempo do *agora*, é reinventado cada vez que o interlocutor enuncia, pois cada momento de fala diz respeito a um momento novo, ainda não vivido (BENVENISTE, 1989), de forma que se pode afirmar que se trata de um tempo que se desloca à medida que o discurso progride, e que, por isso, permanece sempre presente.

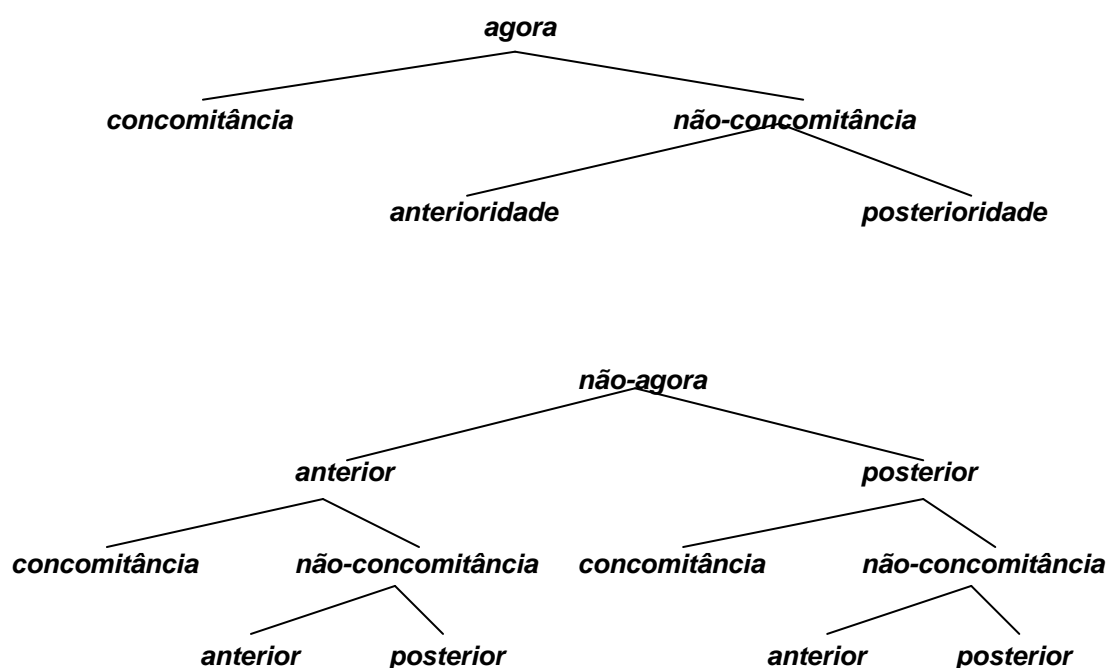
Segundo Fiorin (1999), o *agora* constitui um eixo que ordena a categoria *concomitância* versus *não-concomitância*. Este, por sua vez, articula-se em duas novas categorias: *anterioridade* versus *posterioridade*. Esquemmatizando-se:



Isso o leva a concluir que todos os tempos estão intrinsecamente ligados à enunciação. A partir dessas categorias, criam-se três momentos de referência: presente, passado e futuro. O momento de referência presente concerne ao *agora*, na medida em que coincide com o momento da enunciação. Já os momentos de referência passado e futuro indicam, respectivamente, anterioridade e posterioridade ao momento da enunciação.

Esse estudioso da linguagem afirma, ainda, que a temporalidade lingüística ordena as relações de sucessividade entre os eventos representados em um texto, mostrando quais são concomitantes e quais são posteriores, de forma que a categoria *concomitância* versus *não-concomitância* se aplica novamente a cada um

dos momentos de referência especificados no parágrafo anterior (passado, presente, futuro). A partir disso, deduz-se que há um tempo que indica concomitância ao presente, anterioridade ao presente, posterioridade ao presente, e assim por diante. Esse jogo de articulações temporais pode ser esquematizado da seguinte forma:



Dessa forma, para Fiorin (1999), o tempo lingüístico pode ser estabelecido por três momentos significativos, a saber: momento da enunciação (MEn); momento de referência (MR), que pode ser presente, passado ou futuro; e momento do acontecimento (MAc), que pode ser concomitante, anterior ou posterior a cada um desses momentos de referência.

Para Fiorin (2003, p. 167), portanto, o tempo lingüístico “marca se um acontecimento é concomitante, anterior ou posterior a cada um dos momentos de

referência (presente, passado e futuro), estabelecidos em função do momento da enunciação”.

Geralmente, supõe-se que essa repartição tripartida do tempo em presente, passado e futuro seja uma característica universal da linguagem humana. Lyons (1979) afirma que isso não é verdade, na medida em que essa oposição não se manifesta em todas as línguas. Além disso, naquelas línguas em que essa tripartição é gramaticalizada, a oposição não é necessariamente temporal.

Para esse lingüista, o tempo diz respeito a uma categoria dêitica, pois “relaciona o tempo da ação, do acontecimento ou do estado referidos na frase ao momento do enunciado, que é ‘agora’” (LYONS, 1979, p. 320).

Partindo de tal concepção, chega-se a um contraste entre passado e não-passado. Este concerne ao que é contemporâneo ou posterior ao momento do enunciado, podendo expressar, além disso, afirmações de fatos atemporais ou eternos, bem como afirmações que se referem ao futuro (“depois de agora”). Aquele diz respeito ao que é anterior ao momento do enunciado, ou seja, refere-se ao “antes de agora”.

Com relação ao futuro, Lyons (1979) afirma tratar-se mais de uma questão de modo que de tempo.

O pensamento de Lyons (1979) poderia nos levar a questionar a universalidade da categoria tempo. No entanto, Comrie (1990) afirma que qualquer cultura apresenta o conceito de tempo. O que falta a muitas culturas, na realidade, é uma conceptualização de progresso, conforme se verifica em suas palavras:

O que é verdadeiro acerca de muitas culturas, entretanto, é que elas parecem carecer de uma conceptualização de progresso, isto é, em muitas culturas admite-se como verdadeiro que hoje será o mesmo que ontem, e que amanhã, ou mesmo o dia situado a cinquenta anos, a partir de hoje, no futuro, será o mesmo que hoje. Realmente,

a idéia de mudanças qualitativas associadas ao movimento do tempo é provavelmente uma manifestação recente até mesmo no pensamento ocidental: certamente não era característica da maioria dos povos europeus na Idade Média (p. 4).³

Segundo Comrie (1990), a afirmação de que há culturas que não possuem um conceito de tempo baseia-se simplesmente no fato de que existem línguas que não possuem mecanismos gramaticais para expressar a localização no tempo, ou seja, tempos verbais. Segundo o autor, aceitar tal concepção seria o mesmo que afirmar que falantes de línguas em que não há distinção de gênero gramatical têm uma concepção radicalmente diferente de sexo daquela que têm os falantes de línguas em que tal categoria se manifesta.

O pensamento mais comum entre os lingüistas em torno da concepção de tempo é aquele colocado por Santos (1974), que distingue três tipos de tempo: cronológico, psicológico e gramatical.

O tempo cronológico se caracteriza por um ponto em contínuo deslocamento em direção ao futuro, com duração constante, uniforme e irreversível.

O tempo psicológico, em virtude de existir em função do mundo interno do indivíduo, é caracterizado por não possuir duração constante nem uniforme. Trata-se de um tempo que pode retroceder, adiantar-se, diminuir o ritmo, etc., ou seja, de um tempo sem direção, um tempo descontínuo, sem início e sem fim.

O tempo gramatical corresponde àquele que, em português, se caracteriza por um radical acrescido de morfemas modo-temporais, ou seja, pelas formas que representam o paradigma da conjugação verbal.

³ Tradução nossa: "What is true of many cultures, however, is that they seem to lack any conceptualization (sic) of progress, i.e. in many cultures it is taken for granted that today will be much the same as yesterday, and that tomorrow, or indeed the day fifty years into the future from today, will be much the same as today. Indeed, the idea of major qualitative changes associated with the movement of time is probably a quite recent development even in Western thought: it was certainly not characteristic of most Europeans during the Middle Ages."

Conforme se verifica pelas reflexões acima, ao se falar de tempo, não se pode enquadrá-lo num único conceito, tendo em vista que se trata de uma entidade conceitualmente múltiplice, isto é, uma entidade plural, não singular. Apesar disso, não se pode negar que, subjacentes aos diversos conceitos de tempo aqui expostos, encontram-se as noções de ordem, duração e direção, independentemente do mundo em que se estabelecem as relações entre os acontecimentos: mundo físico, cronológico, psicológico ou lingüístico.

3.5 O tempo verbal

Como já dito anteriormente, a primeira noção evocada pela palavra tempo é a de que ele reflete a linearidade passado-presente-futuro. Embora se trate de uma concepção um tanto quanto simplista, é ela que geralmente subjaz à maioria das gramáticas de muitas línguas, quando estas abordam o tempo verbal, categoria utilizada para representar o tempo do mundo, seja ele físico, cronológico ou psicológico.

Primeiramente, deve-se observar que nem todas as línguas marcam essa distinção entre tempo verbal e tempo do mundo. No inglês, por exemplo, existe *tense* para designar tempo verbal e *time* para o tempo do mundo; em alemão, *Tempus* se contrapõe a *Zeit*: este referindo-se ao tempo do mundo; aquele, ao tempo verbal. Já o português usa um único termo para designar ambas as concepções: *tempo*, o que poderia nos levar a considerar, equivocadamente, que a seqüência temporal representada pelo tempo verbal reflete as relações reais de tempo. Tal equívoco pode facilmente ser desfeito a partir da análise do uso do presente do indicativo nos exemplos que seguem:

(1) Paulo **faz** 20 anos hoje.

(2) Quando ele vier aqui, eu **falo** com ele.

Em (1), há uma correspondência entre o tempo verbal e o tempo do evento descrito, ou seja, ambos concernem ao presente. Já em (2), verifica-se que tempo verbal e tempo do evento não correspondem: o tempo verbal em destaque é o presente do indicativo; no entanto, o tempo do evento é futuro.

Os tempos verbais podem, ainda, determinar outras marcações temporais, como por exemplo: (a) um evento cuja realização se iniciou no passado e perdura até o presente; (b) uma situação que abrange todos os tempos (onitemporalidade).

Além disso, não é em todo sistema lingüístico que se marca a distinção entre presente, passado e futuro de forma tão nítida. Há línguas, por exemplo, que não possuem um paradigma verbal futuro semelhante ao das línguas românicas. É o caso do finlandês, do húngaro, do alemão e do russo, em que o futuro pode ser expresso pela forma verbal do presente ou ser não-marcado.

Os tempos verbais podem ser marcados tanto morfológica como sintaticamente. No primeiro caso, eles são marcados pelo acréscimo de morfemas específicos a um radical, denominado de morfema lexical. Um exemplo desse tipo de marcação é o futuro do presente do indicativo do verbo *andar* do português: *andarei*, que pode ser segmentado da seguinte forma:

/and-/: morfema lexical;

/-a/: vogal temática indicativa de verbo pertencente à 1ª conjugação verbal;

/-re/: morfema flexional indicativo de tempo e modo;

/-i/: morfema flexional indicativo de número e pessoa.

Sintaticamente, a marcação pode ser feita por meio de tempos compostos (*tenho andado*) ou de auxiliares (*vou andar*).

No entanto, cumpre observar que não são todas as línguas que marcam o tempo por meio de marcas gramaticais no verbo. É o caso, por exemplo, de muitas línguas indígenas, que determinam a marcação temporal por meio de oposições como *mais cedo/mais tarde*, *agora/não agora*, ou então por meio da duração ou continuação dos estados das coisas. Embora esse último tipo de marcação tenha mais a ver com aspecto, não se pode negar que existe aí a presença da concepção de tempo; trata-se apenas de uma visão distinta daquela dos falantes das línguas românicas.

3.5.1 Tempo, modo e aspecto

Não se pode deixar de lembrar, aqui, que, ao lado da noção de tempo, os tempos verbais carregam em si outras duas noções: a de modo e a de aspecto.

O modo pode ser definido como “a indicação da atitude do falante em relação ao que diz; a explicitação de sua atitude face à situação que exprime numa proposição; a expressão do julgamento do locutor sobre o que diz” (TRAVAGLIA, 1991, p. 78). O indicativo, por exemplo, exprime uma atitude de certeza por parte do falante em relação àquilo que enuncia. O subjuntivo, ao contrário, expressa uma atitude de incerteza ou dúvida.

De acordo com Mattoso Câmara (1982, p. 98), não há como confundir tempo e modo, uma vez que este concerne a “um julgamento implícito do falante a respeito da natureza, subjetiva ou não, da comunicação que faz” e aquele “se refere ao momento da ocorrência do processo, visto do momento da comunicação”.

O aspecto, segundo Travaglia (1991), pode ser definido como uma categoria não-dêitica por meio da qual se marca a duração de um evento e/ou de suas fases, ou seja, ele se refere ao tempo interno de realização de um evento.

Silva (2002, p. 21) afirma que o aspecto “é uma propriedade apenas da sentença, referindo-se à constituição interna do desenvolvimento temporal, ou seja, diz respeito não à localização de uma ação, processo ou estado no tempo, mas sim ao seu contorno ou distribuição temporal”. Trata-se do mesmo ponto de vista de Flores et alii (2008), segundo os quais:

O aspecto não diz respeito à localização do fato no tempo da enunciação, mas do tempo no fato. As noções semânticas relevantes deixam de ser o presente, o passado e o futuro e passam a ser as de duração, instantaneidade, começo, desenvolvimento e fim. A consequência deste raciocínio é que o aspecto é visto como uma categoria temporal não-dêitica. (p. 163)

Partindo dessa conceituação de que o aspecto concerne a uma categoria que marca o tempo no fato, ou seja, uma categoria por meio da qual se vislumbra a constituição temporal interna de uma situação, bem como daquela apresentada por Castilho (1968, p. 14), segundo o qual o aspecto corresponde à “visão objetiva da relação entre o processo e o estado expressos pelo verbo e a idéia de duração e desenvolvimento”, marcando “a representação espacial do processo”, Costa (2002) destaca quatro traços indispensáveis para a caracterização do aspecto:

- a) a não-referência à localização no tempo;
- b) a constituição temporal interna;
- c) a vinculação da categoria a situações, processos e estados;
- d) e a representação espacial.

Conforme já se pôde observar pelo que foi tratado até então, o tempo marca a localização do fato relativamente ao momento da enunciação. O aspecto, por sua vez, não faz referência à localização do fato no tempo; ele simplesmente se refere ao tempo decorrido dentro dos limites do fato enunciado. Para melhor entendermos isso, analisemos os seguintes exemplos:

(1) João brincou muito no parque ontem.

(2) João esteve brincando por muito tempo.

Verifica-se que, tanto em (1) como em (2), a ação de *brincar* se realizou antes do momento da enunciação dessa frase. Há, aqui, portanto, uma marca da categoria tempo, já que o relato da ação de *brincar* encontra-se ancorado na dêixis. No entanto, ambos os enunciados, além de fazer referência ao tempo em que ocorre a ação de *brincar*, que é anterior ao momento da enunciação, expressam também uma noção aspectual. Em (1), a ação pode ser visualizada como um ponto fechado, acabado (aspecto perfectivo); já em (2), vislumbra-se o desenvolvimento da ação (aspecto imperfectivo). Constata-se, portanto, que, se por meio da categoria *tempo* o enunciador situa um fato na linha cronológica do tempo, por meio da categoria *aspecto* ele convida seu interlocutor a visualizar o escoamento do tempo relativo a esse fato.

Ao tomar como referente a constituição interna de um fato, o enunciador focaliza a fração de tempo compreendida entre o limite inicial e o limite final do fato enunciado, já que, ao fazer uso da categoria *aspecto*, ele toma “o fato como passível de conter frações de tempo que decorrem dentro dos seus limites” (COSTA, 2002, p. 20).

De acordo com Costa (2002), tendo em vista que o aspecto diz respeito à expressão do desenvolvimento ou da duração de um fato, somente os verbos que contenham o traço [+ durativo] é que poderão ter sua constituição interna levada em consideração. Em outras palavras, a categoria *aspecto* não se aplica, em princípio, a verbos que remetam a acontecimentos (*cair*, por exemplo) e atos (*quebrar*, por exemplo), uma vez que esses portam em sua constituição semântica o traço [- durativo]. Trata-se, a nosso ver, de um posicionamento equivocado, já que os verbos *cair* e *quebrar*, justamente em função de seu traço [- durativo], exprimem eventos pontuais, indicativos do aspecto perfectivo. Em verdade, parece-nos que a autora faz uma confusão entre aspecto e *Aktionsart* (ou modo de ser da ação), que, de acordo com Castilho (1968), assenta-se na natureza da ação, ou seja, está contido no próprio valor semântico do verbo.

No que respeita à atualização do aspecto em língua portuguesa, segundo Mateus *et alii* (2003), ele pode ser indicado tanto pelos afixos que contêm também informação temporal e por construções com verbos auxiliares, podendo ainda se manifestar por meio da combinação desses elementos com vários outros elementos da frase, como, por exemplo, os advérbios.

Muito há para se falar sobre tempo, modo e aspecto, os três valores subjacentes ao tempo verbal. No entanto, não é nosso objetivo, aqui, nos aprofundarmos em tal questão. Acreditamos que o que se encontra exposto neste item, ainda que de forma um tanto quanto sucinta, seja suficiente para demonstrar a complexidade que cerca as reflexões em torno desse tema.

3.6 Os tempos verbais sob a perspectiva de Reichenbach

Em sua obra *Elements of Symbolic Logic*, no capítulo em que trata das propriedades lógicas dos tempos verbais, Reichenbach (1947) aponta como principal característica dos morfemas temporais (*tenses*) do inglês a capacidade de estabelecer relação entre três momentos (ou pontos, nas palavras do autor) que são estruturalmente relevantes para sua compreensão: o momento da fala (doravante MF); o momento do evento (doravante ME); o momento da referência (doravante MR).

O primeiro momento corresponde ao tempo do ato de fala, ou seja, ao momento da enunciação; o segundo, ao momento da realização da ação expressa pelo verbo, ou seja, ao intervalo de tempo em que ocorre o processo, a ação, o evento ou o estado descritos pelo verbo. O terceiro momento, por sua vez, concerne a um conceito mais abstrato; trata-se de um ponto de vista temporal transmitido pelo locutor a seu interlocutor. Para melhor entendermos esses três conceitos, principalmente o de MR, vejamos o seguinte exemplo:

(3) Quando Joana chegou a sua casa, Paulo já havia partido.

Como se pode verificar, o ato de partir (ME) é anterior ao ato de chegar (MR), o qual é anterior ao MF (o momento em que essa frase foi enunciada). Em suma: o pretérito mais-que-perfeito situa o ME antes do MR, que, por sua vez, situa-se antes do MF. De acordo com a proposta de Reichenbach (1947), esse tempo verbal corresponde à seguinte representação, na qual os traços significam anterioridade:

ME – MR – MF

Para esclarecer os fatos ligados aos tempos verbais, Reichenbach (1947) se apoiou na teoria do tempo relativo, elaborada por Einstein, para quem o tempo é definido a partir da relação com um observador, o que faz com que ele não possua um caráter unidirecional irreversível. Isso nos leva a afirmar que a percepção de um mesmo intervalo de tempo pode ser distinta para diferentes observadores. Nas palavras de Corôa (1985, p. 31):

(...) num mundo de tempo relativo, cada coisa tem, num certo sentido, seu presente próprio e há pontos isolados de devir. Só podemos efetuar as ligações entre os presentes dos vários objetos recorrendo a convenções: uma descrição no presente para A pode não o ser para X, mas a ordem dos eventos se mantém com respeito aos referenciais.

Foi a presença do observador, dentro de um espaço e tempo contínuo e limitado, a partir do qual se estabelece uma relação com outros indivíduos contiguamente presentes, que gerou os pontos temporais: MF, ME e MR.

No sistema proposto por Reichenbach (1947), um mesmo evento pode ser visto de diversas perspectivas: de um ponto de vista passado, presente ou futuro. O ME pode ser anterior, posterior ou coincidir com o MR; este, por sua vez, pode ser anterior, posterior ou coincidir com o MF.

Fazendo uso dos três momentos, Reichenbach (1947) propôs nove representações formais para todos os tempos verbais do inglês. São elas:

Estrutura	Novo nome	Nome tradicional
E – R – F	Passado Anterior	Past Perfect
E , R – F	Passado Simples	Simple Past
E – F , R	Presente Anterior	Present Perfect
F , R , E	Presente Simples	Present
F , R – E	Presente Posterior	Simple Future
F – E – R F , E – R E – F – R	Futuro Anterior	Future Perfect
F – R , E	Futuro Simples	Simple Future

As legendas têm os seguintes significados: E corresponde a evento; R, a referência; e F, a fala. Os traços representam anterioridade e as vírgulas, simultaneidade.

Baseada nos estudos de Reichenbach (1947), Corôa (1985) propôs uma interpretação semântica para os tempos verbais do português. Segundo ela, os três momentos estabelecidos pelo referido autor podem ser definidos da seguinte forma:

Momento do Evento (ME): é o momento em que se dá o evento (processo ou ação) descrito; é o tempo da predicação.

Momento da Fala (MF): é o momento da realização da fala; o momento em que se faz a enunciação sobre o evento (processo ou ação); é o tempo da comunicação.

Momento de Referência (MR): é o tempo da referência; o sistema temporal fixo com respeito ao qual se define simultaneidade e anterioridade; é a perspectiva do tempo relevante, que o falante transmite ao ouvinte, para a contemplação do ME (p. 42).

A autora busca atribuir a cada tempo verbal do português uma definição única e não-ambígua. As definições centram-se basicamente na interpretação fornecida pelo morfema modo-temporal do verbo, não levando em conta nem a interação do verbo com o adjunto temporal, nem a utilização de auxiliares na gramaticalização do tempo.

Corôa (1985) busca estabelecer representações desvinculadas da identificação dos momentos com intervalos concretos de tempo. Sua preocupação reside, segundo Longo (1990), em verificar quais possibilidades matemáticas de combinações dos momentos estão gramaticalizadas na língua portuguesa, de modo que suas definições resultam da análise de oposições funcionais no sistema lingüístico.

O fato de se aceitar a não-concretude dos momentos elimina a necessidade de uma interpretação derivada do contexto, uma vez que, partindo de tal hipótese, pode-se considerar que a localização dos momentos está contida nos próprios morfemas modo-temporais.

Assim, libertada da necessidade de vincular a localização dos momentos a elementos concretos, Corôa (1985) apresenta a seguinte proposta de definições para os tempos verbais do português:

Tempo Verbal	Representação
Presente	ME , MF , MR
Imperfeito	ME , MR – MF
Perfeito	ME – MF , MR
Mais-que-perfeito	ME – MR – MF
Futuro do Presente	MR , MF – ME

Futuro do Pretérito	MR – MF – ME
Futuro do Presente Composto	MF – ME - MR

É interessante observar que a autora distingue temporalmente o pretérito perfeito do imperfeito. Para ela, mesmo que a principal distinção entre esses tempos verbais seja de natureza aspectual, não se pode negar a existência de uma distinção também de natureza temporal. Segundo ela, ao utilizar o imperfeito, o locutor se coloca numa perspectiva passada e de lá contempla o evento em pleno desenvolvimento. Diferentemente, ao fazer uso do perfeito, o locutor vê um fato ocorrido no passado a partir da perspectiva do momento da enunciação.

Ressalte-se que as definições propostas por Corôa (1985) poderiam apresentar problemas para os casos de *transporte de cena*, quando se tenta estabelecer uma regra de interpretação para sentenças que fazem uso do presente histórico. No entanto, a lingüista resolve tal questão concebendo que os momentos não podem ser considerados simplesmente como momentos únicos e indivisos; trata-se de conjuntos de pontos, ou seja, de intervalos de tempo. Partindo de tal posição, ela consegue explicar satisfatoriamente o uso dos diversos tipos de presente por ela analisados. Segundo a autora, para que MF, MR e ME sejam considerados simultâneos, não há necessidade de haver uma coincidência extensional entre eles; basta que haja apenas um ponto de coincidência. Em suas próprias palavras:

Embora estejamos tratando MF, ME e MR como momentos únicos e indivisos, nada nos impede de teoricamente considerá-los conjuntos de momentos. Tal posição nos permite aceitá-los como simultâneos apenas parcialmente. Assim, quanto maior for o número de momentos de cada conjunto que coincida com os momentos dos outros conjuntos, mais realçada fica a qualidade de presente. (p. 48)

Assim, no caso do presente histórico, o MR se desloca para o passado, abrangendo-o de tal forma que tanto o MF como o ME acabam se incluindo no MR. Em outras palavras: há pontos do conjunto do ME que coincidem com pontos do conjunto do MR; por sua vez, há pontos do conjunto do MF que coincidem com pontos do conjunto do MR. Verifica-se, dessa forma, que não há necessariamente pontos em comum entre ME e MF. No entanto, ambos têm pontos em comum com o MR, o que nos leva à seguinte analogia: se $[ME, MR]$ e $[MF, MR]$, logo $[ME, MF]$; a partir da qual chegamos à conclusão de que ME, MF e MR são simultâneos também nos casos em que o presente é utilizado para indicar passado.

Num primeiro momento, poderíamos dizer que todas as representações formais apresentadas por Corôa (1985) conseguem dar conta do emprego de todos os tempos verbais simples do indicativo do português, no que diz respeito à localização do ME em relação ao MF: no presente, o ME é sempre simultâneo ao MF; no passado, sempre anterior; e no futuro, sempre posterior. No entanto, contrariando a proposta da autora, veremos mais adiante, quando formos tratar do uso do presente com valor de futuro, que nem sempre o ME coincide com o MF no caso do presente do indicativo.

3.7 Os tempos verbais segundo uma perspectiva discursiva

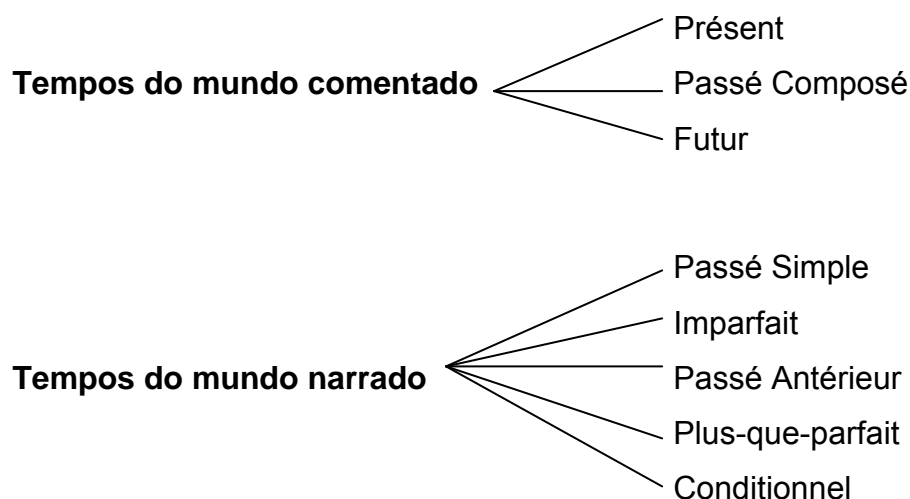
Segundo Weinrich (1974), a principal função dos tempos verbais não é localizar um evento, um estado, uma ação, no tempo cronológico, mas sim situar o interlocutor no processo comunicacional. Baseado no texto literário francês⁴, esse lingüista examina os tempos verbais a partir de três dimensões:

⁴ A fim de sustentar seu posicionamento, Weinrich também trabalha com exemplos extraídos de textos literários produzidos em outros idiomas, como o italiano, o espanhol, o inglês, o alemão e o latim.

1. atitude comunicativa;
2. perspectiva de locução;
3. e relevo.

3.7.1 A atitude comunicativa

De acordo com Weinrich (1974), há dois tipos de atitudes comunicativas: a do comentário e a da narração. Como, em cada uma dessas situações, há a predominância de um determinado grupo temporal, ele estabelece, assim, dois grupos distintos de tempos verbais: os tempos verbais do mundo comentado e os tempos verbais do mundo narrado. Segundo ele, no francês, os verbos se distribuem da seguinte forma:



Ao utilizar os verbos do mundo comentado, o locutor se responsabiliza por aquilo que enuncia, ou seja, há uma adesão mais forte do locutor em relação ao seu enunciado. Na medida em que o locutor se compromete com o seu discurso, ele

conduz o seu interlocutor a uma atitude mais receptiva, engajada, atenta, o que faz com que haja uma tensão maior entre os interlocutores envolvidos na situação comunicativa.

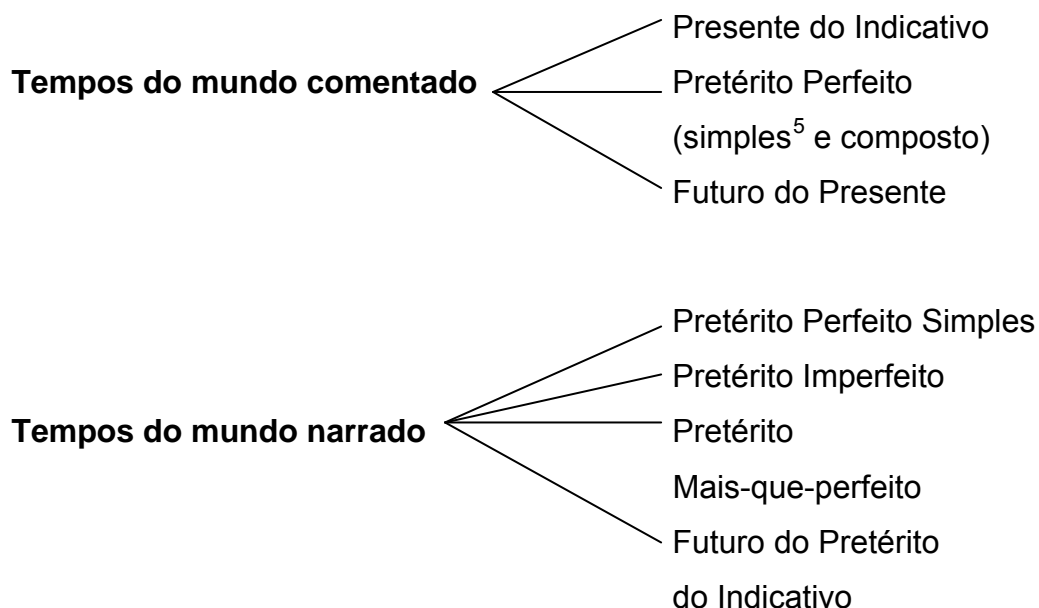
Segundo o lingüista, o principal tempo verbal do mundo comentado é o presente. Aliás, é justamente por se inserir no mundo comentado que esse é o tempo verbal predominante nas manchetes de jornal, embora, muitas vezes, o fato a ser discutido tenha ocorrido no passado ou venha a acontecer no futuro.

Como textos representativos do mundo comentado, podem-se citar o diálogo, o ensaio, o memorando político, o editorial, o relatório científico, o tratado jurídico, a conferência, enfim, todas as situações comunicativas em que há engajamento do interlocutor com relação ao seu discurso.

Fazendo uso dos verbos do mundo narrado, por outro lado, o locutor se distancia do seu discurso, não se comprometendo com aquilo que diz. Ele simplesmente relata fatos, sem interferir diretamente sobre eles. Trata-se de uma situação em que a atitude do locutor é mais distensa. Nesse tipo de atitude comunicativa, não se exige do interlocutor nenhuma reação direta, como ocorre com as situações inseridas no mundo comentado; o interlocutor, aqui, assume uma atitude receptiva relaxada, desprendida.

São representativos do mundo narrado os seguintes tipos de textos: o conto, a lenda, a novela, o romance, a narrativa histórica; em suma, todos os tipos de relato, sejam eles literários ou não.

Relativamente ao português, segundo Koch (2001), o sistema temporal divide-se do seguinte modo:



Cada um desses grupos comporta, ainda, as locuções verbais formadas a partir dos tempos verbais que os compõem. Assim, pertencem ao mundo comentado: *estou comendo, vou caminhar*, e ao mundo narrado: *estava comendo, ia caminhar*.

De acordo com Weinrich (1974), as formas verbais que não se inscrevem em um desses dois grupos são chamadas de *semitempos*. São elas: infinitivo, gerúndio e particípio; os modos subjuntivo e imperativo. Segundo o autor, trata-se de “formas verbais de espécies diferentes, porém, de modo algum, formas verbais em sua totalidade” (WEINRICH, 1974, p. 348)⁶.

Os semitempos são incapazes de dar uma informação completa sobre a pessoa e o tempo. Não conseguindo esclarecer a situação comunicativa, mostram-se indiferentes à distinção entre o mundo comentado e o narrado. Geralmente, são os tempos que lhes determinam a situação comunicativa.

⁵ O pretérito perfeito simples assume um caráter de comentário quando co-ocorre com tempos do comentário dentro de um mesmo período (KOCH, 2002), como no seguinte exemplo: *Eu acho que ele foi para São Paulo*.

⁶ “Los otros modos son formas verbales de especies diferentes, pero en modo alguno las formas verbales en su totalidad.”

É interessante frisar que, segundo Weinrich (1974), um tempo não pode, de forma alguma, pertencer ao mundo comentado e ao mundo narrado ao mesmo tempo. Existe entre os dois mundos uma fronteira estrutural que os separa categoricamente. No entanto, um tempo do mundo comentado pode ser “emprestado” ao mundo narrado, e vice-versa, caso em que tal tempo passará a assumir um valor metafórico. Ou seja: um determinado tempo verbal, ao se deslocar de seu mundo para o interior do outro mundo, leva consigo características do mundo ao qual pertence. Assim, ao empregar um tempo do mundo comentado no mundo narrado, o locutor acaba por imprimir ao seu discurso um pouco da tensão e do engajamento inerentes àquele mundo. Em contrapartida, o emprego dos tempos verbais do mundo narrado no mundo comentado implica uma atitude mais relaxada e menos comprometida por parte do locutor.

Um exemplo típico de metáfora temporal é o presente histórico. Vejamos o seguinte exemplo, emprestado a Koch (2003, p. 57):

(4) A caravana caminhava lentamente pelo areal deserto. De repente, ouve-se um forte ruído e, diante dos beduínos assustados, surge um disco-voador.

O uso do presente do indicativo, aqui, imprime ao relato um caráter mais dramático. Como se pode verificar, ele marca o momento mais relevante da narrativa.

3.7.2 A perspectiva de locução

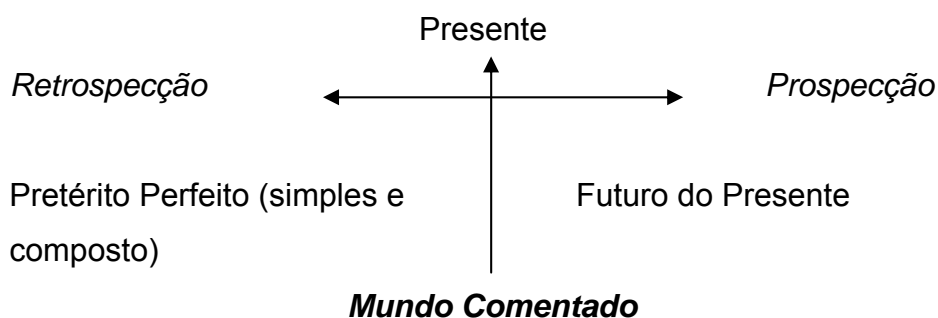
Segundo Weinrich (1974), os tempos verbais não negam o fenômeno extralingüístico do tempo cronológico, uma vez que o próprio discurso faz parte

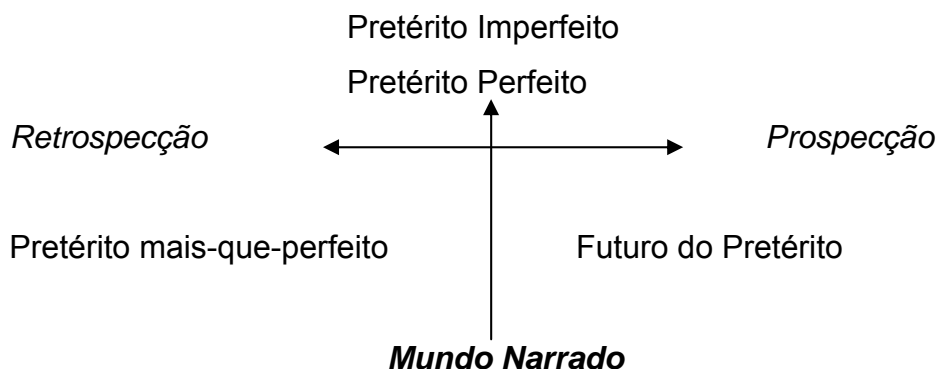
desse processo. Para ele, embora não seja essa sua principal função, como já dito anteriormente, os tempos verbais servem também para expressar a perspectiva de locução, que estabelece a relação que existe entre o tempo do texto e o tempo da ação, entendido este como o conteúdo da comunicação. Nas palavras de Nunes (2000, p. 40):

O principal mérito da concepção de Weinrich é desvincular o tempo da linguagem do sistema de divisão gramatical pautado na equivalência do presente, do passado e do futuro com a ordem natural das coisas, em proveito da temporalidade própria do texto (*Textzeit*), sempre relacionado com o tempo da ação (*Aktzeit*), enquanto conteúdo de comunicação.

Do mesmo modo que a atitude comunicativa, a perspectiva de locução pode ser analisada a partir de uma visão dicotômica: tempos sem perspectiva e tempos com perspectiva. Os primeiros são denominados de tempos-zero; os segundos, tempos retrospectivos ou prospectivos.

São considerados tempos-zero: o presente, no mundo comentado; e o pretérito perfeito e o imperfeito, no mundo narrado. Trata-se de tempos que não possuem nenhuma perspectiva. Eles apenas assinalam a postura dos interlocutores em relação àquilo que enunciam; é a partir deles que se estabelecem as relações de retrospectão e de prospecção entre os tempos verbais:





Conforme já dito, no português, o pretérito perfeito é um tempo que faz parte dos dois mundos. No entanto, conforme se pode verificar nos gráficos acima, no mundo narrado, ele é o tempo-zero, sem perspectiva; no mundo comentado, ele tem valor retrospectivo em relação ao tempo-zero deste mundo, ou seja, em relação ao presente.

Segundo Weinrich (1974), os tempos-zero são os mais empregados nas línguas, o que vem a sinalizar o desinteresse dos falantes por uma orientação baseada em perspectivas.

3.7.3 O relevo

A terceira dimensão em que atuam os tempos verbais corresponde ao relevo. De acordo com Weinrich (1974), a função principal de certos tempos verbais é dar realce a certas partes do texto, de modo a colocar determinados conteúdos em primeiro plano e outros, em segundo. Isto é: esses tempos servem para informar ao interlocutor qual informação é considerada como principal e qual é apenas secundária.

Deve-se observar que o relevo diz respeito a uma dimensão que se aplica apenas aos tempos do mundo narrado, sendo seus dois representantes o

pretérito perfeito, para indicar o primeiro plano, e o pretérito imperfeito, na indicação do pano de fundo, ou seja, do segundo plano.

O primeiro plano é aquele que faz com que o interlocutor queira escutar o que o seu locutor tem a enunciar. O segundo plano, por outro lado, atua como auxiliar, guiando e orientando o interlocutor no mundo narrado. Frise-se, aqui, que não há leis imutáveis no que se refere à distribuição desses tempos verbais numa narrativa. Nas palavras de Silva (2002, p. 36), “tudo depende do narrador, cuja liberdade se encontra limitada por algumas estruturas fundamentais do ato de narrar”.

A título de ilustração, vejamos o seguinte exemplo:

(5) O recanto era aprazível. O vento balançava suavemente as copas das árvores, os raios do sol refletiam-se nas águas do riacho e um perfume de flores espalhava-se pela clareira onde descansavam os viandantes.

De súbito, ouviu-se um grande estrondo e todos se puseram de pé, sobressaltados.

A primeira parte desse texto é formada apenas por verbos conjugados no imperfeito do indicativo, o que, segundo a teoria aqui exposta, indica que se trata do pano de fundo da narrativa. Ao se alterar o tempo verbal para o perfeito, no segundo parágrafo, assinalou-se a mudança de relevo, ou seja, instaurou-se o primeiro plano do relato.

Finalizando, gostaríamos de ressaltar que Weinrich (1974) desconsidera a noção de aspecto. Para o autor, a concepção de que as noções de ação em decurso e ação terminada estão incluídas no imperfeito e no perfeito, respectivamente, não se sustenta. O linguista alemão considera que o tempo verbal se relaciona pura e simplesmente com o comportamento do falante vinculado a um dos dois grupos temporais, de forma que a distinção entre perfeito e imperfeito se dá

baseada na noção de relevo. Enquanto o perfeito marca o primeiro plano da narrativa, o imperfeito fornece o seu pano de fundo.

Segundo Silva (2002, p. 37), tendo em vista que tais planos não excluem a noção de aspecto, não faz sentido aceitar tal posicionamento. Para ele, “o primeiro plano (*foreground*), expresso pelo perfectivo, e o segundo (*background*), pelo imperfectivo, apontam para uma função aspectual na organização da narrativa. Essa dicotomia constitui questão importante e muito produtiva para o entendimento estrutural da narrativa, o que talvez tenha levado Weinrich a enfatizá-la”.

Concordamos plenamente com o posicionamento de Silva (2002), afinal é impossível dissociar a noção de aspecto vinculada ao perfeito e ao imperfeito. Aliás, se este serve como pano de fundo para o desenvolvimento da narrativa é justamente por portar o traço de duratividade em sua constituição, em oposição àquele, cujo traço perfectivo o torna ideal para atuar no primeiro plano da narrativa.

4 O PRESENTE DO INDICATIVO

A presente seção divide-se em duas partes, uma que aborda o uso do presente do indicativo do ponto de vista da gramática tradicional, uma em que se apresenta o tema sob a ótica da Lingüística.

Tal divisão se justifica em virtude de a gramática tradicional e a Lingüística abordarem as questões da língua de forma diversa.

A gramática tradicional, ou gramática normativa, apresenta normas de bom uso da língua, entendido esse como a utilização da língua em sua variedade padrão. Essas normas baseiam-se no uso consagrado da língua por escritores de renome e, portanto, acabam por ignorar características próprias da língua oral. Ou seja: a gramática normativa prescreve o que se deve ou não usar na língua, considerando como válida, verdadeira, apenas uma variedade da língua: a escrita culta. Em outras palavras, a gramática tradicional representa uma espécie de lei que regulamenta a utilização da língua em uma sociedade.

A Lingüística, por outro lado, grosso modo, é uma ciência que, tomando por objeto de estudo a língua, busca descrever, a partir da observação empírica, sua estrutura e seu funcionamento. Diferentemente do estudo gramatical tradicional, a Lingüística procura descrever e explicar os fatos, sem, contudo, proceder a uma avaliação valorativa. A função dessa ciência é estudar toda e qualquer expressão lingüística como um fato merecedor de descrição, de modo que ela analisa não apenas a variedade culta da língua, mas todas as suas variedades.

Em suma: enquanto a gramática tradicional se limita a dizer como deve ser a língua, especificamente a variedade escrita culta, a Lingüística tenta mostrar o seu funcionamento, procurando descrever e explicar os fatos.

4.1 A visão da gramática tradicional

Geralmente, os manuais de gramática tradicionais costumam simplesmente arrolar os empregos do presente do indicativo, indicando apenas o contexto em que eles aparecem. A seguir, será feita uma resenha acerca do que alguns autores de manuais de gramática da língua portuguesa falam sobre o emprego desse tempo verbal. Saliente-se que foram consultados manuais de gramática tanto didáticos como de referência⁷.

Levantando-se o número de casos apresentados pelos manuais de gramática consultados, verifica-se que o número de valores semânticos para o emprego do presente do indicativo varia de três a oito, dependendo do manual. Ferreira (1992), por exemplo, apresenta apenas três ocorrências; Sacconi (1989), por sua vez, elenca oito casos em que o presente do indicativo pode figurar. Há também os manuais que não abordam os valores semânticos dos empregos dos tempos verbais, como é o caso de Paschoalin e Spadoto (1989) e Abreu (2003).

Segundo Said Ali (1969), o presente do indicativo serve para expressar uma ação que ocorre justamente no momento em que o falante está produzindo o seu discurso ou dentro de um período compreendido nesse momento. Embora o autor não tenha classificado tal emprego, verificamos que se trata do presente denominado por Cunha (2001) de presente momentâneo, o qual é exemplificado, por este, com a seguinte passagem de um texto de Fernando Pessoa:

(6) **Cai** chuva. **É** noite. Uma pequena brisa
Substitui o calor.

⁷ Entende-se, aqui, por manual didático aquele produzido para ser utilizado em sala de aula. O manual de referência, por sua vez, embora também possa ser empregado em sala de aula, geralmente é utilizado como manual de consulta.

Essa noção de que o presente do indicativo indica um fato que ocorre concomitantemente ao momento da enunciação perpassa todos os manuais de gramática envolvidos nesta pesquisa. Frise-se que se trata do primeiro caso apresentado por todos eles, como se esse emprego exercesse supremacia sobre os demais usos. Além disso, não se pode deixar de observar que, na maioria dos casos, apresentam-se exemplos contestáveis, ou seja, que não condizem com a concepção semântica que estão ilustrando. Veja-se esse exemplo extraído de Infante (1999), que, a nosso ver, ilustra bem um caso de presente do indicativo indicando um fato de valor atemporal, uma vez que se trata de uma verdade que perdura indefinidamente na linha do tempo:

(7) O sol **brilha** tanto que **ofusca** a vista.

Até mesmo o exemplo (6) pode ser contestado. Ao se analisar cada um dos eventos ali expressos (*cair*, *ser*, *substituir*), constatamos que todos eles possuem uma certa duração na linha do tempo; e nesse percurso durativo eles apenas cruzam o momento da enunciação. Ou seja, nenhum deles ocorre exatamente no momento da enunciação. Isso tanto é verdade que os verbos *cair* e *substituir*, no contexto em que estão inseridos, poderiam ser substituídos por uma perífrase verbal (*Está caindo chuva. É noite. Uma pequena brisa está substituindo o calor.*), sem que houvesse alteração em seu valor temporal, uma vez que a perífrase formada pelo auxiliar *estar* acompanhada do verbo principal no gerúndio nos transmite justamente uma idéia de duração. Embora ao verbo *ser* não se possa aplicar a mesma analogia, afinal não se pode dizer *está sendo noite*, é implausível supor que ele represente um evento pontual, que possa ocorrer exatamente no

momento da enunciação. Na realidade, o verbo *ser*, em sua própria acepção, implica duratividade, seja ela permanente ou temporária.

Outro exemplo digno de observação é o apresentado por Faraco e Moura (1998):

(8) As águas **atingem** um metro, afirma o locutor da TV.

Apesar de a narração feita pelo locutor provavelmente estar sendo transmitida ao vivo do local dos fatos narrados, não nos parece que o presente do indicativo, nessa situação, esteja descrevendo uma situação que está acontecendo simultaneamente ao ato de fala. A nosso ver, o uso do presente do indicativo aqui está ligado apenas ao fato de se tratar de um comentário acerca de um evento jornalístico, tal como nos propõe Weinrich (1974). O mesmo se pode afirmar sobre o exemplo encontrado em Mesquita (1999):

(9) Os trabalhadores **protestam** nas ruas de Paris.

Além do presente momentâneo, Said Ali (1969) nos apresenta mais cinco empregos possíveis para o presente do indicativo, acerca dos quais discutiremos nos parágrafos seguintes.

O primeiro deles diz respeito ao presente durativo, que, segundo o autor, corresponde a uma verdade observável em qualquer época ou a um fato real que data de muito tempo, devendo assim perdurar por um longo ou indefinido espaço de tempo. Em outras palavras, o presente durativo serve para indicar ações e estados permanentes, ou assim considerados:

(10) A Terra **gira** em torno do sol.

(11) O Amazonas **deságua** no Oceano Atlântico.

Esse tipo de presente, de acordo com Cunha (2001) costuma ser usado para expressar verdades científicas, dogmas e artigos de lei. Para ilustrar o primeiro tipo, ele também se utiliza do exemplo (10); para os outros dois, fornece os seguintes exemplos:

(12) Deus **é** Pai! Pai de toda criatura:
E a todo o ser o seu amor **assiste**:
De seus filhos o mal sempre é lembrado... (Antero Quental)

(13) A lei não **distingue** entre nacionais e estrangeiros quanto à sua aquisição e ao gozo dos direitos civis. (Código Civil Brasileiro, Art. 3º)

Verificamos que Melo (1968), ao discorrer sobre os empregos do presente do indicativo, embora não faça uso de uma nomenclatura para classificá-los, diz que esse tempo verbal traduz também um fato vindo de um passado imediato e que se prolonga até o momento em que o falante se manifesta, o que, na realidade, diz respeito ao presente durativo, ou pelo menos a um aspecto dele:

(14) **Estou** aqui em Lisboa há seis meses.

Importante observar que Melo (1968) fala em um passado imediato, ou seja, não muito distante na linha cronológica do tempo. No entanto, se tomarmos o mesmo exemplo apresentado por ele e substituirmos o verbo *estar* por *morar* e o adjunto adverbial de tempo *seis meses* por *vinte anos*, o presente do indicativo

continuará expressando a mesma noção de duração, a despeito de se tratar de um fato iniciado em um passado distante.

Sacconi (1989), por sua vez, ao discorrer sobre o presente durativo, diz tratar-se de um caso em que o fato expresso pelo verbo começa em um passado mais ou menos distante. E mais uma vez o exemplo apresentado não condiz com explanação, uma vez que não se insere o fato em um tempo determinado, como se pode verificar:

(15) **Moro** onde não mora ninguém.

O segundo emprego possível para o presente do indicativo, de acordo com Said Ali (1969), respeita ao presente freqüentativo, também chamado de iterativo (BRANDÃO, 1963; MESQUITA, 1999), o qual serve para exprimir um costume ou ação intermitente, habitual, cuja efetividade pode, ou não, coincidir com o momento em que estamos falando. São exemplos desse tipo de presente:

(16) Todas as manhãs **tomo** meu banho frio.

(17) Os Árabes **escrevem** da direita para a esquerda.

(18) Este negociante **vende** muito caro.

(19) Tu só **bebes** água pura.

Cunha (2001), ao tratar do presente freqüentativo, que denomina também de presente habitual, diz que ele pode, ainda, ser utilizado para expressar uma faculdade do sujeito, mesmo que ela não esteja sendo exercida no momento em que se fala:

(20) **Como** pouquíssimo... (Miguel Torga)

Said Ali (1969) diz, ainda, que, muitas vezes, o presente do indicativo pode ser empregado para designar um ato inexistente, porém que está prestes a se realizar, caso em que se tem um presente com valor de futuro:

(21) Hoje à noite **vou** a tua casa.

(22) Amanhã não **saio**.

(23) O trem **chega** daqui a uma hora.

Segundo Cunha (2001), o presente-futuro, como é chamado por Said Ali, também marca um fato futuro próximo. De acordo com ele, nesse caso, para evitar qualquer tipo de ambigüidade, o presente do indicativo geralmente vem acompanhado por um adjunto adverbial, como ocorre no trecho que segue:

(24) Amanhã mesmo **vou** para Belo Horizonte e lá **pego** o avião do Rio.
(Antonio Callado)

De acordo com Sacconi (1989, p. 234), emprega-se o presente do indicativo pelo futuro do presente “desde que esteja claro na frase pelo menos um elemento que dê idéia de tempo”.

Terra (1996) diz que o presente do indicativo é empregado para indicar futuro bastante próximo, quando se tem certeza de que ocorrerá:

(25) Amanhã **telefone** para você.

Não se pode negar que, diferentemente do que afirmam os dois últimos autores mencionados, o presente do indicativo pode sim indicar um futuro não tão próximo, bem como um fato incerto. Pensemos no seguinte exemplo:

(26) Acho que, em 2012, eu **vou** para a França.

Verifica-se aqui uma situação em que não há certeza de que a ida à França, planejada para um futuro distante, realmente concretizar-se-á. Isso fica bastante evidente em função da presença do verbo *achar*, indicativo apenas de uma possibilidade, no início do período.

Cegalla (1998), ao citar a frase seguinte como exemplo de presente futuro, observa que ela representa um estilo jornalístico:

(27) Príncipe inglês **chega** amanhã ao Rio.

Embora haja uma referência clara indicando que a chegada do príncipe ocorrerá no futuro, tem-se aqui, em nossa opinião, mais um caso em que o emprego presente do indicativo está indicando que se trata simplesmente de um comentário acerca de um fato jornalístico.

Cunha (2001) afirma que a utilização moderada do presente-futuro pode se tornar um meio expressivo de grandioso efeito, já que empresta a um fato que ainda está por ocorrer a certeza da atualidade. Cita como exemplos:

(28) Se ele partir amanhã, **sigo** com ele.

(29) Se ele parte amanhã, **sigo** com ele.

Segundo Bechara (2001), o emprego do presente do indicativo no lugar do futuro do indicativo serve para indicar com ênfase uma decisão.

Outro emprego do presente do indicativo, de acordo com Said Ali (1969), é aquele em que ele assume o valor de passado. Trata-se do presente-pretérito, ou presente histórico, como é mais comumente chamado:

(30) **Correm** os parentes ao Convento afligidos e desalentados; **pedem** alguma relíquia ao Santo, **levam** uma túnica que fora sua. (Frei Luis de Souza)

De acordo com Cunha (2001), o uso do presente histórico, também chamado por ele de presente narrativo, serve para dar vivacidade a fatos ocorridos no passado. Para ele, ao fazermos uso desse tipo de presente, “imaginamo-nos no

passado, visualizando os fatos que descrevemos ou narramos” (CUNHA, 2001, p. 449). A fim de ilustrar sua explicação, o autor cita o seguinte exemplo:

(31) A Avenida **é** o mar dos foliões. Serpentinhas **cortam** o ar carregado de éter, **rolam** das sacadas, **pendem** das árvores e dos fios, **unem** com os seus matizes os automóveis do curso. “Sai da frente! Sai da frente!” – o grupo dos cartolas **empurra** para passar, com a corneta que **arrebenta** os ouvidos. O chão **é** um espesso tapete de confetes. **Há** uma loucura de pandeiros, de cantos e chocalhos...

E o curso movimentava-se vagarosamente com estampidos de motores.

Bechara (2001, p. 276), por sua vez, afirma que o emprego do presente do indicativo pelo pretérito, em narrações animadas, tem por função “dar a fatos passados o sabor de novidade das coisas atuais”, opinião compartilhada por Brandão (1963, p. 283), para quem “é lícito e comum empregar-se o presente pelo pretérito nas narrações vivas, em que o autor quer dar impressão de uma realidade atual, chamando o ouvinte ou o leitor a integrar-se, pela imaginação, na época ou momento do fato descrito”.

Segundo Faraco e Moura (1998) o presente histórico é bastante empregado em textos jornalísticos, principalmente em manchetes, com a finalidade de dar a impressão de se tratar de fatos recentes. Citam como exemplo:

(32) Enchente **provoca** emergência no Paraná. (Folha de Londrina)

A nosso ver, trata-se de mais um exemplo equivocado. Como o enunciado em questão diz respeito a uma manchete jornalística, pode-se afirmar

que o objetivo do jornalista ao utilizar o presente do indicativo nessa situação é apenas indicar que se trata de um comentário, conforme já dito anteriormente.

Ainda no que se refere ao emprego do presente histórico, cumpre salientar que, segundo Said Ali (1969), quando se faz uso de duas orações, uma principal e outra subordinada, não se deve empregar naquela o tempo pretérito e nesta o presente histórico (ou vice-versa), como ocorre no exemplo a seguir, extraído de *Os Lusíadas*, de Camões:

(33) Ao capitão pedia que lhe **dê** mostra das fortes armas de que usavam.

No entanto, segundo o autor, quando se utiliza o presente histórico em uma série de orações coordenadas, a última delas pode conter o verbo novamente no pretérito. Já para Cunha (2001), no que respeita a esse particular, a última oração coordenada não só pode como deve conter o verbo novamente no pretérito.

Cunha (2001) afirma ainda que o presente histórico, quando utilizado de forma adequada, faz parte de um processo de dramatização lingüística altamente eficiente. Entretanto, o seu uso abusivo pode eliminar sua intensidade particular, na medida em que o seu valor expressivo decorre justamente da propriedade de ser acidental num contexto em que figuram formas pretéritas. Ora, o próprio exemplo apresentado pelo autor em (31) contraria tal posicionamento.

Segundo Said Ali (1969), o presente do indicativo pode, ainda, ser utilizado no lugar do futuro ou do modo imperativo, exprimindo, polidamente, um pedido, um conselho ou uma ordem:

(34) **Vais** a minha casa e **trazes** a mala.

(35) Tu me **fazes** este favor.

Cegalla (1998), ao discorrer sobre esse emprego, afirma que ele serve para dar uma ordem atenuada, menos impositiva. Segundo Terra (1996), o emprego do presente do indicativo pelo imperativo indica mais um pedido que uma ordem. Já Cunha (2001) diz que se trata de uma forma delicada de linguagem que denota intimidade entre as pessoas. Infante (1999) o considera uma forma familiar de tratamento.

O presente do indicativo pode ser utilizado em diversos outros contextos além daqueles expostos por Said Ali (1969), segundo outros gramáticos. Brandão (1963), por exemplo, diz que esse tempo verbal é utilizado para citar as palavras e opiniões de escritores e pensadores. Trata-se do presente da citação:

(36) Homero **compara** a vida humana a folhas de árvores caducas.

Segundo Brandão (1963), o presente do indicativo aparece, ainda, em frases interrogativas que buscam indagar sobre as intenções de alguém ou determinar o que se deve fazer:

(37) **Partes** hoje ou ainda te **demoras**?

(38) **Escrevo** a carta?

Em nossa opinião, em (37) estamos simplesmente diante de um caso de presente com valor de futuro, não sendo digno de atenção aqui o fato de se tratar de uma frase interrogativa, já que isso, conforme se verifica, não exerce influência alguma no valor que se atribui ao presente do indicativo em tal circunstância.

Em (38), por outro lado, é justamente a natureza interrogativa do enunciado que nos permite atribuir ao presente do indicativo o valor modal de que ele se reveste nessa situação (*Devo escrever a carta?*).

Para Bechara (2001) e Sacconi (1989), o presente do indicativo pode também ser utilizado no lugar do pretérito imperfeito do subjuntivo e do futuro do subjuntivo, como se pode verificar nestes exemplos:

(39) Se **respondo** mal ele se zangaria.

(40) Se ela não me **avisa**, eu estaria morto.

(41) Se **queres** a paz prepara-te para a guerra.

(42) Se ela **quer**, consegue tudo do marido.

Sacconi (1989) observa que, no que concerne ao emprego do presente do indicativo pelo futuro do subjuntivo (utilizado na oração subordinada), deve-se

também usar o presente do indicativo pelo futuro do presente, já que esse é o tempo verbal que figura na oração principal, conforme se pode verificar neste exemplo:

(43) Se ela **quiser**, **conseguirá** tudo do marido.

Embora Sacconi (1989) não discorra sobre os efeitos discursivos provocados pelo emprego do presente do indicativo no lugar do futuro do subjuntivo e do futuro do indicativo nesse dois últimos exemplos, deve-se observar que o emprego do presente do indicativo em (42) implica uma idéia de habitualidade que está ausente em (43).

Costuma-se, também, segundo Cunha (2001), utilizar o presente do indicativo do verbo *querer* acompanhado do infinitivo do verbo principal a fim de abrandar a rudeza do tom imperativo:

(44) **Quer** me **dar** minha carteira? (Carlos Drummond de Andrade)

Conforme se pode verificar, embora a gramática tradicional, de modo geral, tenda a analisar o uso do presente do indicativo sob um prisma mais semântico, é inegável que, eventualmente, ela aborda algum aspecto discursivo, pragmático ou estilístico acerca do emprego desse tempo verbal.

4.2 A visão da Lingüística

Embora não se tenham desenvolvido muitos estudos acerca do presente do indicativo na língua portuguesa, não se pode negar que os poucos trabalhos existentes em torno do tema sejam bastante significativos para esclarecer vários aspectos do uso desse tempo verbal. Pretende-se, nesta parte do trabalho, apresentar algumas das reflexões feitas em torno do assunto.

Um trabalho muito importante para esclarecer a natureza semântica do presente do indicativo foi o elaborado por Corôa (1985), que, baseada nos estudos de Reichenbach (1947), conforme já visto, propôs uma explicação lógica para o uso desse tempo verbal.

Segundo a autora, o que caracteriza o uso do presente do indicativo é o fato de que, em qualquer situação em que ele seja empregado, ME, MF e MR são simultâneos, o que nos fornece a vantagem de poder interpretar todos os usos sem recorrer a regras especiais ou a usos excepcionais, como comumente ocorre, por exemplo, com análises sobre o uso do presente histórico.

Na realidade, não se afirma que os limites temporais dos três momentos são coincidentes. O que ocorre, de fato, é que existe, em cada emprego do presente do indicativo, um momento de cada um desses momentos que coincide, o que valida a fórmula por ela proposta:

ME, MF, MR

Ou seja: Corôa (1985) considera cada um dos três momentos como um conjunto de momentos, que podem ser simultâneos apenas parcialmente. De acordo com ela, a qualidade de presente se torna mais realçada quanto maior for o número de momentos de cada conjunto coincidentes com os momentos de outros conjuntos.

Para comprovar sua tese, Corôa (1985) analisa cinco empregos do presente do indicativo:

(45) Água mole em pedra dura tanto **bate** até que **fura**.

(46) A Terra **gira** em torno do Sol.

(47) Carlinhos **trabalha** no IBC.

(48) Do lugar onde está, ele não me **vê**.

(49) Em 1940, **eclode** a guerra e Ted vai para o fronte.

O exemplo apresentado em (45), denominado de presente gnômico, expressa algo que ocorre não exatamente no momento em que o enunciado é emitido, mas que se circunscreve numa proposição que pode ser tida como verdadeira em qualquer momento em que for enunciada. Trata-se de uma verdade quase omnitemporal, que, justamente por isso, faz com que o ME praticamente

coincida com o MR. E como o MR, aqui, é tão amplo, ele acaba por abarcar necessariamente o MF, ou seja, o momento da enunciação.

No que diz respeito ao caso apresentado em (46), que representa uma verdade atemporal, pode-se dizer que também se trata de um exemplo em que ME, MR e MF são simultâneos. Senão, vejamos. Considerando que o tempo em que a Terra tem girado em torno do Sol se afigura como infinito à nossa consciência humana, e devendo o MR, nesse caso, ser visualizado de uma perspectiva de infinidade, tem-se, então, que o evento (a Terra girar em torno do Sol) possui, necessariamente, momentos que coincidem com alguns dos momentos que fazem parte do conjunto de momentos do MR. Pelo mesmo motivo, o MF nele também se insere, de modo que, mais uma vez MF, ME e MR podem ser considerados simultâneos.

De acordo com Corôa (1985), os exemplos (47) e (48) descrevem, respectivamente, um hábito e algo que ocorre no momento da enunciação, não devendo, por isso, nunca ser considerados como exceção. No caso de (47), verifica-se que se trata de uma proposição que será verdadeira em qualquer tempo, mesmo que, no exato momento em que for enunciada, Carlinhos não esteja trabalhando. Isso porque o MR pode ser estendido ou diminuído de acordo com a situação, embora nem sempre tenhamos consciência disso. Assim, a proposição encerrada em (47) será necessariamente verdadeira para todo o tempo em que Carlinhos constar de folha de pagamento dos funcionários do IBC. Resumindo: tem-se em (47) mais um caso em que MF, ME e MR são simultâneos.

Já em (48), o ME praticamente coincide com o MF⁸. O evento se encontra em pleno desenvolvimento ao mesmo tempo em que é referido. Dessa forma, o MR não tem necessidade de se estender além dos limites do ME e do MF, já que está suficientemente objetivado neste último. Verifica-se, portanto, mais uma vez que: MF, ME, MR.

O caso (49) se refere ao chamado presente histórico. Segundo Corôa (1985), a explicação mais comum que se dá para esse emprego do presente do indicativo é a de que o falante se transporta psicologicamente para o passado, vendo o evento como sendo contemporâneo a ele. No entanto, para a lingüista, é mais objetivo afirmar que é o MR que se desloca para o passado, abrangendo-o de tal forma que tanto o MF quanto o ME acabam por se incluir nele. Tal afirmação se torna possível em virtude de se considerar que cada um dos momentos é, teoricamente, formado por um conjunto de momentos, conforme já visto no item em que apresentamos a teoria de Reichenbach (1947). Isso nos permite considerar que, no caso do presente histórico, há momentos do conjunto do ME que coincidem com momentos do conjunto do MR, bem como que há momentos do conjunto do MF que coincidem com momentos do conjunto do MR. Assim, verifica-se que, embora ME e MF não possuam necessariamente momentos em comum, ambos os têm em comum com o MR.

De acordo com Corôa (1985), embora os três momentos (MF, ME e MR) sejam simultâneos em todos os empregos do presente do indicativo por ela apreciados, há variação nos limites de cada um deles e no modo como o MF e o ME se incluem ou se identificam com o MR. Nas palavras da própria autora, “a maior

⁸ Diz-se “praticamente” em virtude de se levar em conta o tempo, ainda que mínimo, que as ondas sonoras levam para chegar do falante ao ouvinte.

variação se dá justamente no sistema de inércia (MR) usado como referencial para se estabelecer a simultaneidade do MF e do ME” (CORÔA, 1985, p. 48).

Fiorin (1999), conforme já visto, também propõe um sistema temporal constituído por três momentos, a saber: momento da enunciação (doravante MEn), momento da referência (MR) e momento do acontecimento (doravante MAc).

O pensamento desse autor é o de que o presente do indicativo também marca uma coincidência entre os três momentos por ele propostos: MAc, MEn, MR. Para ele, há três casos de relações entre o MR e o MEn. São eles: o presente pontual, o presente durativo e o presente omnitemporal, também chamado de gnômico.

O presente pontual corresponde a um caso em que existe coincidência entre o MEn e o MR, conforme se pode verificar neste exemplo:

(50) Um relâmpago **fulgura** no céu.

O evento apresentado pelo verbo fulgurar ocorre no momento de referência presente, ou seja, no momento em que o enunciado acima é emitido por um locutor. Sendo o MR um ponto preciso no tempo, há coincidência entre ele e o MEn.

O presente durativo, por sua vez, corresponde a um caso em que o MR é mais longo do que o MEn. Fiorin (1999) observa que a duração do MR é variável, podendo ser curta ou muito longa. Além disso, ela pode ser contínua ou descontínua. Caso seja descontínua, ter-se-á o presente iterativo; caso seja contínua, o presente da continuidade. Vejamos os seguintes exemplos:

(51) Neste ano, **ministro** um curso de Lingüística para os alunos do primeiro ano.

(52) Aos sábados, nossa banda **apresenta-se** na cantina da Faculdade.

Tem-se em (51) um caso em que o MR possui a duração de um ano, ou seja, o MR é mais longo do que o MEn. No entanto, em algum ponto, esses momentos são simultâneos. O MAc indicado pelo verbo *ministrar* coincide com o MR. Verifica-se que se trata de um exemplo de presente de continuidade, já que o MR é contínuo.

Já em (52) temos um caso de presente iterativo. Verifica-se, no exemplo, que o MR, que corresponde aos sábados, repete-se. Conseqüentemente, repete-se o MAc, indicado pelo verbo *apresentar-se*. Há, desse modo, uma coincidência entre eles. Com relação ao MEn, observa-se que, embora não se reitere, ele é um só e coincide em algum ponto com o MR.

O presente omnitemporal, ou gnômico, ocorre quando o MR é ilimitado, sendo-o também o MAc. Trata-se do presente utilizado para exprimir verdades eternas. Vejamos um exemplo:

(53) O quadrado de hipotenusa **é** igual à soma do quadrado dos catetos.

Segundo Fiorin (1999, p. 151), o MR “é um sempre implícito”. Tendo em vista que o momento do estado indicado pelo verbo *ser* coincide com ele, esse

presente indica que o quadrado da hipotenusa é sempre igual à soma do quadrado dos catetos.

De acordo com o autor, o presente omnitemporal pode ser encontrado nos provérbios e máximas, nas definições, na descrição de estados tidos como imutáveis ou no relato de transformações consideradas necessárias. Para ilustrar esses casos, cita, respectivamente, os seguintes exemplos:

(54) Deus **ajuda** quem cedo **madruga**.

(55) O homem **é** um animal racional.

(56) O rio Tietê **passa** por São Paulo.

(57) Quem **ama** **perdoa**.

Segundo Fiorin (1999), as diferenças aspectuais do presente indicam, ainda, oposições entre dois presentes: o presente omnitemporal e o durativo, conforme se verifica nestes exemplos:

(58) O Itamar **é** um homem impulsivo, agora **está** mais contido.

(59) O Edmundo **joga** bem, hoje **está** jogando mal.

De acordo com Silva (2002), nem sempre há coincidência entre os três momentos propostos por Corôa (1985) quando empregamos o presente do indicativo. Segundo o autor, quando esse tempo verbal é empregado com valor futurizado, o MR pode ser posterior ao MF. Para justificar sua afirmação, ele parte de um exemplo semelhante ao que segue:

(60) Outro dia, eu **compro** aquele brinquedo para você.

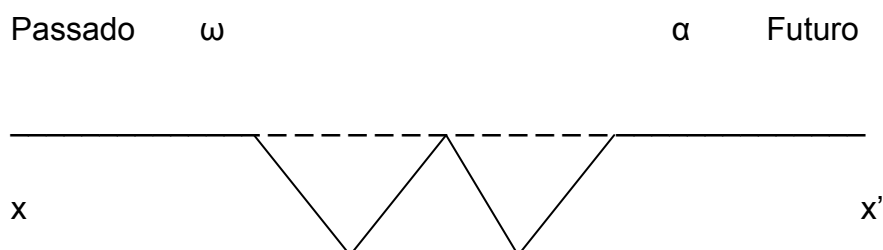
Veja-se que o valor de futuro, nesse enunciado, é reforçado pelo adjunto adverbial *outro dia*, que corresponde ao MR. Ora, sendo o MR posterior ao MF, e sendo o ato de comprar (ME) simultâneo ao MR, pode-se afirmar que se trata de um emprego em que:

MF – MR, ME

Verifica-se, portanto, que o presente futuro apresenta uma diferença no que se refere ao MR, que é considerado como posterior ao MF. Isso vai de encontro àquilo que é postulado por Corôa (1985), para quem existe apenas uma representação formal para a interpretação semântica do presente do indicativo, a saber: MF , MR , ME.

Para Silva (2002), tal fato encontra uma explicação na flexibilização do presente, que, em sua formação, possui um pouco de passado e um pouco de futuro. O linguísta sustenta sua hipótese na interpretação que Imbs (1960) faz da teoria de Guillaume (1968).

Guillaume (1968) postula a existência de um presente psicogramatical que, como operação de pensamento, é formado por parcelas de passado e futuro, que designa como cronotipos ω e α :



Baseado em tal postulado, Imbs (1960) tenta demonstrar que os valores aspectuais e temporais contidos no presente correspondem a faixas (ora mais estreitas ora mais largas) dessa composição dual.

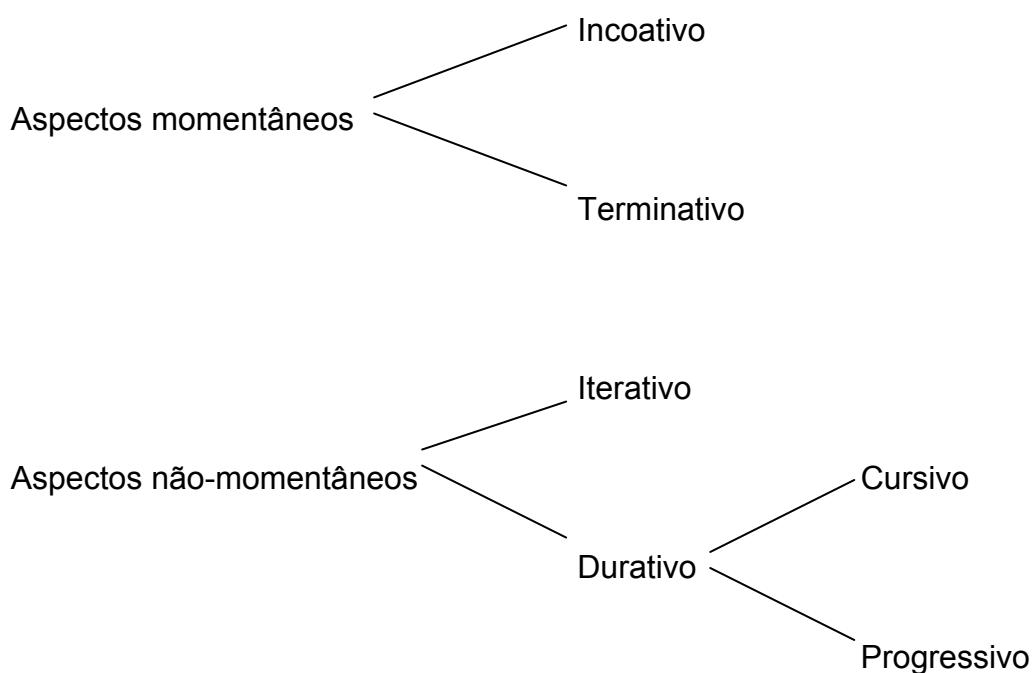
Segundo o autor, como o presente expressa todos os valores do aspecto *inaccompli* (inacabado), ele pode ser categorizado em dois aspectos: momentâneos e não-momentâneos. O primeiro diz respeito a um processo único, não repetido, sem duração, correspondendo a uma faixa mais estreita do presente psicogramatical (aspecto perfectivo); o segundo, por sua vez, está relacionado a uma ação repetida, durativa, correspondendo a uma faixa mais larga desse presente (aspecto imperfectivo).

O aspecto momentâneo possui como variantes o aspecto incoativo, que sinaliza o início de um processo (como, por exemplo, o contido nas seguintes expressões: *pôr-se a*, *estar para*), e o aspecto terminativo, que sugere o fim de um processo (como, por exemplo, é sinalizado pela seguinte expressão: *acabar de*).

O aspecto não-momentâneo compreende as seguintes variantes: o aspecto iterativo e o durativo. O primeiro indica repetição de uma ação (frequência, hábito); o segundo, uma ação que dura no tempo cronológico.

O aspecto durativo tem como variantes o aspecto cursivo, que indica uma ação sem limites, em que não há preocupações com o início ou o fim do processo, e o aspecto progressivo, que expressa gradação do processo. O aspecto cursivo é expresso por perífrases verbais (*está fazendo*) e o progressivo, por perífrases verbais (*vai indo*) ou pelo radical do verbo (*diminuir*).

Esquemmatizando-se:



Com relação ao valor temporal, Imbs (1960) afirma que o presente atual do falante e o presente intemporal também correspondem, respectivamente, às faixas estreita e larga do presente psicogramatical. Para se definir o valor temporal

do presente, o autor diz que se deve saber se o processo verbal se situa no tempo indiviso ou no tempo diviso.

O tempo indiviso, ou seja, o tempo não dividido, não comporta a divisão que comumente se faz do tempo em passado, presente e futuro. Esse tempo concerne à faixa mais larga e nele está contido o presente onitemporal, ou seja, aquele que abarca todas as épocas do tempo. É aqui que se estabelece o emprego do presente de hábito e de estados permanentes, do presente das verdades da experiência (ou presente gnômico), o presente das definições e o presente das verdades eternas.

No que respeita ao presente de hábitos e de estados permanentes, trata-se da indicação de uma ação que, em virtude da idéia de repetição e continuidade que encerra, pode ser válida tanto para o presente como para o passado e o futuro. Com relação aos outros três tipos de presente, a idéia de intemporalidade está relacionada ao caráter genérico que cada um deles encerra, o que faz com que afirmações que os empreguem sejam válidas para qualquer época.

Já no tempo diviso (dividido), existe a sucessão de épocas, cada qual correspondendo a uma divisão na linha do tempo. De acordo com Imbs (1960), o verbo expressa somente as divisões maiores do tempo diviso, a saber: passado, presente e futuro; ficando a cargo dos substantivos representar as menores (ano, dia, hora, minuto, segundo).

O tempo diviso compreende a faixa mais estreita do presente e nele estão contidas as divisões do presente: o presente da simultaneidade, o da anterioridade e o da posterioridade. De acordo com Silva (2002), é essa noção de tempo diviso que permite as variações no emprego do presente. Em suas palavras,

“a partir dele é possível evocar um futuro (próximo) ou um passado (recente), vistos em relação lógica ou psicológica com o presente” (SILVA, 2002, p. 84).

Ainda no que se refere ao presente do indicativo com valor de futuridade, Silva (2002) demonstra, também, que, diferentemente do que afirmam muitas gramáticas tradicionais, há uma variada distância temporal entre o MF e o ME, expressa por advérbios de tempo, o que demonstra a inconsistência dessas gramáticas ao afirmarem que o presente futuro expressa futuro próximo ou futuro imediato.

Em estudo acerca dos valores semânticos assumidos pelo presente do indicativo num *corpus* composto por quatro entrevistas em que os entrevistados discorriam sobre parte de sua história de vida, Fatori (2006) constatou a presença de três tipos de emprego do presente do indicativo que não são abordados pelos manuais de gramática tradicional. São eles:

- 1) presente histórico inclusivo;
- 2) presente de “juízos do falante”;
- 3) presente enfático.

Diferentemente do presente histórico tradicional apresentado pelos manuais de gramática, o qual Castilho (1984) chama de presente histórico tabular, o presente histórico inclusivo, que foi a única ocorrência de presente do indicativo com valor de passado encontrada no *corpus* analisado, abarca aquele emprego em que o verbo é utilizado para indicar tempo decorrido:

(61) (...) **Faz** quatro anos que a gente tá separado (...)

Embora Castilho (1984) não faça menção ao que o motivou a nomear esse tipo de presente histórico de inclusivo, acreditamos que essa denominação se deve ao fato de o evento que ele representa (indicação de tempo decorrido) necessariamente ancorar um outro evento (no caso, *estar separado*). Daí a idéia de *inclusivo*, que serve para indicar que ele abrange um outro evento.

De acordo com Fatori (2006), o presente de “juízos do falante” diz respeito a duas variedades encontradas em marcadores conversacionais. A primeira delas corresponde a um grupo de elementos que são desprovidos de conteúdo semântico, os quais se denominam marcadores fáticos. Trata-se de vocábulos utilizados como estratégias para o falante testar o grau de atenção e participação de seu interlocutor. É o caso de *sabe?* e *olha*, nos seguintes exemplos:

(62) (...) atrapalhar assim... eu acho que não atrapalhou... eu queria ter tido uma vida melhor sabe?... eu queria que ele... eu queria... eu sempre quis uma casa bem arrumada... eu queria que ele me desse... **sabe?**... eu acho que eu trabalhava com mais prazer (...)

(63) (...) **olha**... eu não sinto mais vontade de baile... eu não sinto mesmo... eu acho que eu... **sabe?** até gosto de ver os outro sair se arrumar pra sair... mas pra mim eu acho que não tem mais nada a ver... eu acho que eu já aproveitei tudo (...)

A segunda variedade concerne àquelas expressões cuja informação transmitida não integra diretamente o conteúdo referencial do texto enquanto estrutura tópica. Esse tipo de marcador, que se denomina marcador de atenuação da atitude do falante, pode ser exemplificado pela expressão *acho que*, empregada

nos exemplos (62) e (63). Segundo Fatori (2006), nesses casos, o falante projeta-se no discurso, marcando sua opinião, porém não de modo categórico.

O presente enfático, como o próprio nome diz, é utilizado com o intuito de enfatizar um termo da oração. Nesse caso, o verbo empregado sempre é o *ser*, conforme se verifica no seguinte exemplo:

(64) (...) ele tem **é** medo (...)

Fatori (2006), em seu estudo, observa a existência de dois tipos de presente durativo. Um é aquele que representa um evento que se iniciou no passado e perdura até o momento da fala:

(65) (...) que ainda **mora** do lado da minha casa e a Dita, que **mora** na frente, moram três família negra (...)

O outro tipo de presente durativo é aquele que integra as ações e estados permanentes, que parecem ter duração ilimitada. Trata-se de situações em que a ação verbal “congela-se”, por assim dizer, no presente genérico. É o caso de *ter* e *ser* no exemplo que segue:

(66) (...) porque eu não **tenho** dinheiro pra comprar nada dentro de casa... a minha vida **é** sustentar a casa pra comer (...)

Feito o levantamento dos valores semânticos encontrados em seu *corpus* composto por entrevistas, Fatori (2006), a partir de características em comum

entre determinadas categorias de presente do indicativo, estabeleceu uma subdivisão em cinco grupos de presente: 1) um grupo em que a categoria aspecto se encontra fortemente marcada; 2) um grupo em que o presente possui feição tipicamente atemporal; 3) um grupo em que o modo sobrepuja o tempo; 4) um grupo em que predomina o aspecto interacional; 5) um grupo de elementos enfáticos.

Subdividindo os diversos tipos de presente do indicativo dentro desses grupos, o pesquisador chegou ao seguinte quadro:

Grupo 1 (presente aspectual)	presente durativo
	presente iterativo
	presente histórico inclusivo
Grupo 2 (presente atemporal)	presente durativo (ilimitado)
	presente omnitemporal
	presente de “juízos do falante” (marcador de atenuação da atitude do falante)
Grupo 3 (presente modal)	presente imperativo
	presente futuro
Grupo 4 (presente interacional)	presente de “juízos do falante” (marcadores fáticos)
Grupo 5 (presente enfático)	presente enfático

Deve-se frisar aqui que, após o processo de amadurecimento intelectual pelo qual passamos durante o decorrer desta pesquisa, mudamos nosso posicionamento com relação a alguns desses pontos que acabamos de expor.

Um deles diz respeito à classificação que atribuímos ao valor semântico da ocorrência constante do excerto apresentado em (61), que acreditamos não se tratar de um caso de presente histórico, como se verá posteriormente na seção em que se apresentará a análise dos dados.

Relativamente ao presente de “juízos do falante” correspondente aos marcadores conversacionais fáticos, constantes dos exemplos (62) e (63), estamos, em verdade, diante de expressões lingüísticas cristalizadas pelo uso, as quais, não obstante sejam provenientes de verbos, não podem sofrer nenhum tipo de flexão. Logo, em se tratando de expressões fixas, não se pode designá-las como um tempo verbal.

No que respeita ao presente de “juízos do falante” relativo aos marcadores de atenuação da atitude do falante, deve-se observar que, embora possam ser flexionados (*acho que, achamos que*, etc.), eles não fazem parte do conteúdo referencial do texto propriamente dito; sua única função é auxiliar no desenvolvimento da interação entre os interlocutores, definindo o enunciado ao qual faz referência apenas como uma opinião. Logo, a nosso ver, esses marcadores não podem constituir-se como objeto do nosso estudo.

O mesmo se pode dizer das expressões utilizadas para enfatizar uma idéia ou um elemento do enunciado, como aquela apresentada em (64). Apesar de também poderem passar pelo processo de flexão (*Ele tinha era medo.*), sua única função no discurso é realçar, dar destaque aos termos que estão sob o seu escopo, não havendo, portanto, como lhes atribuir um valor semântico. Aliás, a flexão dessas

expressões vem justamente mostrar que não é o tempo verbal que lhes assegura sua natureza enfática.

Em pesquisa em que analisa os valores semânticos do presente do indicativo em um *corpus* áudio-visual, formado por três capítulos do programa *A grande família*, da Rede Globo de televisão, Santos (2007) subdivide o grupo do presente interacional, que ela chama de presente na interação, em sete tipos, a saber:

1) presente em expressões de opinião:

(67) Agora eu **entendo** porque ele caiu na tentação.

2) presente em expressões de polidez:

(68) **Fica** à vontade.

3) presente em expressões de concordância:

(69) **Tá** certo.

4) presente em expressões de discordância:

(70) **Imagina**, não sou viciado.

5) presente em expressões para chamar a atenção:

(71) **Escuta** aqui, Agostinho Carrara.

6) presente em expressão de ênfase (é que):

(72) Onde **é que** vocês vão morar?

7) presente em formulações de pedidos e ordens:

(73) Você **tem** que salvar o Mário.

Na nossa avaliação, a análise empreendida por Santos (2007) está eivada de equívocos. A começar pelo primeiro exemplo (67), a cuja ocorrência do presente do indicativo pode-se imputar um valor durativo. Não nos parece que o evento *entender*, em tal situação, constitua um caso de marcador interacional. Na realidade, ele compõe os conteúdos referenciais abordados pelo enunciado. Um deles diz respeito a *cair em tentação*; o outro, ao fato de o enunciador demonstrar que conseguiu perceber, compreender os motivos que levaram a pessoa a respeito da qual está discorrendo a cair em tentação.

Em (68) e (71), estamos simplesmente diante da forma imperativa afirmativa dos verbos *ficar* e *escutar* empregada para a segunda pessoa do singular (tu), confundida pela pesquisadora com a forma do presente do indicativo

empregada para a terceira pessoa do singular (*ele fica, ele escuta*). Acreditamos que se pode atribuir ao presente do indicativo o valor semântico de imperativo apenas em duas situações. Primeira: quando não houver nenhuma dúvida de que a forma verbal empregada, que estiver desacompanhada de um pronome pessoal, refere-se de fato à segunda pessoa do presente do indicativo, como é o caso do exemplo sugerido por Said Ali (1969) em (34), que aqui reproduzimos novamente:

(34) **Vais** a minha casa e **trazes** a mala.

É evidente que as formas *vais* e *trazes* pertencem ao presente do indicativo, afinal as formas imperativas afirmativas dos verbos *ir* e *trazer*, na segunda pessoa do singular, são, respectivamente: *vai* e *traz/traze*.

Segunda: quando o verbo vier acompanhado de um pronome pessoal, caso em que não haverá dúvida de que se trata realmente do presente do indicativo, conforme se verifica neste exemplo extraído do *corpus* que compôs nossa pesquisa de mestrado:

(74) (...) “eu gostaria de convidar você pra assistir o culto”... e eu falei “tá bom”... “você **vai convida** seu marido.. você **vai**... começa oito horas” (...)

Em (69) e (70), estamos diante de dois casos de expressões cristalizadas, que, conforme dito anteriormente, não podem sofrer flexões. Assim, não se pode avaliá-las como casos de emprego do presente do indicativo.

Em (71), verifica-se o emprego de uma expressão marcadora de ênfase, a respeito da qual já discorreremos.

Finalmente, em (73), não acreditamos que haja nenhum problema com relação à classificação do emprego do presente do indicativo em tal circunstância, já que ele de fato assume um valor nitidamente modal. No entanto, trata-se de uma ocorrência que deveria ser apreciada por um estudo que tivesse por objeto as perífrases verbais, o que não era o caso do trabalho de Santos (2007).

Em seu trabalho, Fatori (2006) analisou também a relação entre o presente do indicativo e os tipos de verbos (estado, ação, processo, ação-processo). A partir de um levantamento estatístico das ocorrências desse tempo verbal no *corpus* analisado, verificou-se que, na língua falada, especificamente em situação de entrevista, o presente do indicativo mantém estreita relação com os verbos de estado, afinal, no âmbito geral, eles representaram o maior número de ocorrências, em contraposição ao pretérito perfeito do indicativo, que se mostrou mais afinado com os verbos de ação. Ora, sendo o presente do indicativo o principal verbo do mundo comentado, como sugere Weinrich (1974), era de se esperar que ele mantivesse maior afinidade com verbos de estado. O pretérito perfeito, por sua vez, por fazer parte do mundo narrado, harmoniza-se melhor com verbos dinâmicos, que é o caso dos verbos de ação.

Com relação ao aspecto discursivo do emprego do presente do indicativo, deve-se mencionar o trabalho realizado por Castro (1980), no qual se analisam a distribuição e o funcionamento dos tempos verbais no discurso narrativo oral produzido por falantes do português brasileiro. Em sua pesquisa, a lingüista nos mostra que o presente do indicativo tem lugar de destaque em partes específicas

desse discurso, acerca das quais faremos uma breve apreciação de modo a permitir a compreensão do resultado de sua pesquisa.

Para desenvolver seus estudos, a autora baseou-se nos trabalhos de Labov e Waletzky (1967), de acordo com os quais uma narrativa bem formada contém as seguintes partes:

1. sumário;
2. orientação;
3. complicação;
4. avaliação;
5. resolução ou resultado;
6. e coda.

De ocorrência facultativa, o sumário constitui-se de poucas orações que resumem a experiência a ser narrada. Ocorre no início da narrativa e, além de cumprir uma função referencial, já que recapitula eventos ocorridos no passado, atua como recurso para despertar o interesse do interlocutor para o discurso que vai se desenvolver.

A orientação tem por função fornecer ao interlocutor informações em torno de personagens, lugares, tempo e situação concernentes aos eventos narrados, ou seja, informações sobre circunstâncias temporais da experiência narrada. Assim como o sumário, trata-se de uma unidade não-obrigatória na narrativa.

A terceira seção, a da complicação, é composta por orações cujo objetivo é expressar uma seqüência de eventos na mesma ordem em que eles aconteceram. A complicação estende-se até o clímax do relato, quando, então, inicia-se uma nova seção: a do resultado.

Assim como a complicação, a resolução tem por função expressar uma seqüência de eventos passados, na mesma ordem de ocorrência; no entanto, com uma diferença: enquanto a complicação expressa a seqüência dos eventos até que estes atinjam o clímax, a resolução tem por objetivo desfazer o clímax, definindo o desenlace dos acontecimentos.

Já a seção da avaliação marca a separação entre a complicação e a resolução. Por meio de recursos diversos, o narrador mostra a importância de um dado evento em relação aos demais, realçando o momento em que a ação, na complicação, chega a seu ponto máximo, ou seja, ele estabelece o limite entre a complicação e a resolução.

Importante observar que, em muitas narrativas, essa seção pode vir fundida com a resolução, ou seja, uma mesma oração narrativa pode enfatizar a importância do resultado e, ao mesmo tempo, expressá-lo.

Outro ponto a ser destacado no que diz respeito à avaliação é que se trata de uma parte da narrativa que revela a atitude do narrador quanto aos eventos narrados, realçando a importância relativa de algumas unidades em comparação a outras. Nas palavras de Castro (1980, p. 34), “a avaliação ressalta o(s) ponto(s) de interesse do relato (o perigoso, o grave, o inusitado, o engraçado, etc. da experiência, ou a coragem, a esperteza, a força, a frieza, etc. do narrador-personagem) que justifica(m) a própria ocorrência do discurso narrativo e cuja demonstração constitui um dos propósitos do narrador”.

Podendo ser tomada como a unidade que arremata o discurso narrativo, a coda, geralmente, expressa a avaliação do narrador acerca de algum aspecto ou da totalidade da experiência narrada. Trata-se de uma seção que pode conter observações sobre as personagens e os lugares envolvidos na experiência narrada, focalizando-os não mais na situação em que ocorreram no passado, mas sim na situação em que se encontram no momento do presente da enunciação.

Sendo a parte que finaliza a narrativa, pode-se dizer que a coda indica que o narrador já encerrou sua fala e que seu interlocutor pode tomar a palavra.

A fim de ilustrar essa esquematização, tomamos emprestada a Castro (1980, p. 144) a narrativa que segue, produzida por uma informante a partir de um questionamento da pesquisadora acerca de como ela havia conhecido o seu marido:

1. Ah, eu conheci de uma maneira gozadíssima!
2. Eu era uma menina.
3. Eu era uma menina, mas uma menina!
4. Eu tinha catorze pra quinze anos, mas aparentava doze ou treze, viu, porque eu era magrinha!
5. Naquele tempo eu pesava quarenta e dois quilos...
6. Agora peso cinqüenta.
7. Mas houve uma quermesse aí e eu recebi um correio elegante; entre outros, recebi um especial.
8. Quer dizer, recebi da meninada, tudo mal escrito, aquela coisa, (que) ocê sabia mais ou menos quem mandava, então recebi e me lembro bem do correio elegante que dizia: "Como você é linda, Vanda"; e assinava: "Petrônio".
9. Eu não era linda coisa nenhuma!
10. Eu sempre fui feia, sou feia, continuo sendo, sempre fui, nunca fui bonita.
11. Ah, mas aquilo me dexô envaidecida, né, porque eu me achava horrorosa, entende?
12. Eu tinha um complexo de feiúra que nem sei e aquilo me deixô assim envaidecida.
13. A letra, (era) uma letra assim já bem forte, uma letra bem personalizada, né...
14. Então eu fiquei procurando: "Mas quem é? Quem é? Quem é?" e custei pra sabê quem era.
15. Até que me disseram: "Ah, é o doutor Roseli; é um advogado novo aí na cidade; chegô agora; a família dele é daqui de Assis, mas num mora aqui e ele chegô há pouco tempo.

16. Aí quando me mostraram o dito cujo, eu disse: “Eu? Namorar um velho? De jeito nenhum!”
17. Dali a cinco anos tava casado com o velho!...
18. E nunca fiz nada melhor na minha vida, viu!

As partes que compõem essa narrativa podem ser divididas do seguinte modo:

- 1) sumário: 1
- 2) Orientação: 2 a 6
- 3) Complicação: 7 e 8
- 4) Avaliação: 9 a 13
- 5) Resolução: 14 a 17
- 6) Coda: 18

A partir de levantamento estatístico acerca do emprego dos tempos verbais em narrativas mínimas como a mostrada acima, Castro (1980) observou que, basicamente, nesse tipo de texto, encontram-se ocorrências de perfeito, imperfeito e presente do indicativo, aparecendo os dois primeiros, ocasionalmente, em combinações perifrásticas.

No que respeita especificamente ao presente do indicativo, a autora verificou sua ocorrência em duas seções.

Eventualmente, foram encontradas formas de presente do indicativo na seção da orientação, em duas situações. Ele ocorreu quando características identificadoras de personagens e situações não se encontravam circunscritas

apenas no passado, mas estendiam-se até o “agora” da enunciação, bem como em situações em que se procurou enfatizar o contraste entre características que havia no passado e características que a substituíam no presente, como é o caso da narrativa citada como exemplo, em que se contrasta o peso da entrevistada quando ela conheceu o seu marido e o peso dela no presente da enunciação (partes 5 e 6).

A outra seção em que o tempo verbal em questão foi encontrado é a coda. Segundo a autora, o presente do indicativo configura-se como o tempo verbal típico dessa seção, que é a responsável pelo encerramento do discurso narrativo. Sua ocorrência correspondeu a 70,7% das formas verbais encontradas no *corpus*, contra 16% do perfeito e 12,3% do imperfeito.

Segundo Castro (1980), as formas de presente encontradas nas codas, de modo geral, expressam um fato atual em relação ao tempo da fala, assumindo a função de trazer o discurso para o momento da enunciação, marcando uma ruptura com o passado, que diz respeito ao tempo da experiência narrada.

Ora, levando-se em conta a teoria de Weinrich (1964), segundo a qual o emprego de um tempo verbal do mundo comentado imprime ao discurso certo grau de tensão entre os interlocutores, pode-se afirmar que há uma harmonia entre a função da coda no discurso narrativo estudado por Castro (1980) e a função do presente do indicativo, principal tempo do mundo comentado. O presente do indicativo, na coda, assinala ao ouvinte que o relato da experiência já se encerrou e que, portanto, ele pode retomar a palavra, o que implica deixar de lado a passividade com que ouviu a narrativa e assumir, então, uma atitude ativa.

Em suma: o trabalho de Castro (1980), embora tenha se restringido à análise de narrativas mínimas orais, vem legitimar a divisão dicotômica dos tempos verbais em mundo narrado e mundo comentado, proposta por Weinrich (1964), e

comprovar que o presente do indicativo é, de fato, o principal tempo verbal do mundo comentado.

Como se pôde verificar no decorrer da exposição que se fez nesta seção, há muitos pontos questionáveis no tratamento que se dá ao emprego do presente do indicativo que merecem um exame mais apurado por parte dos especialistas em língua portuguesa, principalmente no que respeita à explanação fornecida pelos manuais de gramática normativa. Embora aqui já tenhamos nos posicionado em relação a alguns deles, é na seção em que procedemos à análise dos dados que faremos uma reflexão mais aprofundada sobre eles.

5 ANÁLISE DOS DADOS

Nesta seção, será feita, primeiramente, a apresentação da metodologia e do *corpus* que compõe a pesquisa. A seguir serão expostas as variáveis com as quais trabalhamos na análise quantitativa. Posteriormente, procederemos à análise dos dados.

5.1 Metodologia

Após a seleção dos textos que constituem nosso *corpus*, procedemos a um levantamento manual de todas as ocorrências dos tempos verbais, locuções verbais, formas nominais e modos neles empregados, os quais foram identificados nos textos por meio de diversas canetas coloridas (o vermelho foi utilizado para identificar o presente do indicativo; o azul marinho, o pretérito perfeito; o verde escuro, o pretérito imperfeito; etc.).

Feito o levantamento de todas essas ocorrências, realizou-se sua contagem, obtendo-se o percentual de uso para cada um desses tipos de ocorrência em cada um dos textos, com a finalidade de estabelecer uma comparação entre o presente do indicativo e os demais tempos verbais.

A seguir, partimos para a análise do presente do indicativo propriamente dita.

Primeiramente, foram levantados e analisados todos os valores semânticos assumidos por esse tempo verbal no *corpus*, bem como os gêneros discursivos e as seqüências textuais em que eles estavam inseridos.

Em seguida, procedemos à classificação de todos os verbos (ação, processo, ação-processo e estado) utilizados com cada um desses valores semânticos.

Os dados obtidos foram então processados por meio do programa computacional *Goldvarb 2001*⁹, tendo sido posteriormente interpretados e comparados às hipóteses levantadas na introdução deste trabalho.

5.2 O *corpus*

O *corpus* da pesquisa está composto por sete gêneros discursivos da modalidade escrita e quatro da modalidade falada. Como foram selecionados três textos representativos de cada gênero discursivo, o *corpus* se constitui de trinta e três textos.

Os vinte e um textos escritos foram extraídos de revistas e jornais de grande circulação, bem como de obras literárias e revistas científicas. Nove dos textos orais foram extraídos do *corpus* formado pelo Projeto de Estudo da Norma Linguística Urbana Culta de São Paulo. Os outros três textos orais foram elaborados por meio da gravação e da transcrição de quinze minutos da narração de três partidas de futebol transmitidas via rádio.

São estes os textos que compõem o *corpus*:

⁹ O Goldvarb 2001 é um programa computacional para o ambiente Windows estruturado especificamente para o desenvolvimento de análise estatística na área de linguística.

5.2.1 Modalidade escrita

1) Editoriais extraídos do jornal *A Folha de São Paulo*:

- a) Mais solavancos (TE 1), da edição nº 28.604, de 27/7/2007;
- b) Muito a votar (TE 2), da edição nº 28.607, de 30/7/2007;
- c) Os ouros e o Tesouro (TE 3), da edição nº 28.608, de 31/7/2007.

2) Editoriais extraídos do jornal *Gazeta Mercantil*:

- a) A chegada das biorrefinarias (TE 4), da edição nº 23.622, de 23/7/2007;
- b) A ajuda não chegou tarde demais? (TE 5), da edição nº 23.626, de 27, 28 e 29/7/2007.
- c) Na OMC, é hora de retaliação? (TE 6), da edição nº 23.628, de 31/7/2007.

3) Artigos de opinião extraídos da revista *Veja*:

- a) Os professores e a regra de três (TE 7), de Cláudio de Moura Castro, da edição nº 2.083, de 22/10/2008;
- b) O futuro da nova geração (TE 8), de Stephen Kanitz, da edição nº 1.914, de 20/7/2005;
- c) As elites e o povão (TE 9), de Lya Luft, da edição nº 1.940, de 25/1/2006.

4) Crônicas literárias:

- a) Assalto (TE 10), de Carlos Drummond de Andrade;
- b) A verdadeira história de Pio (TE 11), de Paulo Mendes Campos;

c) Menina no jardim (TE 12), de Paulo Mendes Campos.

5) Resenhas extraídas da revista *Istoé*:

- a) História sem fim (TE 13), de Luiz Chagas, da edição nº 1.856, de 11/5/2005;
- b) Amor fugaz (TE 14), de Luiza Pastor, da edição nº 1.841, de 26/1/2005;
- c) Ainda o terrorismo (TE 15), de Eliane Lobato e Natália Rangel, da edição nº 1.980, de 10/10/2007.

6) Artigos científicos publicados em revistas especializadas:

- a) Influência do tempo e da temperatura na dipagem de telas de poliéster para pneus (TE 16), de Marina Assumpção Calazans e Fernando Barros de Vasconcelos, publicado na revista *Química Têxtil* (ano XXXII, setembro de 2009);
- b) Reconstrução e geração de malhas em estruturas biomecânicas tridimensionais para análise por elementos finitos (TE 17), de Paulo Jóia Filho e Edson Antonio Capello Sousa, publicado na *Revista Brasileira de Engenharia Biomédica* (volume 25, número 1, abril de 2009);
- c) Prevalência de taurodontismo em pacientes da Faculdade de Odontologia da PUCRS (TE 18), de Maria Tolfo Porto, Elbio Costa Souza e Márcia Rejane Brückner, publicado na *Revista de Ciências Médicas e Biológicas* (volume 8, número 1, janeiro/abril de 2009) do Instituto de Ciências da Saúde da Universidade Federal da Bahia.

7) Manchetes extraídas da folha de rosto dos seguintes jornais:

- a) *Folha de São Paulo* (TE 19), publicado no dia 3/5/2009 (ano 89, edição nº 29.250);
- b) *O Estado de S. Paulo* (TE 20), publicado no dia 17/11/2009 (ano 130, edição nº 42.399);
- c) *Valor Econômico* (TE 21), publicado no dia 17/11/2009 (ano 10, edição nº 2.386).

5.2.2 Modalidade falada

1) Elocuções formais – Projeto NURC/SP:

- a) Inquérito nº 377 (TF 1);
- b) Inquérito nº 338 (TF 2);
- c) Inquérito nº 405 (TF 3).

2) Diálogos entre informante e documentador – Projeto NURC/SP:

- a) Inquérito nº 235 (TF 4);
- b) Inquérito nº 250 (TF 5);
- c) Inquérito nº 251 (TF 6).

3) Entrevistas extraídas da revista *Istoé*:

- a) Pedro Simon (TF 7), da edição nº 1.963, de 13/6/2007;
- b) Jarbas Passarinho (TF 8), da edição nº 1.964, de 20/6/2007;
- c) Noam Chomsky (TF 9), da edição nº 2.051, de 4/3/2009.

4) Narrações de jogos de futebol transmitidas via rádio:

- a) *Vitória x São Paulo* (TF 10): jogo transmitido pela Rádio Bandeirantes de São Paulo (AM) no dia 14/11/2009;
- b) *Avaí x Corinthians* (TF 11): jogo transmitido pela Rádio CBN de São Paulo (AM) no dia 15/11/2009;
- c) *Santos x Internacional* (TF 12): jogo transmitido pela Rádio Eldorado de São Paulo (AM) no dia 15/11/2009.

5.3 Descrição das variáveis

As variáveis com as quais trabalhamos nesta pesquisa são: o valor semântico das ocorrências de presente do indicativo, os gêneros discursivos, as seqüências textuais e os tipos de verbo.

Os valores semânticos das ocorrências encontradas no *corpus* serão apresentados na subseção seguinte. Os gêneros discursivos já foram descritos na subseção anterior, juntamente com as seqüências textuais, a respeito das quais, no entanto, se faz necessário fazer uma observação.

Nos gêneros discursivos da modalidade falada, foram consideradas como seqüências dialogais transacionais basicamente as perguntas. As respostas só foram classificadas dentro dessa tipologia textual quando compunham réplicas breves, atendendo especificamente ao que havia sido solicitado pelo inquiridor, como no exemplo que segue:

Doc. (...) e no café da manhã o que que você come?

Inf. eu tomo:: café com leite... e não como nada de sólido...
(Inquérito nº 235 – Projeto NURC/SP)

Tal procedimento se fez necessário em virtude de as respostas, em sua grande maioria, serem longas, o que propiciou o emprego de outras seqüências, conforme se verifica neste excerto:

Entrevistador: O sr. está dizendo que Obama é igual a George W. Bush?

Chomsky: Para começar, há uma distinção entre o primeiro e o segundo mandato de Bush. O primeiro foi muito arrogante e agressivo, desconsiderou as leis internacionais e foi tão abusivo e foi tão abusivo que se distanciou de países aliados. O segundo mandato amaciou a retórica e as ações, que estavam causando danos demais aos interesses dos Estados Unidos. É possível que Obama dê continuidade às políticas do segundo mandato. Em alguns aspectos, Obama é ainda mais agressivo, como no Paquistão e no Afeganistão, que, pelo que vejo, são suas principais preocupações internacionais. (Revista Istoé, edição nº 2.051, de 4/3/2009)

Resta-nos descrever agora apenas os tipos de verbo.

Para fazer a classificação dos verbos, baseamo-nos nos critérios de identificação apresentados por Borba (1996), em seu livro *Uma gramática de valências para o português*. Além dessa obra, utilizamos o *Dicionário de usos do Português do Brasil* (2002), organizado pelo mesmo autor.

De acordo com Borba (1996), os verbos podem ser classificados em quatro tipos: ação, estado, processo, ação-processo.

Os verbos de ação se caracterizam por expressarem uma atividade realizada por um sujeito agente, ou seja, um sujeito que, por si mesmo, é capaz de desencadear uma ação. Desse modo, eles expressam um fazer por parte do sujeito:

(1) (...) normalmente eles **exigem** uma garantia hipotecária quer dizer um imóvel em garantia (...) (Inquérito nº 250 – Projeto NURC/SP)

Os verbos de estado são aqueles que expressam uma propriedade localizada no sujeito que é, portanto, um simples suporte dessa propriedade ou, então, seu experimentador ou beneficiário:

(2) Governo e empresários **têm** consciência desse fato. (Jornal *Gaveta Mercantil*, edição nº 23.628, publicado em 31/7/2007)

Os verbos de processo, por sua vez, caracterizam-se por expressarem um evento ou uma sucessão de eventos que afetam um sujeito paciente ou experimentador. Assim, dizem respeito sempre a um acontecer ou um experimentar, ou seja, expressam algo que se passa com o sujeito ou que ele experimenta:

(3) Resultado: os professores se **sentem** perdidos diante dos seus alunos. (Revista *Veja*, edição nº 2083, publicada em 22/10/2008)

Já os verbos de ação-processo expressam uma ação realizada por um sujeito agente ou uma causação levada a efeito por um sujeito causativo, que afetam o complemento, o qual expressa uma mudança de estado, de condição ou de posição, ou, então, algo que passa a existir:

(4) O Pan nos **ensina** duas lições. (Jornal *Folha de São Paulo*, edição nº 28.608, publicado em 31/7/2007)

A seguir, faremos a análise semântica das ocorrências de presente do indicativo encontradas no *corpus*. Posteriormente, passaremos a descrever e analisar os resultados obtidos através do levantamento estatístico dos dados, apoiados em tabelas com o total de ocorrências e suas respectivas porcentagens.

5.4 Análise semântica das ocorrências encontradas no *corpus*

O levantamento das ocorrências de presente do indicativo no *corpus* evidencia a divisão de seus valores semânticos em quatro grupos:

- 1) presente perfectivo;
- 2) presente imperfectivo;
- 3) presente atemporal;
- 4) presente modal.

Dentro de cada um desses grupos, o presente do indicativo se manifesta em situações bastante específicas, como se verá a seguir.

5.4.1 *Presente perfectivo*

O presente perfectivo situa um determinado evento dentro de um ponto específico na linha do tempo. São quatro os casos de presente que se enquadram nessa categoria: o presente momentâneo, o presente histórico pontual, o presente futuro e o presente adverbial.

5.4.1.1 *Presente momentâneo*

O presente momentâneo diz respeito ao emprego do presente do indicativo que os manuais tradicionais de gramática e os lingüistas costumam classificar como indicativo de um evento que ocorre no mesmo momento da

enunciação, ou seja, no mesmo momento em que o enunciador está produzindo o seu discurso. No *corpus* aqui analisado, ele ocorreu em abundância nas narrações de jogo de futebol transmitidas via rádio. Vejamos dois exemplos:

(5) (...) a Zaga do São Paulo **domina domina** com André Dias que **faz** a volta **gira** o corpo **tira** dali **toca** pra Jorge Wagner aqui do lado esquerdo do campo () **domina passa** Júnior pra direita tocou portanto para Arouca Arouca de primeira **recua** pra Miranda Miranda **domina** no campo de defesa **faltam** quinze pras nove em São Paulo (...) (Narração do jogo entre o *Vitória* e o *São Paulo*, transmitida pela Rádio Bandeirantes de São Paulo em 14/11/2009)

(6) (...) **vem** pro campo de ataque o time do Santos **abre** o jogo pelo lado esquerdo **chega** Triguinho Triguinho **recolhe joga** pra Rodrigo Souto **coloca** na frente pro menino Neymar (...) (Narração do jogo entre o *Santos* e o *Internacional*, transmitida pela Rádio Eldorado de São Paulo em 15/11/2009)

Todos os casos de presente do indicativo destacados acima indicam um evento acontecendo no ato da enunciação. Obviamente, sabe-se que tal ocorrência não se dá no exato momento da enunciação, uma vez que, até a imagem das jogadas chegar aos olhos do locutor e ser processada pelo cérebro para, em seguida, ser transformada em enunciado, há o transcurso de alguns segundos. Ou seja, pode-se dizer que se trata de uma situação em que o presente tem um valor relativamente momentâneo. Aliás, isso pode ser sentido dentro do próprio discurso do narrador que intercala o uso do presente com o do pretérito perfeito:

(7) (...) Guinha azul **rola** pra Cleber ele vai adiantando na entrada da grande área Aleksandro **rolou buscou** o espaço Aleksandro aí **vem** o camisa nove **solta** lá pelo lado direito pra Danilo ele **levantou** a cabeça **vira** o jogo da direita ele **manda** área olha o internacional chegando (...) (Narração do jogo entre o *Santos* e o *Internacional*, transmitida pela Rádio Eldorado de São Paulo em 15/11/2009)

Ao produzir o seu discurso, o narrador, inconscientemente, parece se dar conta desse sutil decurso de tempo; caso contrário, não alternaria, em sua narrativa, de forma livre, o uso do presente do indicativo com o pretérito perfeito.

No entanto, essa relatividade da momentaneidade do emprego do presente do indicativo na situação que aqui se está considerando não extingue o seu caráter momentâneo. Na realidade, acreditamos que o emprego do presente do indicativo pelo pretérito perfeito em alguns momentos da narrativa serve justamente para intensificar nos interlocutores que estão ouvindo a transmissão pelo rádio a sensação de que o evento realmente está ocorrendo naquele exato momento. Trata-se de um efeito meramente discursivo cuja finalidade é justamente criar essa atmosfera de momentaneidade.

Considerando-se, portanto, as ocorrências de presente do indicativo destacadas em (5) e (6) como casos de presente momentâneo, chega-se à conclusão de que, no que concerne à configuração esquemática proposta por Côroa (1985), trata-se realmente de um caso em que ME, MR e MF são coincidentes, afinal todos os eventos ali descritos são simultâneos ao MR, que coincide com o ato da enunciação, ou seja, com o MF.

Além disso, tomando por base os pressupostos teóricos de Weinrich (1974), pode-se supor que o emprego do presente do indicativo pelo pretérito perfeito na situação em questão configura um caso de metáfora temporal (no caso, o emprego de um tempo do mundo comentado por um tempo do mundo narrado), o que imprime à narrativa um clima de maior tensão, característica essencial ao universo discursivo futebolístico, no nosso ponto de vista.

Nesse sentido, levando-se em consideração o trabalho de Castro (1980), que identificou a presença do presente do indicativo em partes específicas

Além dessa situação, outro caso em que o presente momentâneo teve lugar foi nos enunciados performativos¹⁰, que dizem respeito a situações em que os eventos descritos têm seu fim no exato momento da enunciação, conforme se pode verificar no seguinte exemplo, que não foi abordado nem pelos manuais de gramática normativa nem pelos trabalhos desenvolvidos pelos lingüistas analisados anteriormente:

(10) (...) **Confesso** que não fiquei chateado com a perspectiva de vir a perder. (...) (Revista *Istoé*, edição nº 1.963, publicada em 13/6/2007)

Outra característica importante que se depreende do emprego do presente momentâneo em (5), (6) e (7) é que ele diz respeito à representação de um evento único, não repetido, desprovido de duração. Embora alguns verbos possam até sugerir uma idéia de duração, como é o caso, por exemplo, de *dominar*, *girar*, *vir*, *rolar*, a nosso ver trata-se de verbos que, no contexto em que estão empregados, representam eventos bastante breves em si, o que nos permite considerá-los como pontuais. De acordo com Imbs (1960, p. 22), isso destaca o aspecto perfectivo do presente momentâneo; para ele “o presente momentâneo representa no presente o mesmo que o passado simples representa no passado: a ação é concebida como um processo único não repetido e alheio a todas as considerações de duração (aspecto perfeito)”¹¹.

Nesse sentido, não se pode supor que o presente momentâneo seja semanticamente similar à perífrase verbal formada pelo verbo auxiliar *estar*

¹⁰ Enunciados performativos são enunciados que, quando proferidos, na forma afirmativa e na voz ativa, simplesmente realizam uma ação, diferentemente dos enunciados constativos, que são enunciados que descrevem, relatam ou constatarem algo (AUSTIN, 1990). Outros exemplos de enunciados performativos: Eu o **batizo** em nome do Pai, do Filho e do Espírito Santo. Eu o **condeno** a cinco anos de prisão. **Declaro** aberta a sessão.

¹¹ Tradução nossa: “Le présent momentané représente dans le présent ce que le passé simple représente dans le passé: l’action est conçue comme un processus unique non répété, et en dehors de toute considération de durée (aspect perfectif)”.

acompanhado de um verbo principal (por exemplo: *está bebendo*, *está comendo*), que, por vezes, é equivocadamente interpretada como indicativa de um evento que ocorre no mesmo momento da enunciação. Em verdade, tem-se aqui uma variedade do aspecto durativo, que, como já visto anteriormente, Imbs (1960) classifica como aspecto cursivo, já que indica um evento que se iniciou em algum ponto do passado e está em curso de desenvolvimento no momento da enunciação.

5.4.1.2 Presente histórico pontual

De modo geral, os manuais de gramática normativa, ao discorrerem sobre o emprego do presente do indicativo para se referir a eventos passados, em sua grande maioria, limitam-se a apenas um tipo de ocorrência: aquela em que esse tempo verbal atua no lugar do pretérito perfeito. Os dados aqui analisados, no entanto, demonstraram haver dois tipos de presente histórico: um que se enquadra no grupo do presente perfectivo e outro, no grupo do presente imperfectivo. O primeiro tipo corresponde justamente àquele apresentado pelos referidos manuais, o qual denominamos de presente histórico pontual; o segundo, sobre o qual discorreremos oportunamente, diz respeito ao emprego do presente do indicativo pelo pretérito imperfeito.

Foram poucos os casos de presente histórico pontual encontrados no *corpus*. Vejamos alguns deles:

(11) Seus pais fazem parte ou foram vítimas da geração que assinou a Constituição de 1988. Ou então fazem parte ou foram vítimas da escola keynesiana de intelectuais, a turma do gastem e endividem-se hoje porque “a longo prazo estaremos todos mortos”. Mui amigos! A bem da verdade, a velha geração do mundo inteiro fez o mesmo, não é um fenômeno exclusivamente brasileiro. A velha geração americana, por exemplo, **deixa** dívida de 40 trilhões de dólares para a próxima geração pagar, leiam *The*

Coming Generation Storm. O resto do mundo **deixa** um estrago bem maior, leiam *Who Will Pay*, publicado pelo FMI. (Revista *Veja*, edição nº 1914, publicada em 20/7/2005)

(12) Alvo de mais de uma centena de edições no Brasil – desde a pioneira de 1882, prefaciada por Machado de Assis -, o *Livro das mil e uma noites – volume I – ramo sírio* (Editora Globo, 424 págs., R\$ 55) **sai** pela primeira vez em tradução direta do árabe, assinada por Mamede Mustafá Jarouche, professor de literatura árabe da USP. (Revista *Istoé*, edição nº 1856, publicada em 11/5/2005)

(13) Em tempos remotos, Shahrazad, a culta e inteligente filha de um vizir importante da Pérsia, **casa-se** com o rei Shahryar, que, após ter sido traído pela sua primeira esposa, passou a desposar uma mulher por dia mandando matá-las após a noite de núpcias. (Revista *Istoé*, edição nº 1856, publicada em 11/5/2005)

A primeira observação a ser feita com relação ao presente histórico pontual é que o presente do indicativo, em tal situação, pode perfeitamente ser substituído pelo pretérito perfeito sem que o enunciado veja prejudicado o seu conteúdo referencial. Assim, em (11), poderíamos ter:

(14) A velha geração americana, por exemplo, **deixou** dívida de 40 trilhões de dólares para a próxima geração pagar, leiam *The Coming Generation Storm*. O resto do mundo **deixou** um estrago bem maior, leiam *Who Will Pay*, publicado pelo FMI.

Embora o conteúdo referencial não tenha sido prejudicado, o mesmo não se pode afirmar sobre o efeito discursivo causado pelo emprego do presente do indicativo no lugar do pretérito perfeito. Ao empregar o presente do indicativo pelo pretérito perfeito em tal situação, o enunciador enfatiza que as consequências negativas por ele descritas (“dívida de 40 trilhões de dólares” e “um estrago bem maior”) perduram até o momento da enunciação e terão continuidade depois dele.

Em (12), tem-se um caso em que o emprego do presente do indicativo tem por finalidade indicar o recente lançamento do *Livro das mil e uma noites*

traduzido diretamente do árabe. A obra em questão muito provavelmente foi lançada na semana em que foi escrita a resenha, possivelmente ainda não sendo conhecida pelo público leitor da revista. Dessa forma, nesse contexto, o presente do indicativo vem conferir ao evento *sair* um caráter de novidade.

Já em (13), o enunciador nos apresenta uma das mais famosas histórias da Literatura universal, que, em virtude de sua grandiosidade, perdura pelos tempos. Assim, ao empregar o presente do indicativo pelo pretérito perfeito em tal situação, o enunciador busca salientar o caráter de permanência dos eventos narrados.

Interessante observar que houve uma circunstância em que o emprego do presente histórico pontual, a nosso ver, não foi empregado com nenhuma finalidade discursiva. Na realidade, trata-se de uma situação em que o presente histórico pontual foi condicionado pelo emprego do presente momentâneo. Vejamos:

(15) (...) Marquinhos camisa número 16 **faz** o segundo do time Internacional... na pressão em cima do time da Vila a bola **sobra** ele na risca da pequena área na entrada da pequena área Marquinhos de perna esquerda **manda** pro fundo do gol **bate** de pico não **deixou** Felipe fazer a defesa (...) (Narração do jogo entre o *Santos* e o *Internacional*, transmitida pela Rádio Eldorado de São Paulo em 15/11/2009)

Está-se, em (15), diante de um trecho da narração do jogo entre o *Santos* e o *Internacional*, transmitida pelo locutor algum tempo depois de realizado o segundo gol do time *Internacional*. Ou seja: o locutor não está mais narrando a jogada no momento de sua ocorrência; trata-se da narração de um evento já passado. No entanto, sugestionado pelo constante emprego do presente momentâneo, o locutor acaba por fazer uso do presente histórico pontual, que, no final de seqüência, é substituído pelo pretérito perfeito (*deixou*).

De acordo com Côroa (1985), mesmo em se tratando de um emprego com valor de passado, o presente histórico tem a mesma configuração que a do presente momentâneo: ME, MF, MR. Como já visto anteriormente, a autora justifica seu posicionamento, afirmando que o MR se desloca para o passado, abrangendo-o de tal forma que tanto o MF como o ME acabam se incluindo no MR. Tal postura parece se basear na idéia propagada por alguns manuais de gramática normativa, a nosso ver equivocada, de que, ao empregarmos o presente histórico, deslocamos psicologicamente ao passado, visualizando os fatos que narramos. Ou seja, Côroa (1985) faz uma interpretação formal baseada num suposto efeito discursivo provocado pelo emprego do presente histórico.

Contrariando Côroa (1985), assumimos a posição de que, ao se formalizar o emprego do presente histórico pontual, deve-se levar em consideração não seu efeito discursivo, mas sim seu valor temporal dentro do contexto em que está inserido. Ora, em nenhum dos casos elencados anteriormente há dúvida de que os eventos *deixar* (11), *sair* (12) e *casar-se* (13) ocorrem no passado. Além disso, deve-se frisar que a referência temporal sobre a qual o evento se apóia é anterior ao momento da enunciação, o que pode se verificar nitidamente em (13), em que o adjunto adverbial *em tempos remotos* situa temporalmente o evento *casar-se*. Logo, a formalização para o presente histórico pontual só pode ser esta: ME , MR – MF.

5.4.1.3 Presente futuro

Em nossa pesquisa de mestrado, o presente futuro foi tratado como uma ocorrência modal do presente do indicativo, posicionamento que revemos neste trabalho.

Melhor analisando a questão, acreditamos que, não obstante o presente com valor de futuro possua também um viés modal, já que “ocorrências futuras são necessariamente baseadas em crenças, previsões ou intenções do falante, e não no seu conhecimento do fato” (LYONS, 1979, p. 326), afinal diz respeito a algo por vir, é inegável que o enunciador, ao elaborar o seu discurso, situa o evento num determinado ponto da linha cronológica do tempo, o que pode ser atestado pelo emprego de expressões adverbiais temporais (*depois de amanhã* e *no ano que vem*) nos exemplos extraídos do *corpus* que transcrevemos a seguir:

(16) Após duas semanas de recesso parlamentar, o Congresso Nacional **retoma** depois de amanhã suas atividades normais. (Jornal *Folha de São Paulo*, edição nº 28.607, publicado em 30/7/2007)

(17) As obras **começam** no ano que vem, e para 2011 está prevista a produção de 350 mil toneladas de polietileno verde. (Jornal *Gazeta Mercantil*, edição nº 23.622, publicado em 23/7/2007)

Relativamente ao efeito discursivo, parece-nos evidente que, ao empregar o presente do indicativo no lugar do futuro do indicativo, o enunciador busca conferir um caráter de certeza ao fato sobre o qual está discorrendo, desfazendo, portanto, qualquer sinal de incerteza que poderia ser impresso pelo futuro do indicativo.

No que respeita à correlação do emprego do presente futuro aos MR, ME e MF, mais uma vez discordamos de Côroa (1985). Tanto em (16) quanto em (17) os eventos *retomar* e *começar* coincidem com o tempo definido pelos adjuntos adverbiais *depois de amanhã* e *no ano que vem*, que definem o MR. Portanto, sendo o ME coincidente com o MR, que é posterior ao MF, temos que: MF – MR, ME.

5.4.1.4 Presente adverbial

Conforme já dito anteriormente, Castilho (1984), ao discorrer sobre o emprego do presente do indicativo na língua portuguesa, considera que os exemplos seguintes devem ser tratados como um caso de presente histórico, o qual ele classifica de presente histórico inclusivo, em contraste ao presente histórico tradicional, que o autor rotula de presente histórico tabular.

(18) **Há** poucos meses, ao lado do Canadá, o Brasil abriu novo contencioso com os americanos na mesma questão dos subsídios agrícolas. (Jornal *Gaveta Mercantil*, edição nº 23.628, publicado em 31/7/2007)

(19) (...) uma coisa que eu ouvi falar... **há** poucos dias... é que só vão prestar concursos públicos pra professora professoras que tiverem Pedagogia (...) (Inquérito nº 251 – Projeto NURC/SP)

Conquanto tenhamos partilhado do pensamento de Castilho (1984) em nossa pesquisa anterior, após avaliar os exemplos contidos em (18) e (19) somos levados aqui a rever nosso posicionamento.

Ao se analisarem tais excertos partindo do critério estabelecido no item em que tratamos do presente histórico de que, para se considerar o emprego do presente do indicativo como um caso de presente histórico pontual, esse tempo verbal deve aceitar sua comutação pelo pretérito perfeito, sem prejuízo de ter alterado seu conteúdo referencial, verifica-se que não se está diante de um caso de presente histórico, como sugere Castilho (1984), afinal o verbo *haver*, em nenhuma das duas situações, pode ser comutado pelo pretérito perfeito sem se configurar como uma construção agramatical em língua portuguesa, conforme se verifica a seguir:

(20) **Houve** poucos meses, ao lado do Canadá, o Brasil abriu novo contencioso com os americanos na mesma questão dos subsídios agrícolas.

(21) (...) uma coisa que eu ouvi falar... **houve** poucos dias... é que só vão prestar concursos públicos pra professora professoras que tiverem Pedagogia (...)

Em verdade, a acepção de *existir* que se pode atribuir ao verbo *haver* nessa situação leva-nos a concluir que o presente do indicativo está indicando o acúmulo de tempo transcorrido do momento em que se deu o evento a respeito do qual o enunciador discorre na oração principal [em (20): “o Brasil abriu novo contencioso”; em (21): “ouvi falar”] até o momento da enunciação, que figura como ponto de referência para essa construção temporal. Isso pode ser corroborado pelo fato de que, na indicação de tempo transcorrido, o verbo *haver* pode ser substituído pelo verbo *fazer*.

(22) **Faz** poucos meses que, ao lado do Canadá, o Brasil abriu novo contencioso com os americanos na mesma questão dos subsídios agrícolas.

(23) (...) uma coisa que eu ouvi falar... **faz** poucos dias... é que só vão prestar concursos públicos pra professora professoras que tiverem Pedagogia (...)

Com o verbo *fazer* fica nítido o caráter de tempo transcorrido nos contextos em que se utilizou o verbo *haver*, uma vez que ele sinaliza categoricamente que o transcurso do tempo se fecha justamente no momento da enunciação. Afinal, o evento *fazer* se dá justamente no momento da enunciação. E sendo o evento *haver* similar ao *fazer*, somos levados a afirmar que a configuração do presente adverbial é a seguinte: ME, MF, MR.

O que talvez possa nos induzir a acreditar que estamos diante de um caso de presente histórico seja o fato de o verbo *haver*, em construções indicativas

de tempo transcorrido, por vezes, vir acompanhado, na língua falada, do advérbio *atrás*:

(24) (...) uma coisa que eu ouvi falar... **há** poucos dias **atrás**... é que só vão prestar concursos públicos pra professora professoras que tiverem Pedagogia (...)

Em nossa opinião, estamos diante de uma circunstância em que se confunde o *há* (verbo) com o *a* (preposição), em primeiro lugar por causa da pronúncia, que é idêntica, em segundo lugar porque a preposição *a* costuma compor construções adverbiais, inclusive construções indicativas de tempo (*à noite*; *à tarde*).

Outra evidência de que, na língua portuguesa do Brasil, equivocadamente se interpreta o verbo como sendo uma preposição é a ocorrência do *há*, também indicando tempo transcorrido, no lugar do *havia* em construções em que esta forma verbal deveria aparecer, e não aquela:

(25) Uma coisa que eu tinha ouvido falar **há** poucos dias é que só vão poder prestar concursos públicos para professora aquelas formadas em Pedagogia.

Tendo em vista o emprego do pretérito mais-que-perfeito composto (*tinha ouvido*), o verbo *haver* deveria ser empregado no pretérito imperfeito do indicativo (*havia*) em (25). Apesar disso, não é raro se deparar com esse uso do *há*. Ora, se o *há* aqui fosse realmente interpretado como um verbo, o falante certamente seria levado a usar o verbo *fazer* também no presente do indicativo em circunstância análoga a essa, o que não acontece, já que a seguinte construção é considerada agramatical:

(26) Uma coisa que eu tinha ouvido falar **faz** poucos dias é que só vão poder prestar concursos públicos para professora aquelas formadas em Pedagogia.

Poder-se-ia afirmar também que as circunstâncias expressas pelo presente do indicativo em (18) e (19) configuram um caso de presente momentâneo. Trata-se obviamente de uma afirmativa que não se pode negar, uma vez que, como já dito, o decurso do tempo se encerra justamente no momento da enunciação; no entanto, em virtude de sua peculiaridade de expressar um evento que opera como ponto de ancoragem temporal para um outro evento, do qual ele é necessariamente dependente, preferimos atribuir um caráter especial ao presente do indicativo nesse contexto.

5.4.2 *Presente imperfectivo*

Diferentemente do presente perfectivo, que tem um caráter pontual, o presente com valor imperfectivo diz respeito a uma categoria por meio da qual se marca a duração de um evento, já que, ao se pensar em aspecto imperfectivo, pensa-se no desenvolvimento de um evento na linha do tempo e não em sua localização temporal exata. No *corpus* sob análise vislumbram-se quatro circunstâncias em que o presente do indicativo se reveste de um comportamento imperfectivo, quais sejam: presente durativo contínuo, presente durativo descontínuo, presente histórico durativo e presente condicional durativo.

5.4.2.1 *Presente durativo contínuo*

Pelos dados analisados, verifica-se que esse tipo de ocorrência pode ou não ser temporalmente demarcado. Quando temporalmente demarcado, o presente durativo contínuo vem obrigatoriamente acompanhado de um advérbio de

tempo, como acontece em (27) e (28), em que as construções adverbiais *de fevereiro para cá* e *há algum tempo* sinalizam o início dos eventos *haver* e *viver*, que perduram até o momento da enunciação.

(27) De fevereiro para cá, não **há** mudança significativa nos chamados fundamentos da economia mundial nem da nacional. (Jornal *Folha de São Paulo*, edição nº 28.604, publicado em 27/7/2007)

(28) As principais Bolsas do planeta **vivem** há algum tempo uma rotina de oscilação entre extremos. (Jornal *Folha de São Paulo*, edição nº 28.604, publicado em 27/7/2007)

Esses dois excertos poderiam até corroborar a visão de Melo (1968) de que o presente do indicativo pode traduzir um evento iniciado num passado imediato e que se estende até o momento da enunciação, afinal ambas as locuções adverbiais ali empregadas remetem a um passado bastante próximo. No entanto, em (29), deparamo-nos com uma situação em que a construção adverbial *há mais de quinze anos* justamente contradiz tal pensamento, confirmando o que já havíamos dito anteriormente.

(29) (...) o que seria o meu caso inclusive que **frequênto** um dentista há mais de quinze anos porque... me foi recomendado por pessoas (...) (Inquérito nº 251 – Projeto NURC/SP)

Quando não é temporalmente delimitado, o momento de referência em que se apóia o presente durativo contínuo é bastante variável (FIORIN, 1999). Assim sendo, o presente durativo contínuo pode representar os eventos dentro de uma larga escala temporal, que vai do tempo muito curto ao muito longo. É o que se vê nos seguintes trechos:

(30) Os investidores aproveitaram que os índices atingiram picos de alta e venderam ações para realizar lucros; **há** preocupações de que a crise num segmento do mercado de hipotecas dos EUA se alastre; **há** temores de que a persistente alta no preço da energia dos alimentos e dos metais faça aumentar a inflação. (Jornal *Folha de São Paulo*, edição nº 28.604, publicado em 27/7/2007)

(31) Várias das matérias vitais para o futuro do país **aguardam** a apreciação de deputados e senadores. (Jornal *Folha de São Paulo*, edição nº 28.607, publicado em 30/7/2007)

Embora não haja uma referência temporal explícita com relação à extensão da duração dos eventos representados pelo presente do indicativo em (30) e (31), é possível inferir aproximadamente o período de tempo que cada um dos eventos em questão durará. Em (30) o evento *haver* persistirá enquanto durar a possibilidade de uma crise no setor hipotecário, o que, a nosso ver, indica que a duração do evento será curta, haja vista que o mercado financeiro vive de oscilações: ora está em alta, ora em baixa. E geralmente tais movimentos oscilatórios não costumam perdurar por um longo tempo.

Já em (31), o evento *aguardar* situa-se numa faixa mais extensa da linha temporal, tendo em vista que, em virtude de nossa experiência com relação ao tempo que a maioria dos projetos demoram a serem apreciados, no Congresso, por deputados e senadores, é de se esperar que, com relação às matérias vitais sobre as quais discorre o artigo jornalístico, não seja diferente, o que nos leva a circunscrever o evento em questão dentro de uma faixa temporal mais extensa.

Fundamentado nessas duas últimas ocorrências, é possível afirmar que a duração do evento não se apreende por meio do verbo, mas sim por meio de elementos fornecidos pelo contexto em que ele está inserido e pelo acesso ao conhecimento de mundo dos envolvidos no ato da enunciação.

Relativamente à formalização do presente durativo contínuo nos moldes propostos por Corôa (1985), é irrefutável que se está perante um caso em que ME, MF, MR, tanto no que respeita ao presente durativo contínuo temporalmente delimitado quanto ao temporalmente não-delimitado. Em (27), (28) e (29), o ME (*haver*, *viver* e *frequentar*, respectivamente) coincide com o MR, que se estende do passado até o momento da enunciação, de forma a abarcar também o MF. Em (30) e (31), temos casos em que o MR, seja ele curto ou extenso, abrange necessariamente o MF, afinal, independentemente do período de duração do MR, é certo que ele tem início em algum ponto do passado e se estende em direção ao futuro, de modo a coincidir em algum ponto com o MF. Logo: ME, MF, MR.

Finalizando, é importante observar que o presente durativo contínuo é empregado basicamente na caracterização de estados ou condições temporárias dos referentes a que alude, diferentemente do que afirma Said Ali (1969), para quem o presente durativo é empregado para indicar eventos permanentes, ou assim considerados. E afirmamos isso porque os eventos representados pelo presente durativo contínuo designam circunstâncias que podem se alterar a qualquer momento, seja em virtude da mudança de opinião por parte dos sujeitos seja em razão de fatores alheios a eles, o que pode ser corroborado por qualquer um dos exemplos aqui apresentados.

5.4.2.2 Presente durativo descontínuo

Geralmente denominado de presente iterativo (BRANDÃO, 1963; FIORIN, 1999; MESQUITA, 1999), habitual (CUNHA, 2001) ou frequentativo (SAID ALI, 1969), o presente durativo descontínuo tem seu fluxo interrompido em

determinados pontos da linha temporal que ele percorre. Assim, o desenvolvimento do evento que ele representa torna-se intermitente. A nossa preferência por nomear esse tipo de ocorrência como presente durativo descontínuo deve-se ao fato de quisermos enfatizar que se trata simplesmente de uma categoria pertencente ao grupo do presente durativo, o que não nos parece ficar tão claro nos manuais de gramática normativa, ou mesmo na explanação de alguns lingüistas.

Eis aqui alguns exemplos desse tipo de presente retirados do *corpus* sob análise:

(32) (...) e:: terças e quintas então que eu **tenho** oportunidade de:: jantar em casa (...) (Inquérito nº 235 – Projeto NURC/SP)

(33) (...) normalmente eles **exigem** uma garantia hipotecária quer dizer um imóvel em garantia (...) (Inquérito nº 250 – Projeto NURC/SP)

(34) (...) a gente de vez em quando **erra** na soma ou na subtração (...) (Inquérito nº 250 – Projeto NURC/SP)

(35) (...) Isso eles delicadamente sempre **esquecem** de mencionar. (...) (Revista *Veja*, edição nº 1914, publicada em 20/7/2005)

A primeira observação que podemos fazer ao analisarmos esses fragmentos é que, em todos eles, o presente do indicativo vem acompanhado de uma expressão adverbial temporal. Em (32): *terças e quintas*; em (33): *normalmente*; em (34): *de vez em quando*; em (35): *sempre*. Isso nos leva à conclusão de que se trata de uma característica essencial na configuração do presente durativo descontínuo. Aliás, é justamente o advérbio de tempo que vem imprimir ao presente durativo um caráter descontínuo, já que é ele o indicativo de intermitência.

Ainda com relação aos advérbios temporais, verifica-se que compõem duas classes distintas: uma classe mensurável e uma não-mensurável. A primeira

corresponde àquela por meio da qual se pode identificar objetivamente em que pontos da linha temporal ocorre o evento; a segunda assinala a reiteração, contudo não fornece informações precisas relativamente à localização do evento no tempo. Um exemplo do primeiro caso é do trecho (32), em que a construção adverbial temporal *terças e quintas* indica exatamente quando se dá o evento *ter*. Já em (33), (34) e (35), estamos diante de construções adverbiais por meio das quais não é possível indicar exatamente quando acontecem os eventos *exigir*, *errar* e *esquecer*, respectivamente.

Apesar disso, pode-se estimar, por meio das construções adverbiais temporais não-mensuráveis, o índice de frequência de ocorrência do evento representado pelo presente durativo descontínuo. Se tomarmos os exemplos contidos em (33), (34) e (35), veremos que é possível estabelecer uma gradação no índice de frequência dos eventos *exigir*, *errar* e *esquecer*. O advérbio temporal *sempre* nos fornece um índice de ocorrência mais alto do que o advérbio *normalmente*, cujo índice de ocorrência é superior ao da expressão adverbial *de vez em quando*.

Esquemmatizando-se o emprego dessas duas classes adverbiais temporais, tem-se:

EXPRESSÕES ADVERBIAIS TEMPORAIS	Expressões mensuráveis	a cada dez dias, aos domingos, semestralmente, toda semana, de três em três dias, etc.
	ALTO índice de frequência	Sempre, constantemente, freqüentemente, normalmente, comumente, etc.
	Expressões não- mensuráveis	de vez em quando, vez por outra, um vez ou outra, etc.
	MÉDIO índice de frequência	
	BAIXO índice de frequência	nunca, raramente, jamais, em tempo nenhum, etc.

O fato de as expressões adverbiais temporais pertencerem a um mesmo conjunto não garante que elas compartilhem umas com as outras um *status* idêntico. O que significa isso? Por exemplo, embora *sempre* e *normalmente* façam parte da mesma classe de expressões adverbiais mensuráveis (alto índice de frequência), entre elas existe uma nuance de diferença. Evidentemente *sempre* é indicativo de um índice de frequência mais alto do que *normalmente*, como já dito anteriormente.

Na seção em que se analisou o presente do indicativo sob a ótica dos manuais de gramática normativa, pudemos constatar que alguns exemplos apresentados por Said Ali (1969) e Cunha (2001) sugerem que, em algumas situações, a iteratividade decorre da acepção do próprio verbo, tanto que tais autores os classificam como presente freqüentativo e habitual, respectivamente. Vejamos dois deles:

(36) Tu só **bebes** água pura.

(37) **Como** pouquíssimo... (Miguel Torga)

É inegável que a aceção de *beber* e *comer* nos leva a pensar em ações cuja continuidade é intermitente, na medida em que nenhum ser humano é capaz de viver uma vida bebendo e comendo continuamente, sem parar. Entretanto, é igualmente indiscutível que, em tais enunciados, não se está focando o carácter intervalado em que tais eventos ocorrem. Na realidade, ao se afirmar que o referente ao qual se está fazendo menção só bebe água pura ou come pouquíssimo, está-se dando destaque a uma faculdade que esse referente possui. Ou seja, ao fazer isso, o enunciador joga luz sobre uma propriedade, uma virtude ou uma característica inerente a seu referente, o que, no nosso ponto de vista, diz respeito a um caso de presente durativo contínuo, porquanto esses atributos essenciais aos sujeitos podem ser tomados como estabilizados na linha do tempo.

Costa (2002) destaca como um traço indispensável para a caracterização do aspecto a não-referência à localização no tempo, ou seja, para ela o aspecto não situa o evento na linha temporal. Ora, apoiando-se nessa visão, poder-se-ia questionar o carácter imperfectivo do presente durativo descontínuo, dado que, geralmente, ele nos permite inferir a localização pontual do evento no tempo, como se vê nos exemplos apresentados. Não se pretende negar aqui o cunho perfectivo atrelado ao presente durativo descontínuo. Não obstante, não se pode perder de vista que estamos diante de uma situação em que o enunciador está interessado em destacar o desenvolvimento do evento, sua iteratividade, sua repetição, o que significa dizer que, embora se reconheça um certo carácter perfectivo no presente durativo descontínuo, principalmente daquele usado com

expressões adverbiais mensuráveis, há de se legitimar aqui a predominância do aspecto imperfeito em tal tipo de ocorrência.

Apesar de nem sempre o evento representado pelo presente durativo descontínuo necessariamente ocorrer no momento da enunciação, a nosso ver podemos aceitar que se trata de um caso em que ME, MF, MR. Em verdade, levando-se em consideração que os eventos descontínuos têm lugar numa linha que se estende do passado e segue em direção ao futuro, independentemente de sua regularidade, perpassando obrigatoriamente o momento da enunciação, podemos imaginar que esses eventos estão de alguma forma conectados por uma linha imaginária que cruza o momento da enunciação e que ancora os eventos representados pelo presente durativo descontínuo.

Se tomarmos como exemplo o advérbio *sempre*, constataremos que não se pode prever exatamente em que ponto da linha do tempo o evento terá lugar. Logo, é como se essa linha imaginária viesse a suprir essa ausência de precisão na delimitação temporal das ocorrências do evento. Podemos até afirmar que ela configura um estado latente do evento, que pode ocorrer a qualquer instante. Sob esse enfoque, fica patente então que ME, MF, MR.

Até mesmo no caso do presente durativo descontínuo mensurável, acreditamos que se possa aplicar essa mesma lógica, afinal as ocorrências dos eventos estão intrinsecamente interligadas por um fio condutor por meio do qual se estabiliza a regularidade com a qual os eventos ocorrem.

5.4.2.3 Presente histórico durativo

Conforme já exposto no item em que se tratou do presente histórico pontual, o presente histórico durativo substitui o pretérito imperfeito do indicativo, o que se pode constatar no seguinte trecho:

(38) (...) a gente vai pensar no homem do paleolítico superiOR... como um homem que ainda não conseguiu se organizar socialmente nem politicamente... eles ainda **vivem** em BANDos... ainda **existe**... o individualismo marcado... (e) ainda não **existe** o sentido de comunidade... ainda **é**:: cada um por si e Deus por todos (...) (Inquérito nº 405 – Projeto NURC/SP)

Isso significa dizer que, para verificar se a uma determinada ocorrência realmente se pode atribuir o valor de presente histórico durativo, basta apenas efetuar o mesmo processo de comutação ao qual se submete o presente histórico pontual, atentando apenas para o fato de que o tempo verbal neste caso é pretérito imperfeito:

(39) (...) a gente vai pensar no homem do paleolítico superiOR... como um homem que ainda não conseguiu se organizar socialmente nem politicamente... eles ainda **viviam** em BANDos... ainda **existia**... o individualismo marcado... (e) ainda não **existia** o sentido de comunidade... ainda **era**:: cada um por si e Deus por todos (...) (Inquérito nº 405 – Projeto NURC/SP)

Relativamente ao efeito discursivo provocado pelo presente histórico durativo, verifica-se que, em (38), semelhantemente ao que ocorre em (13), busca-se evidenciar o caráter de permanência dos eventos relatados. O que vem a diferenciar os dois casos em questão, além do valor semântico do presente do indicativo empregado, é a natureza dos eventos: em (13) estamos diante de um fato

fictício; em (38), de um fato histórico, portanto real. Se em (13), a história apresentada, como já dito, permanece pelos tempos em virtude de sua grandiosidade, em (38) ela se conserva devido à sua importância cultural para a humanidade.

Cunha (2001) afirma que o presente histórico tem por finalidade dar vivacidade a fatos ocorridos no passado. No entanto, ao se observarem tais exemplos, pode-se afirmar que o presente histórico, tanto o pontual como o durativo, serve também para manter vivos ao longo do tempo os fatos importantes ocorridos no passado, bem como as grandes histórias criadas pelos gênios da Literatura.

Ao tratar do emprego do presente histórico, Cunha (2001) afirma ainda que o seu valor expressivo deriva da propriedade de ser acidental numa situação em que figuram formas pretéritas e que seu emprego exagerado pode comprometer seus efeitos discursivos. Tal pensamento poderia sugerir equivocadamente que a eficácia do presente histórico está necessariamente atrelada ao fato de ele surgir uma única vez dentro de um contexto em que há predomínio de formas do tempo pretérito, o que se poderia justificar com os exemplos de presente histórico pontual contidos em (11), (12) e (13). Entretanto, em (38), contradizendo tal idéia, constata-se a presença de quatro formas de presente histórico durativo na mesma sequência, o que não prejudica em nenhum sentido os efeitos discursivos decorrentes do emprego dessa forma verbal.

Tal qual como ocorre com o presente histórico pontual, estamos aqui diante de um caso em que o presente do indicativo registra um evento ocorrido anteriormente ao momento da fala. Embora em (38) não se vislumbre um momento de referência explícito, pode-se inferir, pelo próprio contexto discursivo, que a

ancoragem referencial é o período paleolítico, o que nos leva a propor também para o presente histórico durativo a seguinte configuração: ME , MR – MF.

5.4.2.4 Presente condicional durativo

A condicionalidade se constitui necessariamente a partir de uma relação semântica que se estabelece entre duas orações (MATEUS *et alii*, 2003), das quais uma se classifica como principal, também denominada de condicionada, e outra como subordinada, também denominada de condicionante. A oração condicionante estabelece uma condição necessária para que se realize ou se deixe de realizar aquilo que se declara na oração condicionada. Isso implica dizer que o conteúdo proposicional da oração condicionada depende semanticamente do conteúdo proposicional da oração condicionante. Vejamos um exemplo extraído do *corpus*:

(40) (...) quando você **tem** problema de vista você **recorre** a quem? (...)
(Inquérito nº 251 – Projeto NURC/SP)

De acordo com Mateus *et alii* (2003), as construções condicionais apresentam grande diversidade de estruturas sintáticas, porém, em sua realização prototípica, a oração condicionante vem introduzida pela conjunção *se*. Nos casos de presente condicional durativo encontrados no *corpus*, no entanto, observou-se apenas a presença da conjunção *quando*, tal como se observa em (40), em que o documentador indaga ao informante a que tipo de profissional ele recorre (conteúdo proposicional da oração condicionada) quando está com problema de vista (conteúdo proposicional da oração condicionante).

Registre-se aqui, ainda, que, em todas as construções condicionais durativas encontradas no *corpus*, empregou-se o presente do indicativo em ambas as orações, tanto na condicionante como na condicionada. Apesar disso, deve-se salientar que o presente do indicativo por si só não assegura a essas construções as condições necessárias ao estabelecimento da relação de condicionalidade; como se observa em (40), a presença da conjunção subordinativa condicional é imprescindível na edificação desse valor semântico.

A classificação que se está aqui atribuindo à ocorrência do presente do indicativo em construções do tipo do excerto (40) como presente condicional durativo se deve ao fato de se poder impor à condicionalidade ali estabelecida barreiras temporais.

Ora, em se tratando de um evento que não perdurará por período contínuo e indefinido na linha do tempo, já que o evento *recorrer*, no caso em tela, insere-se num grupo de ações que, em virtude de estarem vinculadas à vida de uma pessoa específica, circunscrevem-se dentro de uma faixa pouco extensa na linha temporal, só se poderia enquadrar essa ocorrência dentro do grupo do presente imperfectivo. E por sua semelhança com o presente durativo descontínuo, o presente condicional durativo também possui a mesma esquematização que aquele: ME, MF, MR.

5.4.3 Presente atemporal

O presente atemporal encerra uma categoria que não se caracteriza por reconhecer limites temporais. Trata-se de um emprego do presente do indicativo em que não há vinculação do evento a nenhum momento cronológico concreto.

Basicamente, esse tipo de ocorrência compreende proposições universalmente válidas, em “que o âmbito dos processos verbais definíveis e divisíveis foi aí extrapolado, e agora nos achamos no mundo não mensurável das generalidades, das verdades feitas, do comentário” (CASTILHO, 1984, p. 392). Várias são as circunstâncias discursivas em que se utiliza essa categoria do presente do indicativo, conforme veremos.

5.4.3.1 Presente omnitemporal

O presente omnitemporal, usualmente também denominado de gnômico (CORÔA, 1985; FIORIN, 1999), corresponde ao emprego do presente do indicativo em proposições que são consideradas válidas, verdadeiras, a qualquer tempo.

Geralmente os manuais de gramática normativa e os lingüistas restringem o uso do presente omnitemporal aos provérbios, às máximas, às verdades eternas e às morais de fábulas, conforme se pôde verificar na seção em que se tratou do presente do indicativo. Os dados aqui analisados, porém, demonstram uma diversidade de circunstâncias que vai além desse limite.

Observa-se que o presente omnitemporal diz respeito a uma ocorrência amplamente utilizada em gêneros discursivos predominantemente argumentativos e explicativos, os quais encontram nesse emprego uma forma de legitimar as idéias e os resultados por eles apresentados, com a finalidade de atribuir-lhes um *status* de verdade. É o que se constata nos seguintes exemplos:

(41) O uso da resina plástica **reflete** poder aquisitivo da população e basta lembrar, por exemplo, que o uso de garrafas PET foi essencial para decidir

resultados em uma guerra comercial entre produtores de refrigerantes. (Jornal *Gaveta Mercantil*, edição nº 23.622, publicado em 23/7/2007)

(42) (...) Porém, a partir de um limite (sic) incrementos nos fatores estudados (principalmente do tempo) **provocam** uma diminuição da mesma que pode ser drástica quando os dois fatores estão em seus valores máximos. (...) (Revista *Química Têxtil*, ano XXXII, setembro de 2009)

No artigo científico, por exemplo, o presente omnitemporal é usado também para indicar a finalidade dos estudos apresentados, bem como para caracterizar as figuras e os quadros dele constantes:

(43) (...) Este estudo **objetiva** avaliar a prevalência de taurodontismo na população dos pacientes na Faculdade de Odontologia da PUCRS e classificar os casos encontrados de acordo com a classificação de shifman e Chanannel, definir os grupos de dentes e a dentição mais atingida e analisar o gênero prevalente. (...) (Revista de *Ciências Médicas e Biológicas*, volume 8, número 1, janeiro/abril de 2009)

(44) (...) Por exemplo, a Figura 2 **representa** o punho direito de um paciente, reconstruído a partir de 51 fatias. (...) (Revista *Brasileira de Engenharia Biomédica*, ano XXXII, setembro de 2009)

Encontra-se também um amplo emprego de presente omnitemporal na expressão de proposições que se admitem como verdadeiras em detrimento de nosso conhecimento de mundo, de nossa experiência de vida, ou na caracterização de acontecimentos usuais do nosso dia-a-dia considerados como genéricos ou na formulação de juízos de valor, como se pode constatar nos seguintes fragmentos:

(45) (...) o pagamento à vista **exclui** o pagamento de juros (...) (Inquérito nº 250 – Projeto NURC/SP)

(46) (...) não sei se vocês já repararam que num caso desses o funcionário do banco **dá** uma carimbadinha assim com duas linhas em diagonal... ele **cruza** o cheque (...) (Inquérito nº 250 – Projeto NURC/SP)

(47) (...) Isso não **cai** do céu como um presente, **vem** da luta popular engajada. (...) (Revista *Istoé*, edição nº 2051, publicada em 4/3/2009)

Ao se analisarem todos os fragmentos ilustrativos do presente omnitemporal, constata-se que o momento de referência a que está atrelado cada um dos eventos representados pelo presente do indicativo não possui um limite temporal, visto que ele se estende indefinidamente através do tempo, de modo a coincidir em algum ponto com o momento de enunciação. Logo é forçoso reconhecer que também aqui ME, MF, MR.

Finalizando este tópico, gostaríamos de destacar que eventualmente se confunde o presente omnitemporal com o presente durativo contínuo. É o caso de Cunha & Cintra (2001), por exemplo, que, ao discorrer sobre o emprego do presente durativo, afirmam que ele é utilizado também para expressar verdades científicas. Ora, acabamos de confirmar em (42) que verdades científicas se expressam por meio do presente omnitemporal. Resta-nos, então, questionar: qual a diferença entre eles?

No nosso entendimento, o que diferencia o presente omnitemporal do presente durativo contínuo é o estabelecimento de limites temporais para o desenvolvimento do evento. Como dito no início desta subseção, o grupo de ocorrências do presente atemporal, ao qual pertence o presente omnitemporal, não reconhece limites temporais, ou seja, seu momento de referência é ilimitado. O presente durativo contínuo, por outro lado, possui contornos temporais definíveis, o que significa reconhecer que é possível estabelecer um início e um fim para o evento que ele está representando, embora muitas vezes seja difícil precisar em que ponto da linha temporal isso se dá. Para melhor entendermos esse raciocínio, basta examinarmos os seguintes excertos:

(48) (...) Essas propriedades **dependem** dos materiais particulares que **formam** a estrutura do pneu, notadamente a borracha e a base de reforço. (...) (Revista *Química Têxtil*, ano XXXII, setembro de 2009)

(49) Mesmo num horizonte curto **existem** projetos importantes associados ao PAC (Programa de Aceleração do Crescimento) a serem aprovados. (Jornal *Folha de São Paulo*, edição nº 28.607, publicado em 30/7/2007)

Em (48), temos um caso em que os eventos *dependem* e *formam* compõem uma proposição considerada como verdadeira em qualquer momento em que for enunciada. Não se vislumbram em tal circunstância limites temporais para o desenvolvimento dos eventos; não há início nem fim. A sensação que se tem é de infinitude. Ou seja, trata-se de uma ocorrência de presente omnitemporal.

Já em (49), é inegável que o evento *existir*, na linha temporal, tem um ponto de partida e outro de chegada. Primeiramente, porque sabemos, por causa de nosso conhecimento de mundo, que todo projeto costuma ter início e fim, mesmo que durem por longos anos. Em segundo lugar, o enunciado em questão reforça essa idéia por meio da expressão adverbial temporal *num horizonte curto*. Estamos, portanto, diante de um caso de presente durativo contínuo.

5.4.3.2 Presente da definição

Como o próprio nome sugere, o presente da definição é empregado na definição ou explicação da acepção de uma palavra ou locução:

(50) (...) Taurodontismo **é** uma anomalia de desenvolvimento mais comum em dentes polirradiculares, onde **ocorre** alargamento da câmara pulpar e diminuição do tamanho das raízes. (...) (Revista de *Ciências Médicas e Biológicas*, volume 8, número 1, janeiro/abril de 2009)

(51) (...) Prensa: Aparelho que **prensa** a borracha moldada na amostra de tecido dipado. (...) (Revista *Química Têxtil*, ano XXXII, setembro de 2009)

O objetivo do emprego do presente da definição nos parece ser o de fornecer ao nosso interlocutor esclarecimentos que se farão necessários para o entendimento do texto que estivermos produzindo, o que se observa em ambos os casos em tela.

Em se tratando de uma definição, o presente do indicativo em tal circunstância indica que o evento por ele representado vale para todos os tempos, conforme afirma Imbs (1960). E sendo seu momento de referência ilimitado, há de coincidir sempre com o momento de enunciação, o que nos leva à seguinte esquematização para o seu uso: ME, MF, MR.

5.4.3.3 Presente da citação

Emprega-se o presente da citação toda vez que se faz necessário mencionar as idéias ou transcrever as palavras oriundas de outra fonte, como pessoas, livros, jornais, revistas, etc.:

(52) (...) O país foi se corrompendo, infelizmente. Virá ao Senado daqui a alguns dias o escritor de telenovelas Sílvio de Abreu. Ele **diz** que a tevê faz pesquisas e conclui a novela de acordo com a expectativa da opinião pública. Na última novela dele, fizeram uma pesquisa e disseram que a mocinha devia ficar com o malandro. “O marido é um chato”. Havia outro que comeu irregularidades, acharam que ele não devia ir para a cadeia. (...) (Revista *Istoé*, edição nº 1963, publicada em 13/6/2007)

(53) (...) Acho compreensível que os militares resistam a colaborar com a montagem de uma história que parta dessas premissas. Principalmente se for para colaborar naquilo que o humorista Millôr Fernandes **define** muito bem: “Eles não fizeram uma guerrilha, fizeram um investimento”. (...) (Revista *Istoé*, edição nº 1964, publicada em 20/6/2007)

A finalidade principal de se usar o presente da citação em (52) e (53), a nosso ver, é legitimar, apoiar o pensamento que se está veiculando em tais textos. Pode-se afirmar que a referência à palavra de pessoas ilustres, famosas, no caso Sílvio de Abreu e Millôr Fernandes, oferece aos enunciadores dos textos aos quais pertencem os fragmentos acima o respaldo necessário para que eles possam alicerçar a veracidade de suas alegações.

Sabe-se que esse não é o único objetivo do emprego do presente da citação. Embora não tenha havido ocorrências para comprovar outros propósitos, podemos inferir, por intuição, um provável uso desse tipo de presente com um objetivo contrário ao mencionado no parágrafo anterior. Ou seja: o enunciador também pode tomar a palavra do outro para desautorizá-la, para desprestigiá-la.

Analisando-se o emprego do presente da citação da perspectiva de sua continuidade na linha do tempo em (52) e (53), constata-se um caráter de amplitude ilimitada nos eventos ali representados. Ao fazermos uso dos verbos *dizer* e *definir* no presente do indicativo, é como se estivéssemos conferindo às palavras daqueles aos quais se está fazendo referência a condição de uma proposição universalmente válida. Assim sendo, ao infinito corresponde o seu momento de referência, que, conseqüentemente, em algum ponto, perpassa o momento de enunciação, o que faz com ME, MF e MR sejam coincidentes.

5.4.3.4 Presente da ilustração

Não são raras as vezes em que, ao discorrermos sobre determinados temas, valemo-nos da ilustração de uma situação idealizada a fim de nos fazermos compreender melhor. E como se trata de uma situação não vivenciada, pois criada

apenas com função exemplificativa, fazemos uso do presente do indicativo, caso que nomeamos de presente ilustrativo, com o intuito de investi-la de um caráter atemporal, conforme se pode constatar nos seguintes fragmentos:

(54) (...) então eu quero ver em que medida esse sujeito consegue trabalhar em determinada seção... então eu **dou** um teste de capacidade... e **verifico** que ele:: não vai se dar muito bem porque::... as:: tarefas do teste são semelhantes às tarefas... da situação de trabalho... (...) (Inquérito nº 377 – Projeto NURC/SP)

(55) (...) vamos colocar aqui o tempo... e aqui neste eixo... a quantidade... de moeda... retida... que é a nossa demanda de moeda por transação - - ... então no primeiro dia ele **recebe**... mil e duzentos... no primeiro dia então ele **tem** mil e duzentos no bolso... ao fim do primeiro dia... ele gastou quarenta cruzeiros... certo? Cafezinho transporte alimentos... então no fim do primeiro dia ele vai ter mil cento e sessenta... no bolso... no segundo dia... ele **gasta** mais quarenta... então no fim... do segundo dia ele **tem**... mil cento e vinte no bolso... e assim por diante... dentro dessa hipótese que ele gaste dessa forma homogênea... quarenta cruzeiros por dia... ao fim do trigésimo dia... ele não **tem** nada... de moeda no bolso... ele **está** a zero... mas... na manhã do dia (se) ah:: ou no... no fim da tarde dia trinta ele... **recebe** de novo... mil e duzentos:: (...) (Inquérito nº 338 – Projeto NURC/SP)

Tanto em (54) como em (55), os enunciadores buscam simular situações narrativas desprovidas de historicidade, que, por esse motivo, não podem se situar pontualmente na linha temporal; em ambos os casos, ele pretende criar, com a utilização do presente do indicativo, uma atmosfera de infinitude temporal, levando o seu interlocutor a acreditar que se trata de uma circunstância válida para qualquer momento de sua vida. Assim, não há como não admitir que o momento de referência tem aqui duração infinita. Logo: ME, MF, MR.

5.4.3.5 Presente cênico

O presente cênico concerne ao emprego do presente do indicativo em rubricas, que correspondem a um conjunto de normas e prescrições indicativas de

detalhes imprescindíveis para a realização dos atos aos quais está se referindo. Pode fazer parte tanto de textos dramáticos como de textos voltados à celebração de atos litúrgicos.

No *corpus* estudado, no entanto, o presente cênico aparece num outro gênero discursivo: um artigo de opinião. Vejamos:

(56) Ato I. Oitocentos professores no auditório. **Peço** que levantem a mão aqueles que aprenderam a ensinar “regra de três” na faculdade de educação. Surpresa! Nem uma só mão levantada. (Revista *Veja*, edição nº 2083, publicada em 22/10/2008)

Ato II. Três mil professores no auditório. **Falo** com eles sobre a importância de receberem material didático bem detalhado, de forma a melhorar suas aulas e facilitar sua vida. Sou aplaudido de pé. **Choram** de decepção, ou de raiva, os fundamentalistas antilivros presentes ao evento. Para eles, o professor precisa inventar sua aula em vez de usar o bom material existente.

Esse fragmento, que compõe o início do artigo, cujo objetivo principal é defender o uso de manuais prescritivos de como o professor deve trabalhar o conteúdo em sala de aula, possui a estrutura básica de uma rubrica, o que pode ser ratificado pela indicação dos atos I e II, como se se tratasse de uma peça de teatro.

Embora o texto não nos forneça elementos para afirmar categoricamente se os fatos apresentados nessa rubrica são ou não reais, partiremos aqui do pressuposto de que o enunciador os tenha de fato vivenciado, já que se trata de um renomado colunista que costuma realmente proferir palestras. Daí então surge o questionamento: por que empregar o presente do indicativo no lugar de um tempo pretérito, ou seja, um tempo do mundo comentado no lugar de um tempo do mundo narrado?

Acreditamos que o enunciador não tenha lançado mão de tal expediente apenas com a finalidade de criar um clima mais tenso entre os

interlocutores, de acordo com a proposta de Weinrich (1974). Certamente, o que se busca, no caso em questão, é atribuir aos eventos vividos pelo colunista o aspecto atemporal característico do presente cênico, que, do nosso ponto de vista, concerne a uma manifestação de eventos latentes suscetíveis de viabilizar-se a qualquer momento e em qualquer lugar. E é justamente isso o que pretende o enunciador. Para ele, os eventos por ele narrados compõem um quadro genérico de situações com as quais podemos nos deparar a qualquer instante.

Partindo dessa linha de raciocínio, validamos mais uma vez, com o emprego do presente cênico, a esquematização que tem representado até aqui todas as ocorrências de presente atemporal: ME, MF, MR.

5.4.3.6 Presente condicional atemporal

Outro tipo de ocorrência de presente do indicativo encontrado no *corpus* diz respeito ao presente condicional atemporal, que pode ser exemplificado com os seguintes fragmentos:

(57) (...) se não se **comprova** a causa justa o trabalhador dispensado recorre à Justiça do Trabalho (...) (Inquérito nº 250 – Projeto NURC/SP)

(58) (...) Podemos notar também uma nítida interação entre tempo e temperatura: quando o tempo **é** pequeno qualquer aumento de temperatura **provoca** um aumento na adesão. Porém se o tempo **é** muito grande o mesmo aumento de temperatura **provoca** uma diminuição na adesão e em proporções maiores. (...) (Revista *Química Têxtil*, ano XXXII, setembro de 2009)

O rótulo de atemporal que aqui se atribui a essas construções condicionais decorre da circunstância de que todas as proposições nelas contidas apresentam como traço peculiar a ausência de limites temporais, já que podem ser

consideradas verdadeiras todo o tempo em que forem enunciadas indefinidamente na linha do tempo, diferentemente do que ocorre com o presente condicional durativo, cujos contornos temporais, como já visto, são definíveis.

Ao se enunciarem as proposições contidas na construção condicional de (57) e (58), espera-se do interlocutor que aceite a relação de condicionalidade ali estabelecida como um fato incontestável, com validade temporalmente indefinível, afinal não é possível circunscrevê-lo dentro de um limite temporal, o que, conseqüentemente, assegura a relação de simultaneidade entre os três momentos: ME, MF, MR.

Diferentemente do que se constatou com o emprego do presente condicional durativo, as construções condicionais atemporais se construíram tanto com a conjunção *quando* como com *se*, o que se confirma com os excertos (57) e (58). Além disso, em uma das construções condicionais atemporais encontradas no *corpus* empregou-se o futuro do subjuntivo na oração condicionante. Vejamos:

(59) (...) se não **puder fazer** isso ela **vai** à falência... pura e simplesmente (...)
(Inquérito nº 250 – Projeto NURC/SP)

Tal ocorrência vem de encontro àquilo pregado por Sacconi (1989) em seu manual de gramática normativa, no qual fica subentendido que, quando do emprego do futuro do subjuntivo na oração condicionante, deve-se empregar necessariamente o futuro do presente na condicionada, o que não se verifica em (59), uma vez que na condicionada se utilizou o presente do indicativo.

Obviamente, poder-se-ia indagar se não estamos diante de uma construção agramatical em (59). Em nosso entendimento, tal questionamento não procede. Embora se trate da única ocorrência encontrada nos dados analisados,

parece-nos tratar-se de uma construção perfeitamente aceita pelos falantes da língua portuguesa do Brasil. Pelo menos é o que nos diz nossa intuição de falante nativo.

Especificamente no que se refere à utilização da conjunção *se*, deve-se salientar que os manuais de gramática normativa que abordam esse tipo de ocorrência se referem a ela apenas como um caso em que se emprega o presente do indicativo no lugar do futuro do subjuntivo (BECHARA, 2001; SACCONI, 1989), sem mencionar o propósito de sua utilização.

Do mesmo modo como ocorre com o emprego do presente do indicativo pelo futuro do indicativo, tem-se aqui uma circunstância em que o enunciador, na realidade, assume uma atitude de certeza em relação à realização, ou não, do evento ao qual está se referindo. Aliás, acreditamos que aqui isso fica ainda mais patente do que na categoria do presente futuro, tendo em vista que um dos tempos verbais que o presente do indicativo substitui no caso do presente condicional atemporal pertence ao modo subjuntivo, que expressa categoricamente uma atitude de incerteza ou dúvida (TRAVAGLIA, 1991).

5.4.3.7 Presente da descrição de processos

O presente da descrição de processos diz respeito a um tipo de ocorrência cujo objetivo é descrever uma seqüência contínua de eventos indispensáveis à realização de um determinado objetivo, os quais, além de apresentarem certa unidade, inserem-se dentro de um conjunto com um número finito de etapas.

Em (60), por exemplo, o enunciador enumera um conjunto de atos devidamente ordenados por meio dos quais se prepara uma certa receita de carne:

(60) (...) bom a gente **prepara** essa as carnes:: em panela separada... então você **dá** uma... uma fervura nelas... pra tirar um pouco da gordura... e bastante do sal né? porque carne salgada você não vai comer do jeito que ela está... então você:: **cozinha** em panela separada **dá** uma f::ervura nas::... em todos:: esses:: esses pertences... quando ele estiver:: eles estiverem... mais ou Menos:: cozidos... você:: **retira** da água deixa escorrer bem::... e:: **põe** de parte... então depois numa outra panela você **cozinha** o feijão... depois que ele estiver cozido então aí você **mistura** tudo (...) (Inquérito nº 235 – Projeto NURC/SP)

Por traduzir um processo seqüencial que se caracteriza por sua regularidade, uma vez que as tarefas, as ações ou os passos descritos devem ser sempre seguidos se quisermos atingir uma meta estipulada, o emprego do presente do indicativo nessa circunstância deve ser analisado de um ponto de vista atemporal. Isso significa dizer que a sucessão de eventos descritos pelo presente da descrição de processos será válida e verdadeira em qualquer momento em que for enunciada, o que nos permite assegurar que ME, MF, MR.

5.4.4 Presente modal

O presente modal corresponde a uma categoria cuja propriedade distintiva é a ausência de temporalidade. Tendo em vista que o modo condiz à “expressão do julgamento do locutor sobre o que diz” (TRAVAGLIA, 1991, p. 78), pode-se afirmar, com Lyons (1979, p. 322), que os enunciados, no que respeita a esse aspecto do tempo verbal, são marcados “de acordo com a atitude do falante em relação ao *status* factual do que está dizendo, isto é, sua certeza e ênfase, sua

incerteza ou dúvida, etc.”. Dentro dessa categoria, há dois tipos de ocorrência: o presente imperativo e o presente jornalístico.

5.4.4.1 Presente imperativo

O imperativo tem lugar quando desejamos impelir nosso interlocutor a uma mudança de conduta, de comportamento. Ainda que exista uma forma verbal específica para expressar nossa vontade, geralmente valemo-nos do presente do indicativo em seu lugar, como sucede no seguinte fragmento, em que o enunciador incita os seus interlocutores a confirmarem suas alegações a partir do fato de que os testes aos quais está se referindo surgiram de necessidades práticas:

(61) (...) então daí... podemos verificar em que medida o indivíduo pode... realizar (determinadas funções... assumir certas funções)... vocês **verificam** que esses testes... surgi::ram... a partir:: de necessidades... PRÁTICAS certo? (...)
(Inquérito nº 377 – Projeto NURC/SP)

O que se pergunta aqui é: por que motivo fazemos uso do presente do indicativo no lugar de um tempo verbal específico para esse fim?

Primeiramente, deve-se observar que o imperativo compõe basicamente um quadro de interação face a face, caso do exemplo (61), embora, não raro, possa aparecer também em gêneros discursivos escritos.

Em segundo lugar, deve-se lembrar, com Goffman (1967), de que cada indivíduo possui duas faces: uma externa e outra interna. Esta corresponde ao seu espaço íntimo, que espera não ser invadido. Aquela configura o modo como o indivíduo gostaria de ser visto pelos outros; logo diz respeito a algo que gostaria de preservar. Ou seja, numa interação face a face, os indivíduos estão interessados em

proteger a sua face e em não ferir a face do outro. Para isso, eles lançam mão de determinados recursos regidos pelo que o referido autor denomina de *princípio da preservação das faces*.

Podemos afirmar categoricamente que o emprego do presente do indicativo no lugar do imperativo configura um desses recursos. Ao empregarmos o presente com valor imperativo, estamos deixando de lado a rispidez, a aspereza que comumente se vincula à forma imperativa, para dar lugar à suavidade, à delicadeza que assume o presente do indicativo em tal circunstância.

Sendo empregado com a finalidade de expressar um conselho, uma recomendação, uma sugestão, um pedido, uma ordem, é notório que a concretização do evento ao qual se atrela o presente imperativo encontra-se ligada à vontade do falante, para quem a realização, ou não, do evento está implícita no comando determinado por ele. Desse modo, não há que se relacionar o emprego do presente imperativo aos três momentos propostos por Corôa (1985).

5.4.4.2 Presente jornalístico

Denominamos de presente jornalístico a ocorrência do presente do indicativo nas manchetes de jornais, revistas, etc., como as que seguem:

(62) TV paga **reprisa** até 29 vezes seus filmes. Pág. E1 (Jornal *Folha de São Paulo*, edição nº 29.250, publicado em 3/5/2009)

(63) China **censura** fala de Obama sobre liberdade de informação. (Jornal *O Estado de S. Paulo*, edição nº 42.399, publicado em 17/11/2009)

(64) Mercedes **compra** Brawn. (Jornal *Valor Econômico*, edição nº 2.386, publicado em 17/11/2009)

De modo geral, as notícias veiculadas pelas manchetes que utilizam o presente do indicativo podem já ter ocorrido, poderão ainda ocorrer ou podem estar ocorrendo. Isso poderia nos compelir a atribuir a cada uma dessas situações um valor específico: presente histórico, presente futuro e presente durativo. Aliás, já vimos anteriormente que Faraco e Moura (1998) e Mesquita (1999) classificam duas ocorrências de presente do indicativo em manchetes como um caso de presente momentâneo, fato por nós já devidamente contestado.

A função das manchetes, que estampam as folhas de rosto dos jornais e as capas das revistas, é chamar a atenção do leitor para as principais notícias contidas na edição a que pertencem. Assim sendo, supomos que se possa compará-las a um índice, cujo papel também é levar ao conhecimento do leitor os itens considerados de maior importância dentro do texto de uma dada publicação. Isso nos parece ainda mais plausível se levarmos em conta que muitas das manchetes vêm efetivamente acompanhadas do número da página na qual se encontram os artigos a que elas fazem referência, como é o caso do exemplo (62), o que é uma característica peculiar aos índices.

Tal reflexão nos leva a postular que o presente jornalístico diz respeito a um tipo de ocorrência em que o presente do indicativo está destituído de significação temporal. O que importa única e exclusivamente é apresentar o evento como um tema a ser abordado, sem, contudo, fazer qualquer alusão à sua localização temporal. Havendo ausência de significação temporal, não há que se falar numa representação formal nos moldes propostos por Corôa (1985).

A despeito disso, não se pode deixar de atribuir ao presente jornalístico um caráter modal, já que o seu emprego sinaliza categoricamente a certeza de

concretização do evento ao qual se reporta. Isso fica evidente quando se observa que, em caso de conjectura, a manchete não emprega mais o presente do indicativo:

(65) IPTU **deverá subir** até 40% na cidade de São Paulo. (Jornal *O Estado de S. Paulo*, edição nº 42.399, publicado em 17/11/2009)

Finalizando, deve-se observar que, caso haja necessidade de se fazer uso, na manchete, de um elemento que componha o universo lingüístico temporal, obrigatoriamente deverá se empregar um tempo verbal condizente com o valor desse elemento, como ocorre neste exemplo:

(67) Brasil já **criou** mais de 1 milhão de empregos formais no ano. (Jornal *O Estado de S. Paulo*, edição nº 42.399, publicado em 17/11/2009)

em que o advérbio *já*, indicativo de anterioridade no caso em questão, exige que o tempo verbal que o acompanhará seja obrigatoriamente um tempo pretérito.

5.5 Análise estatística das ocorrências encontradas no *corpus*

Nesta subseção procederemos à análise baseada no levantamento estatístico realizado a partir das ocorrências do presente do indicativo no *corpus* estudado.

Num primeiro momento, estabelecer-se-á uma comparação entre o número de ocorrências do presente do indicativo em relação aos demais tempos verbais da língua portuguesa.

Em seguida, a partir de tabelas elaboradas com dados estatísticos levantados pelo programa *Goldvarb 2001*, passaremos à análise da relação existente entre os valores semânticos do presente do indicativo e:

- a. os gêneros discursivos;
- b. os tipos de verbo;
- c. as seqüências textuais.

Finalizando, cumpre observar que a lista de abreviaturas empregadas nas tabelas e nos gráficos analisados encontra-se no início deste trabalho.

5.5.1 O emprego do presente do indicativo em relação aos demais tempos verbais

Feito o levantamento de todas as ocorrências de tempos verbais e locuções verbais empregados no *corpus* sob análise, chegou-se às configurações apresentadas nas tabelas que seguem.

Tabela 1: Número de ocorrências de tempos verbais, locuções verbais, formas nominais e modos encontrados em TE 1, TE 2 e TE 3

Tempos verbais	TE 1	%	TE 2	%	TE 3	%
Presente do indicativo	16	32%	14	34,15%	14	33,33%
Perfeito do indicativo	19	38%	2	4,88%	16	38,10%
Imperfeito do indicativo	1	2%	-	-	-	-
Futuro do indicativo	-	-	-	-	1	2,38%
Futuro do pretérito do indicativo	-	-	4	9,75%	1	2,38%
Mais-que-perfeito do indicativo	-	-	-	-	-	-
Presente do subjuntivo	2	4%	2	4,88%	1	2,38%
Imperfeito do subjuntivo	-	-	2	4,88%	-	-
Futuro do subjuntivo	-	-	1	2,44%	-	-
Locuções verbais						
Auxiliar: presente do indicativo	4	8%	5	12,20%	5	11,91%
Auxiliar: perfeito do indicativo	3	6%	-	-	1	2,38%
Auxiliar: imperfeito do indicativo	1	2%	-	-	-	-
Auxiliar: futuro do indicativo	-	-	2	4,88%	-	-
Auxiliar: futuro do pretérito	1	2%	4	9,75%	1	2,38%
Auxiliar: presente do subjuntivo	2	4%	1	2,44%	1	2,38%
Auxiliar: imperfeito do subjuntivo	-	-	-	-	-	-
Auxiliar: futuro do subjuntivo	1	2%	-	-	1	2,38%
Auxiliar: infinitivo	-	-	4	9,75%	-	-
Auxiliar: gerúndio	-	-	-	-	-	-
Total de ocorrências	50		41		42	
Formas nominais	TE1	%	TE2	%	TE3	%
Infinitivo	8	66,67%	7	53,85%	4	33,33%
Particípio	4	33,33%	2	15,38%	5	41,67%
Gerúndio	-	-	4	30,77%	3	25%
Total de ocorrências	12		13		12	
Modo	TE1	%	TE2	%	TE3	%
Imperativo afirmativo	-	-	-	-	-	-
Imperativo negativo	-	-	-	-	-	-
Total de ocorrências	-		-		-	

Tabela 2: Número de ocorrências de tempos verbais, locuções verbais, formas nominais e modos encontrados em TE 4, TE 5 e TE 6

Tempos verbais	TE 4	%	TE 5	%	TE 6	%
Presente do indicativo	19	43,18%	12	26,09%	25	44,64%
Perfeito do indicativo	12	27,27%	13	28,26%	11	19,64%
Imperfeito do indicativo	1	2,27%	-	-	5	8,93%
Futuro do indicativo	2	4,55%	4	8,67%	4	7,14%
Futuro do pretérito do indicativo	-	-	1	2,17%	-	-
Mais-que-perfeito do indicativo	-	-	1	2,17%	-	-
Presente do subjuntivo	3	6,82%	2	4,36%	3	5,35%
Imperfeito do subjuntivo	-	-	-	-	-	-
Futuro do subjuntivo	2	4,55%	-	-	-	-
Locuções verbais						
Auxiliar: presente do indicativo	3	6,82%	6	13,04%	5	8,93%
Auxiliar: perfeito do indicativo	1	2,27%	2	4,36%	-	-
Auxiliar: imperfeito do indicativo	-	-	-	-	1	1,79%
Auxiliar: futuro do indicativo	1	2,27%	3	6,52%	-	-
Auxiliar: futuro do pretérito	-	-	2	4,36%	-	-
Auxiliar: presente do subjuntivo	-	-	-	-	-	-
Auxiliar: imperfeito do subjuntivo	-	-	-	-	-	-
Auxiliar: futuro do subjuntivo	-	-	-	-	1	1,79%
Auxiliar: infinitivo	-	-	-	-	1	1,79%
Auxiliar: gerúndio	-	-	-	-	-	-
Total de ocorrências	44		46		56	
Formas nominais	TE 4	%	TE 5	%	TE 6	%
Infinitivo	7	58,34%	5	20,83%	21	65,62%
Particípio	4	33,33%	6	25%	1	3,13%
Gerúndio	1	8,33%	13	54,17%	10	31,25%
Total de ocorrências	12		24		32	
Modo	TE 4	%	TE 5	%	TE 6	%
Imperativo afirmativo	-	-	-	-	-	-
Imperativo negativo	-	-	-	-	-	-
Total de ocorrências	-		-		-	

Tabela 3: Número de ocorrências de tempos verbais, locuções verbais, formas nominais e modos encontrados em TE 7, TE 8 e TE 9

Tempos verbais	TE 7	%	TE 8	%	TE 9	%
Presente do indicativo	37	54,41%	20	27,02%	46	66,67%
Perfeito do indicativo	7	10,30%	17	22,97%	6	8,69%
Imperfeito do indicativo	2	2,94%	7	9,46%	-	-
Futuro do indicativo	-	-	6	8,11%	-	-
Futuro do pretérito do indicativo	1	1,47%	-	-	4	5,80%
Mais-que-perfeito do indicativo	-	-	-	-	-	-
Presente do subjuntivo	2	2,94%	1	1,35%	-	-
Imperfeito do subjuntivo	1	1,47%	-	-	3	4,35%
Futuro do subjuntivo	1	1,47%	5	6,76%	1	1,45%
Locuções verbais						
Auxiliar: presente do indicativo	9	13,24%	6	8,11%	7	10,14%
Auxiliar: perfeito do indicativo	2	2,94%	-	-	-	-
Auxiliar: imperfeito do indicativo	-	-	5	6,76%	-	-
Auxiliar: futuro do indicativo	1	1,47%	5	6,76%	-	-
Auxiliar: futuro do pretérito	3	4,41%	-	-	-	-
Auxiliar: presente do subjuntivo	-	-	-	-	-	-
Auxiliar: imperfeito do subjuntivo	2	2,94%	-	-	-	-
Auxiliar: futuro do subjuntivo	-	-	-	-	-	-
Auxiliar: infinitivo	-	-	2	2,70%	2	2,90%
Auxiliar: gerúndio	-	-	-	-	-	-
Total de ocorrências	68		74		69	
Formas nominais	TE 7	%	TE 8	%	TE 9	%
Infinitivo	24	80%	11	78,57%	13	61,90%
Particípio	5	16,67%	3	21,43%	3	14,29%
Gerúndio	1	3,33%	-	-	5	23,81%
Total de ocorrências	30		14		21	
Modo	TE 7	%	TE 8	%	TE 9	%
Imperativo afirmativo	1	100%	9	81,82%	2	66,67%
Imperativo negativo	-	-	2	18,18%	1	33,33%
Total de ocorrências	-		11		3	

Tabela 4: Número de ocorrências de tempos verbais, locuções verbais, formas nominais e modos encontrados em TE 10, TE 11 e TE 12

Tempos verbais	TE10	%	TE11	%	TE12	%
Presente do indicativo	17	18,48%	2	3,39%	19	22,09%
Perfeito do indicativo	27	29,35%	26	44,07%	36	41,86%
Imperfeito do indicativo	26	28,26%	15	25,42%	4	4,65%
Futuro do indicativo	-	-	-	-	-	-
Futuro do pretérito do indicativo	-	-	-	-	1	1,16%
Mais-que-perfeito do indicativo	1	1,09%	-	-	-	-
Presente do subjuntivo	-	-	-	-	5	5,82%
Imperfeito do subjuntivo	-	-	5	8,47%	2	2,33%
Futuro do subjuntivo	-	-	-	-	1	1,16%
Locuções verbais						
Auxiliar: presente do indicativo	6	6,52%	-	-	8	9,30%
Auxiliar: perfeito do indicativo	2	2,17%	4	6,78%	1	1,16%
Auxiliar: imperfeito do indicativo	10	10,87%	6	10,17%	4	4,65%
Auxiliar: futuro do indicativo	-	-	-	-	-	-
Auxiliar: futuro do pretérito	2	2,17%	1	1,70%	2	2,33%
Auxiliar: presente do subjuntivo	-	-	-	-	1	1,16%
Auxiliar: imperfeito do subjuntivo	1	1,09%	-	-	-	-
Auxiliar: futuro do subjuntivo	-	-	-	-	-	-
Auxiliar: infinitivo	-	-	-	-	2	2,33%
Auxiliar: gerúndio	-	-	-	-	-	-
Total de ocorrências	92		59		86	
Formas nominais	TE10	%	TE11	%	TE12	%
Infinitivo	7	35%	6	26,08%	5	55,56%
Particípio	6	30%	2	8,70%	1	11,11%
Gerúndio	7	35%	15	65,22%	3	33,33%
Total de ocorrências	20		23		9	
Modo	TE10	%	TE11	%	TE12	%
Imperativo afirmativo	5	83,33%	-	-	3	75%
Imperativo negativo	1	16,67%	-	-	1	25%
Total de ocorrências	6		-		4	

Tabela 5: Número de ocorrências de tempos verbais, locuções verbais, formas nominais e modos encontrados em TE 13, TE 14 e TE 15

Tempos verbais	TE13	%	TE14	%	TE15	%
Presente do indicativo	7	26,92%	13	65%	4	57,14%
Perfeito do indicativo	7	26,92%	1	5%	3	42,86%
Imperfeito do indicativo	2	7,69%	-	-	-	-
Futuro do indicativo	1	3,85%	1	5%	-	-
Futuro do pretérito do indicativo	-	-	-	-	-	-
Mais-que-perfeito do indicativo	-	-	-	-	-	-
Presente do subjuntivo	1	3,85%	-	-	-	-
Imperfeito do subjuntivo	-	-	-	-	-	-
Futuro do subjuntivo	1	3,85%	-	-	-	-
Locuções verbais					-	-
Auxiliar: presente do indicativo	2	7,69%	5	25%	-	-
Auxiliar: perfeito do indicativo	3	11,54%	-	-	-	-
Auxiliar: imperfeito do indicativo	-	-	-	-	-	-
Auxiliar: futuro do indicativo	-	-	-	-	-	-
Auxiliar: futuro do pretérito	-	-	-	-	-	-
Auxiliar: presente do subjuntivo	-	-	-	-	-	-
Auxiliar: imperfeito do subjuntivo	-	-	-	-	-	-
Auxiliar: futuro do subjuntivo	-	-	-	-	-	-
Auxiliar: infinitivo	2	7,69%	-	-	-	-
Auxiliar: gerúndio	-	-	-	-	-	-
Total de ocorrências	26		20		7	
Formas nominais	TE13	%	TE14	%	TE15	%
Infinitivo	4	26,67%	7	50%	2	50%
Particípio	6	40%	7	50%	1	25%
Gerúndio	5	33,33%	-	-	1	25%
Total de ocorrências	15		14		4	
Modo	TE13	%	TE14	%	TE15	%
Imperativo afirmativo	-	-	-	-	-	-
Imperativo negativo	-	-	-	-	-	-
Total de ocorrências	-		-		-	

Tabela 6: Número de ocorrências de tempos verbais, locuções verbais, formas nominais e modos encontrados em TE 16, TE 17 e TE 18

Tempos verbais	TE16	%	TE17	%	TE18	%
Presente do indicativo	40	57,14%	57	45,97%	47	34,06%
Perfeito do indicativo	7	10%	8	6,45%	41	29,71%
Imperfeito do indicativo	-	-	-	-	4	2,90%
Futuro do indicativo	-	-	-	-	-	-
Futuro do pretérito do indicativo	-	-	-	-	-	-
Mais-que-perfeito do indicativo	-	-	-	-	-	-
Presente do subjuntivo	3	4,29%	3	2,42%	1	0,72%
Imperfeito do subjuntivo	-	-	-	-	2	1,45%
Futuro do subjuntivo	-	-	1	0,81%	-	-
Locuções verbais						
Auxiliar: presente do indicativo	10	14,28%	33	26,61%	14	10,15%
Auxiliar: perfeito do indicativo	7	10%	19	15,32%	27	19,57%
Auxiliar: imperfeito do indicativo	-	-	-	-	-	-
Auxiliar: futuro do indicativo	-	-	3	2,42%	-	-
Auxiliar: futuro do pretérito	-	-	-	-	-	-
Auxiliar: presente do subjuntivo	1	1,43%	-	-	-	-
Auxiliar: imperfeito do subjuntivo	-	-	-	-	-	-
Auxiliar: futuro do subjuntivo	-	-	-	-	-	-
Auxiliar: infinitivo	2	2,86%	-	-	1	0,72%
Auxiliar: gerúndio	-	-	-	-	1	0,72%
Total de ocorrências	70		124		138	
Formas nominais	TE16	%	TE17	%	TE18	%
Infinitivo	20	66,67%	37	39,36%	19	43,18%
Particípio	4	13,33%	46	48,94%	20	45,46%
Gerúndio	6	20%	11	11,70%	5	11,36%
Total de ocorrências	30		94		44	
Modo	TE16	%	TE17	%	TE18	%
Imperativo afirmativo	-	-	-	-	-	-
Imperativo negativo	-	-	-	-	-	-
Total de ocorrências	-	-	-	-	-	-

Tabela 7: Número de ocorrências de tempos verbais, locuções verbais, formas nominais e modos encontrados em TE 19, TE 20 e TE 21

Tempos verbais	TE19	%	TE20	%	TE21	%
Presente do indicativo	11	84,62%	9	75,01%	10	76,92%
Perfeito do indicativo	-	-	1	8,33%	-	-
Imperfeito do indicativo	-	-	-	-	-	-
Futuro do indicativo	-	-	-	-	1	7,69%
Futuro do pretérito do indicativo	-	-	-	-	-	-
Mais-que-perfeito do indicativo	-	-	-	-	-	-
Presente do subjuntivo	-	-	-	-	-	-
Imperfeito do subjuntivo	-	-	-	-	-	-
Futuro do subjuntivo	-	-	-	-	-	-
Locuções verbais						
Auxiliar: presente do indicativo	1	7,69%	1	8,33%	2	15,39%
Auxiliar: perfeito do indicativo	1	7,69%	-	-	-	-
Auxiliar: imperfeito do indicativo	-	-	-	-	-	-
Auxiliar: futuro do indicativo	-	-	1	8,33%	-	-
Auxiliar: futuro do pretérito	-	-	-	-	-	-
Auxiliar: presente do subjuntivo	-	-	-	-	-	-
Auxiliar: imperfeito do subjuntivo	-	-	-	-	-	-
Auxiliar: futuro do subjuntivo	-	-	-	-	-	-
Auxiliar: infinitivo	-	-	-	-	-	-
Auxiliar: gerúndio	-	-	-	-	-	-
Total de ocorrências	13		12		13	
Formas nominais						
Infinitivo	1	100%	1	100%	1	100%
Particípio	-	-	-	-	-	-
Gerúndio	-	-	-	-	-	-
Total de ocorrências	1		1		1	
Modo						
Imperativo afirmativo	-	-	-	-	-	-
Imperativo negativo	-	-	-	-	-	-
Total de ocorrências	-	-	-	-	-	-

Tabela 8: Número de ocorrências de tempos verbais, locuções verbais, formas nominais e modos encontrados em TF 1, TF 2 e TF 3

Tempos verbais	TF 1	%	TF 2	%	TF 3	%
Presente do indicativo	179	51,58%	242	56,02%	161	41,18%
Perfeito do indicativo	30	8,64%	28	6,48%	16	4,09%
Imperfeito do indicativo	4	1,15%	4	0,92%	26	6,65%
Futuro do indicativo	-	-	-	-	1	0,25%
Futuro do pretérito do indicativo	13	3,75%	4	0,92%	7	1,79%
Mais-que-perfeito do indicativo	-	-	-	-	-	-
Presente do subjuntivo	-	-	12	2,78%	8	2,05%
Imperfeito do subjuntivo	2	0,58%	5	1,16%	1	0,25%
Futuro do subjuntivo	7	2,02%	4	0,92%	5	1,28%
Locuções verbais						
Auxiliar: presente do indicativo	97	27,95%	112	25,93%	116	29,67%
Auxiliar: perfeito do indicativo	5	1,44%	7	1,63%	17	4,35%
Auxiliar: imperfeito do indicativo	2	0,58%	5	1,16%	13	3,32%
Auxiliar: futuro do indicativo	1	0,29%	-	-	-	-
Auxiliar: futuro do pretérito	4	1,15%	1	0,23%	4	1,02%
Auxiliar: presente do subjuntivo	-	-	4	0,92%	3	0,77%
Auxiliar: imperfeito do subjuntivo	-	-	-	-	-	-
Auxiliar: futuro do subjuntivo	2	0,58%	1	0,23%	2	0,51%
Auxiliar: infinitivo	1	0,29%	3	0,70%	11	2,82%
Auxiliar: gerúndio	-	-	-	-	-	-
Total de ocorrências	347		432		391	
Formas nominais	TF 1	%	TF 2	%	TF 3	%
Infinitivo	32	82,05%	52	69,33%	55	83,33%
Particípio	4	10,25%	12	16%	6	9,09%
Gerúndio	3	7,70%	11	14,67%	5	7,58%
Total de ocorrências	39		75		66	
Modo	TF 1	%	TF 2	%	TF 3	%
Imperativo afirmativo	-	-	3	100%	1	100%
Imperativo negativo	-	-	-	-	-	-
Total de ocorrências	-		3		1	

Tabela 9: Número de ocorrências de tempos verbais, locuções verbais, formas nominais e modos encontrados em TF 4, TF 5 e TF 6

Tempos verbais	TF 4	%	TF 5	%	TF 6	%
Presente do indicativo	267	56,33%	284	51,17%	271	56,69%
Perfeito do indicativo	22	4,64%	48	8,65%	24	5,02%
Imperfeito do indicativo	6	1,26%	23	4,15%	14	2,93%
Futuro do indicativo	-	-	7	1,26%	-	-
Futuro do pretérito do indicativo	28	5,91%	10	1,80%	23	4,81%
Mais-que-perfeito do indicativo	13	2,74%	-	-	-	-
Presente do subjuntivo	10	2,11%	17	3,06%	4	0,84%
Imperfeito do subjuntivo	4	0,85%	9	1,62%	14	2,93%
Futuro do subjuntivo	-	-	19	3,43%	3	0,63%
Locuções verbais						
Auxiliar: presente do indicativo	92	19,41%	111	20%	76	15,90%
Auxiliar: perfeito do indicativo	1	0,21%	3	0,54%	3	0,63%
Auxiliar: imperfeito do indicativo	12	2,53%	5	0,90%	5	1,04%
Auxiliar: futuro do indicativo	-	-	3	0,54%	3	0,63%
Auxiliar: futuro do pretérito	11	2,32%	3	0,54%	28	5,86%
Auxiliar: presente do subjuntivo	4	0,85%	3	0,54%	-	-
Auxiliar: imperfeito do subjuntivo	3	0,63%	-	-	5	1,04%
Auxiliar: futuro do subjuntivo	-	-	5	0,90%	2	0,42%
Auxiliar: infinitivo	1	0,21%	5	0,90%	3	0,63%
Auxiliar: gerúndio	-	-	-	-	-	-
Total de ocorrências	474		555		478	
Formas nominais						
Infinitivo	45	67,17%	46	54,76%	39	62,91%
Particípio	13	19,40%	32	38,10%	15	24,19%
Gerúndio	9	13,43%	6	7,14%	8	12,90%
Total de ocorrências	67		84		62	
Modo						
Imperativo afirmativo	3	100%	1	100%	-	-
Imperativo negativo	-	-	-	-	-	-
Total de ocorrências	3		1		-	

Tabela 10: Número de ocorrências de tempos verbais, locuções verbais, formas nominais e modos encontrados em TF 7, TF 8 e TF 9

Tempos verbais	TF 7	%	TF 8	%	TF 9	%
Presente do indicativo	81	36,32%	69	32,70%	77	48,43%
Perfeito do indicativo	50	22,42%	47	22,27%	28	17,61%
Imperfeito do indicativo	15	6,72%	18	8,53%	6	3,77%
Futuro do indicativo	4	1,79%	1	0,47%	-	-
Futuro do pretérito do indicativo	3	1,35%	12	5,69%	1	0,63%
Mais-que-perfeito do indicativo	-	-	2	0,95%	-	-
Presente do subjuntivo	3	1,35%	9	4,27%	3	1,88%
Imperfeito do subjuntivo	3	1,35%	4	1,90%	1	0,63%
Futuro do subjuntivo	1	0,45%	2	0,95%	2	1,26%
Locuções verbais						
Auxiliar: presente do indicativo	30	13,45%	21	9,95%	26	16,35%
Auxiliar: perfeito do indicativo	8	3,59%	6	2,84%	5	3,14%
Auxiliar: imperfeito do indicativo	9	4,04%	6	2,84%	2	1,26%
Auxiliar: futuro do indicativo	-	-	-	-	1	0,63%
Auxiliar: futuro do pretérito	13	5,83%	7	3,32%	5	3,15%
Auxiliar: presente do subjuntivo	1	0,45%	2	0,95%	1	0,63%
Auxiliar: imperfeito do subjuntivo	-	-	3	1,42%	-	-
Auxiliar: futuro do subjuntivo	-	-	-	-	-	-
Auxiliar: infinitivo	2	0,89%	2	0,95%	1	0,63%
Auxiliar: gerúndio	-	-	-	-	-	-
Total de ocorrências	223		211		159	
Formas nominais	TF 7	%	TF 8	%	TF 9	%
Infinitivo	18	85,72%	35	83,33%	14	66,67%
Particípio	1	4,76%	1	2,38%	5	23,81%
Gerúndio	2	9,52%	6	14,29%	2	9,52%
Total de ocorrências	21		42		21	
Modo	TF 7	%	TF 8	%	TF 9	%
Imperativo afirmativo	1	100%	1	100%	1	100%
Imperativo negativo	-	-	-	-	-	-
Total de ocorrências	1		1		1	

Tabela 11: Número de ocorrências de tempos verbais, locuções verbais, formas nominais e modos encontrados em TF 10, TF 11 e TF 12

Tempos verbais	TF10	%	TF11	%	TF12	%
Presente do indicativo	106	39,55%	87	49,43%	117	62,57%
Perfeito do indicativo	143	53,36%	64	36,36%	44	23,53%
Imperfeito do indicativo	1	0,37%	-	-	1	0,53%
Futuro do indicativo	-	-	-	-	-	-
Futuro do pretérito do indicativo	-	-	-	-	-	-
Mais-que-perfeito do indicativo	-	-	-	-	-	-
Presente do subjuntivo	-	-	-	-	-	-
Imperfeito do subjuntivo	-	-	-	-	-	-
Futuro do subjuntivo	-	-	-	-	1	0,53%
Locuções verbais						
Auxiliar: presente do indicativo	8	2,99%	22	12,50%	21	11,23%
Auxiliar: perfeito do indicativo	9	3,36%	1	0,57%	3	1,61%
Auxiliar: imperfeito do indicativo	1	0,37%	2	1,14%	-	-
Auxiliar: futuro do indicativo	-	-	-	-	-	-
Auxiliar: futuro do pretérito	-	-	-	-	-	-
Auxiliar: presente do subjuntivo	-	-	-	-	-	-
Auxiliar: imperfeito do subjuntivo	-	-	-	-	-	-
Auxiliar: futuro do subjuntivo	-	-	-	-	-	-
Auxiliar: infinitivo	-	-	-	-	-	-
Auxiliar: gerúndio	-	-	-	-	-	-
Total de ocorrências	268		176		187	
Formas nominais	TF10	%	TF11	%	TF12	%
Infinitivo	7	35%	5	38,46%	12	46,15%
Particípio	9	45%	3	23,08%	5	19,23%
Gerúndio	4	20%	5	38,46%	9	34,62%
Total de ocorrências	20		13		26	
Modo	TF10	%	TF11	%	TF12	%
Imperativo afirmativo	1	100%	5	100%	4	100%
Imperativo negativo	-	-	-	-	-	-
Total de ocorrências	1		5		4	

Embora a língua portuguesa possua um riquíssimo sistema temporal, verificamos que, pelos dados levantados nas tabelas de 1 a 11, são poucos os tempos verbais empregados com frequência expressiva, tanto no que respeita aos gêneros discursivos da modalidade escrita como da falada. Além disso, observa-se o predomínio das formas do modo indicativo sobre as do subjuntivo.

No cômputo geral, os tempos que apresentam porcentagem mais significativa de ocorrência são apenas dois: presente do indicativo e pretérito perfeito do indicativo. O restante dos tempos verbais figura com baixíssimo índice de ocorrência, o que nos leva a concluir que se trata de tempos cujo emprego é muito reduzido para qualquer gênero discursivo.

Ressalva deve ser feita apenas no que respeita ao pretérito imperfeito do indicativo, que, conforme se pode verificar na tabela 4, apresenta índice significativo de ocorrência em TE 10 e TE 11 (28,26% e 25,42%, respectivamente). No entanto, não se pode deixar de observar que o gênero discursivo a que pertencem os referidos textos é o das crônicas literárias, que, em virtude de sua natureza narrativa, harmonizam-se melhor com os tempos do mundo narrado, cujos principais representantes são o pretérito perfeito e o imperfeito, de acordo com Weinrich (1974).

Pode-se afirmar que os dados apresentados nas tabelas 1 a 11, estão em consonância com aqueles apresentados por Campos e Rodrigues (2002), em levantamento estatístico elaborado a partir de 15 minutos de gravação de seis inquéritos do Projeto NURC de São Paulo e Rio de Janeiro, a saber: DID-SP-234, DID-RJ-328, D2-SP-360, D2-RJ-355, EF-SP-405, EF-RJ-379. Em sua pesquisa, as lingüistas encontraram uma presença maciça de presente do indicativo em relação aos demais tempos verbais, conforme se pode verificar a seguir:

Tabela 12: Número de ocorrências de tempos verbais encontrados em entrevistas do Projeto NURC

	DID-SP	DID-RJ	D2-SP	D2-RJ	EF-SP	EF-SP
Pres. Ind.	59,79%	78,19%	73,83%	60,21%	48,35%	36,94%
Imp. Ind.	6,29%	3,75%	14,76%	7,88%	12,63%	20%
Perf. Ind.	24,82%	14,03%	2,59%	15,05%	10,98%	21,53%

Assim como ocorreu com os dados do nosso *corpus*, o pretérito perfeito do indicativo figurou como o segundo mais empregado na maioria dos inquéritos por elas analisados.

A nosso ver, esse emprego bastante expressivo do presente do indicativo na grande maioria dos gêneros discursivos aqui analisados vem nos demonstrar a necessidade dos usuários da língua de marcar um posicionamento mais comprometido em relação ao seu discurso, nos termos propostos por Weinrich (1974), segundo o qual esse tempo verbal é o representante máximo do mundo comentado.

5.5.2 Os valores semânticos do presente do indicativo e os gêneros discursivos

O cruzamento das variáveis *gênero discursivo* e *grupo dos valores semânticos* por meio programa *Goldvarb 2001* gerou a seguinte tabela:

Tabela 13: Número de ocorrências de cada grupo semântico empregado em cada gênero discursivo

	Perfectivo	Imperfectivo	Atemporal	Modal	Total
EFSP	8	29	7	0	44
	18,18%	65,91%	15,91%	0%	
EGMe	3	48	5	0	56
	5,36%	85,71%	8,93%	0%	
ArOp	3	31	69	0	103
	2,91%	30,10%	66,99%	0%	
CrLi	0	19	19	0	38
	0%	50%	50%	0%	
Rese	3	1	20	0	24
	12,50%	4,17%	83,33%	0%	
ArCi	0	0	144	0	144
	0%	0%	100%	0%	
Manc	0	0	0	30	30
	0%	0%	0%	100%	
ElFo	7	72	502	1	582
	1,20%	12,37%	86,26%	0,17%	
DiID	12	355	455	0	822
	1,46%	43,19%	55,35%	0%	
Entr	11	140	76	0	227
	4,85%	61,67%	33,48%	0%	
NaFu	268	40	2	0	310
	86,45%	12,90%	0,65%	0%	

Analisando-se o resultado constante dessa tabela, pode-se afirmar que os gêneros discursivos estudados possuem uma relação mais estreita com os valores semânticos pertencentes aos grupos imperfectivo e atemporal, com exceção das manchetes e das narrações de futebol, que apresentaram maior afinidade com o grupo modal e o perfectivo, respectivamente.

Dos gêneros discursivos analisados, três (editorial da *Folha de São Paulo*, editorial da *Gazeta Mercantil* e entrevista da revista *Istoé*) mostraram maior

afinidade com os valores do grupo imperfeito, com uma porcentagem de ocorrência de 65,91%, 85,71% e 61,67%, respectivamente, conforme se verifica nos seguinte gráfico:

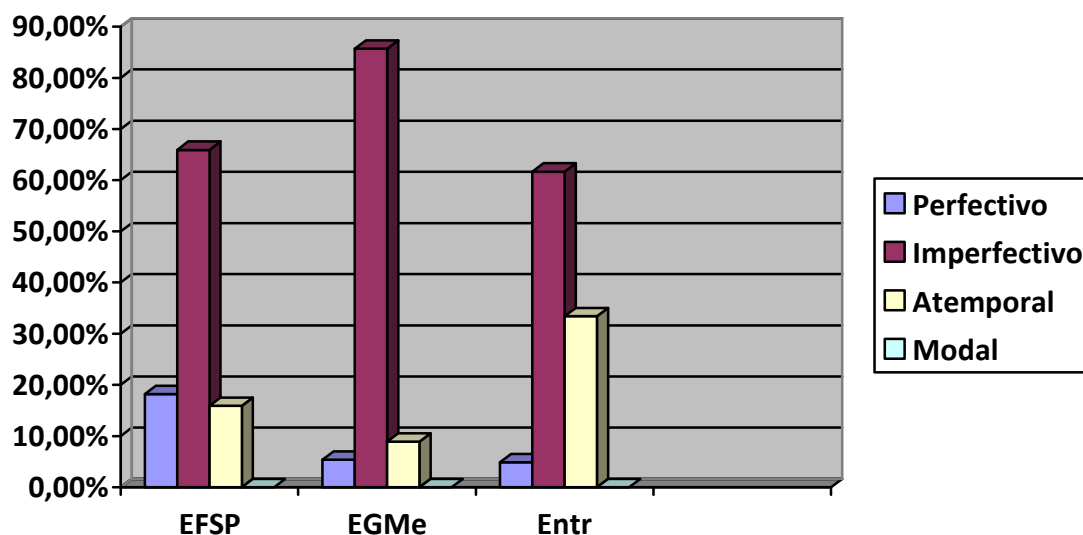


Gráfico 1: Porcentagem relativa ao número de ocorrências de cada grupo semântico empregado em cada um dos gêneros discursivos

Já os valores semânticos pertencentes ao grupo atemporal apontaram para uma relação mais intrínseca com o artigo de opinião, a resenha, o artigo científico, a elocução formal e o diálogo entre informante e documentador, com uma porcentagem de ocorrência de 66,99%, 83,33%, 100%, 86,26% e 55,35%, respectivamente, conforme se verifica a seguir:

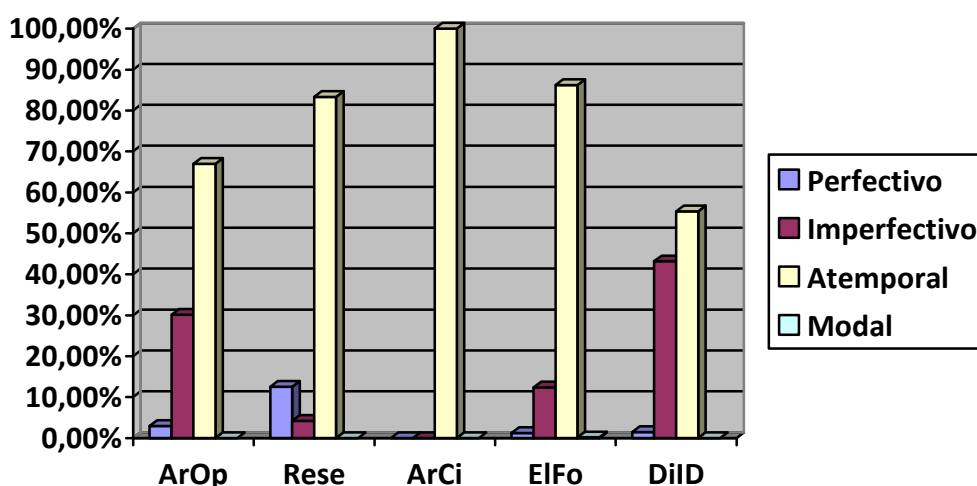


Gráfico 2: Porcentagem relativa ao número de ocorrências de cada grupo semântico empregado com cada um dos gêneros discursivos

Com relação à crônica literária, verifica-se um equilíbrio entre os valores semânticos do grupo imperfectivo e do grupo atemporal (50% de ocorrências para cada um deles).

Pelos dados analisados, o que leva a essa maior afinidade dos gêneros discursivos com valores semânticos correspondentes a determinados grupos, na grande maioria dos casos, parece ser o assunto por eles abordado.

Com respeito aos gêneros em que há predomínio de valores semânticos do grupo imperfectivo, observa-se que tratam de assuntos relativos a eventos circunscritos dentro de limites temporais mais estreitos, e próximos ao raio temporal do momento de enunciação, como é o caso, por exemplo, do seguinte excerto, extraído do editorial da *Gazeta Mercantil*, edição nº 23.622, publicado no dia 23/7/07, cujo tema é a chegada das bio-refinarias ao Brasil:

(67) (...) Este é o ponto mais importante: a competitividade do projeto. A petroquímica brasileira **está** em fase de expansão. Entre janeiro e maio deste ano, a produção de resinas plásticas avançou 4,7%, com exportações

crescendo 27,5%, enquanto a importação de produtos químicos expandiu 40,2% no período. (...)

Tendo em vista que o presente imperfectivo, embora enfatize o caráter contínuo do evento, encerra uma categoria por meio da qual se limita esse evento na linha do tempo, acreditamos que ele esteja mais sujeito a ser empregado em tal situação.

O presente atemporal, por sua vez, por causa de sua natureza contínua temporalmente ilimitada, parece harmonizar-se melhor com os gêneros cujo enfoque sejam assuntos relativos a eventos com esse caráter. O gênero que melhor pode ilustrar tal afirmação é o artigo científico, que teve uma porcentagem de 100% de uso de valores semânticos pertencentes ao grupo do presente atemporal. Tratando-se de um gênero que tem por principal finalidade divulgar resultados de investigações ou pesquisas realizadas em torno de determinado assunto, parece-nos natural que os eventos por ele tratados possuam um valor de verdade eterna inconteste, afinal é justamente esse o caráter que se busca atribuir aos resultados obtidos por meio de uma análise geralmente acurada de dados, conforme se pode verificar a seguir:

(68) (...) Podemos notar também uma nítida interação entre tempo e temperatura: quando o tempo **é** pequeno qualquer aumento de temperatura **provoca** um aumento da adesão. Porém se o tempo **é** muito grande o mesmo aumento de temperatura **provoca** uma diminuição na adesão e em proporções maiores (sic). (...) (Revista *Química Têxtil*, ano XXXII, setembro de 2009)

É o que se verifica também em dois gêneros da modalidade falada da língua, que apresentaram um índice bastante significativo de valores semânticos do grupo atemporal: as elocuções formais e os diálogos entre informante e documentador. No primeiro caso está-se diante de transcrições de aulas, que têm

como um de seus principais objetivos a transmissão do conhecimento, que, a nosso ver, possui uma natureza atemporal. No que se refere ao segundo caso, ao se analisar individualmente cada um dos textos que compõem o gênero diálogo entre informante e documentador, verifica-se que, em verdade, há uma oscilação entre eles no que respeita à porcentagem de uso dos valores semânticos. Vejamos:

Tabela 14: Número de ocorrências de cada grupo semântico empregado em TF 4, TF 5 e TF 6

	Perfectivo	Imperfectivo	Atemporal	Modal	Total
TF 4	1	176	90	0	267
	0,37%	65,92%	33,71%	0%	
TF 5	7	48	229	0	284
	2,47%	16,90%	80,63%	0%	
TF 6	4	131	136	0	271
	1,47%	48,34%	50,19%	0%	

Transportando tais dados para um gráfico, obtemos a seguinte configuração:

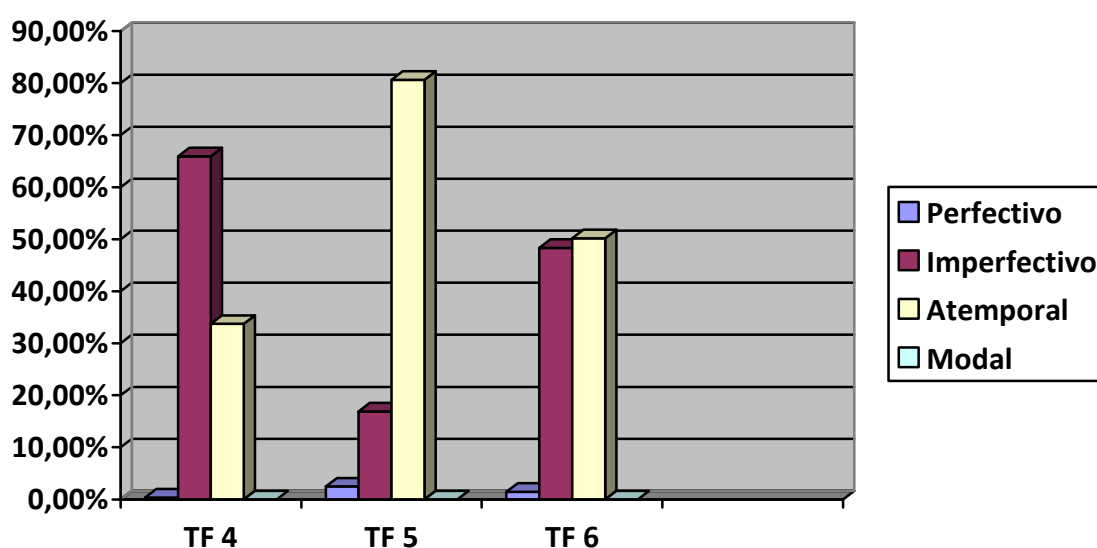


Gráfico 3: Porcentagem relativa ao número de ocorrências de cada grupo semântico empregado em TF 4, TF 5 e TF 6

Constata-se pela tabela 14 que, em TF 4, a porcentagem de uso dos valores semânticos do grupo imperfectivo é muito superior à dos valores do grupo atemporal. Isso se justifica pelo fato de, nesse diálogo, os interlocutores estarem discorrendo sobre um assunto temporalmente circunscrito a limites mais estreitos: os hábitos alimentares da informante.

Diferentemente, em TF 5, o tema em pauta, que corresponde a dinheiro, banco, finanças e bolsa de valores, é discutido de um ponto de vista mais amplo, não focado especificamente no momento econômico em que se encontram inseridos os interlocutores, como podemos ver no seguinte excerto:

(69) (...) e o código comercial **estabelece** toda uma escala de preferências... quais os credores preferenciais... quirografários... por exemplo... aqueles que **têm** título... que **representam** dívida... que a fábrica deve pagar... e assim por diante (...) (Inquérito nº 250 – Projeto NURC/SP)

Já em TF 6, observa-se um equilíbrio entre o grupo imperfectivo e o perfectivo. Aqui o assunto tratado é: profissões e ofícios. Ora o diálogo entre os interlocutores se centra em eventos temporalmente limitados, como é o caso do seguinte excerto, em que a informante discorre sobre alguns de seus hábitos:

(70) (...) eu em geral **compro** minhas roupas feitas... e::: ... e também não **tenho** LOjas de predileção de assim... eu:: quando **passo GOSTo**... e **experimento** uma roupa... eu **compro**... e eu também sou levada... a::: a colocar... aquilo QUE eu acho que me **fica** bem... e não acompanhando a moda então onde eu encontro... eu gostei de determinada coisa... eu **uso compro e uso** (...) (Inquérito nº 251 – Projeto NURC/SP)

Ora o diálogo se centra em eventos de abrangência temporal mais ampla, conforme se verifica no seguinte trecho, em que a informante nos fornece informações acerca dos profissionais que trabalham em um hospital:

(71) (...) a maioria dos que **trabalha** numa sala de operação... **são** médicos porque os tem os mé/ o assistente **é** um médico o operador **é** um médico... o anestesista **é** um médico... e **existem**... eu acho que... os instrumentistas que não **são** médicos **são**:: enfermeiras ou os enfermeiros (...) (Inquérito nº 251 – Projeto NURC/SP)

Relativamente ao gênero *manchete*, não se pode afirmar que seja o assunto que determine a escolha do grupo semântico. Como já visto anteriormente, o presente jornalístico, que pertence ao grupo modal, é típico desse gênero discursivo e tem por objetivo apenas chamar a atenção do leitor para as notícias a serem tratadas na edição do exemplar em que está inserido.

O presente perfectivo, por sua vez, em virtude de seu caráter pontual, parece ter um vínculo mais estreito com gêneros discursivos que abordem eventos mais fugazes, efêmeros, como é o caso do gênero *narração de futebol*, cujos eventos apresentados desaparecem rapidamente na linha do tempo.

Ao se refinar ainda mais a análise, por meio da comparação entre os gêneros discursivos e os valores semânticos do presente do indicativo, verificamos que, dentro dos grupos temporais, existem alguns casos que podem ser tomados como típicos de alguns gêneros discursivos, conforme se verifica na tabela a seguir:

Tabela 15: Número de ocorrências de cada valor semântico empregado em cada gênero discursivo

	EFSP	EGMe	ArOp	CrLi	Rese	ArCi	Manc	ElFo	DiID	Entr	NaFu
PDuC	29	48	30	19	1	0	0	38	331	139	38
	65,91%	85,71%	29,13%	50%	4,17%	0%	0%	6,53%	40,27%	61,23%	12,26%
PHiP	2	0	2	0	3	0	0	2	0	2	4
	4,55%	0%	1,94%	0%	12,5%	0%	0%	0,34%	0%	0,88%	1,29%
PAdv	2	1	0	0	0	0	0	0	5	6	0
	4,55%	1,79%	0%	0%	0%	0%	0%	0%	0,61%	2,65%	0%
PCoA	3	0	0	3	0	9	0	32	54	5	0
	6,81%	0%	0%	7,89%	0%	6,25%	0%	5,50%	6,57%	2,20%	0%
PFut	4	2	0	0	0	0	0	5	6	2	9
	9,09%	3,57%	0%	0%	0%	0%	0%	0,86%	0,73%	0,88%	2,90%
POmn	4	5	50	16	20	118	0	414	365	68	2
	9,09%	8,93%	48,54%	42,11%	83,33%	81,94%	0%	71,13%	44,41%	29,96%	0,64%
PCen	0	0	6	0	0	0	0	0	0	0	0
	0%	0%	5,83%	0%	0%	0%	0%	0%	0%	0%	0%
PCit	0	0	1	0	0	0	0	1	0	3	0
	0%	0%	0,97%	0%	0%	0%	0%	0,17%	0%	1,32%	0%
PDuD	0	0	1	0	0	0	0	1	8	0	2
	0%	0%	0,97%	0%	0%	0%	0%	0,17%	0,97%	0%	0,65%
PMom	0	0	1	0	0	0	0	0	1	1	255
	0%	0%	0,97%	0%	0%	0%	0%	0%	0,12%	0,44%	82,26%
PDef	0	0	12	0	0	15	0	3	3	0	0
	0%	0%	11,65%	0%	0%	10,42%	0%	0,52%	0,37%	0%	0%
PDeP	0	0	0	0	0	2	0	0	11	0	0
	0%	0%	0%	0%	0%	1,39%	0%	0%	1,34%	0%	0%
PJor	0	0	0	0	0	0	30	0	0	0	0
	0%	0%	0%	0%	0%	0%	100%	0%	0%	0%	0%
PIlu	0	0	0	0	0	0	0	52	22	0	0
	0%	0%	0%	0%	0%	0%	0%	8,94%	2,67%	0%	0%
Plmp	0	0	0	0	0	0	0	1	0	0	0
	0%	0%	0%	0%	0%	0%	0%	0,17%	0%	0%	0%
PHiD	0	0	0	0	0	0	0	33	4	1	0
	0%	0%	0%	0%	0%	0%	0%	5,67%	0,48%	0,44%	0%
PCoD	0	0	0	0	0	0	0	0	12	0	0
	0%	0%	0%	0%	0%	0%	0%	0%	1,46%	0%	0%
Total	44	56	103	38	24	144	30	582	822	227	310

Ao se comparar a tabela 13 com a 15, verifica-se a convergência de alguns valores numéricos: a porcentagem de ocorrências de valores pertencentes ao grupo imperfectivo nos editoriais dos jornais *Folha de São Paulo* (65,91%) e *Gazeta Mercantil* (85,71%), por exemplo, coincide com a porcentagem de ocorrências de presente durativo contínuo, o que, em nosso entendimento, pode nos levar a afirmar que esse é o valor semântico típico desses gêneros discursivos.

A mesma analogia pode ser aplicada à manchete, já analisada anteriormente, e à resenha. A porcentagem de ocorrências de valores pertencentes ao grupo atemporal no gênero *resenha da Revista Istoé* (83,33%) coincide com a porcentagem de presente omnitemporal.

Com relação às entrevistas da revista *Istoé* e às narrações de futebol, embora não haja coincidência nas porcentagens dos grupos com alguns valores semânticos específicos, como ocorre nos casos mencionados nos dois parágrafos anteriores, observa-se uma proximidade muito grande entre elas. Nas entrevistas, houve uma porcentagem de 61,67% de ocorrências do grupo imperfectivo, que está muito próxima da porcentagem de ocorrências de presente durativo contínuo (61,23%). Nas narrações de futebol, a porcentagem de ocorrências do grupo perfectivo, que é de 86,45%, está bastante próxima da porcentagem de presente momentâneo (82,26%). Logo, o presente durativo contínuo e o presente momentâneo podem ser tomados como típicos das entrevistas da revista *Istoé* e das narrações de futebol, respectivamente.

5.5.3 Os valores semânticos do presente do indicativo e os tipos de verbo

Por meio do cruzamento entre as variáveis *grupo dos valores semânticos* e *tipos de verbo*, obteve-se o seguinte quadro:

Tabela 16: Número de ocorrências de cada tipo de verbo empregado com cada um dos grupos semânticos

	Perfectivo	Imperfectivo	Atemporal	Modal
Estado	36	536	856	7
	11,43%	72,93%	65,90%	22,58%
Ação	121	147	272	13
	38,41%	20%	20,94%	41,93%
Processo	20	25	93	8
	6,35%	3,40%	7,16%	25,81%
Ação-processo	138	27	78	3
	43,81%	3,67%	6 %	9,68%
Total	315	735	1.299	31

Pelos dados apresentados na tabela 16, observamos que existe uma relação bastante forte entre os grupos dos valores semânticos e os tipos de verbos empregados com o presente do indicativo. Os grupos do presente imperfectivo e do presente atemporal demonstraram maior afinidade com os verbos de estado, o que nos parece incontestável face ao alto de índice de ocorrências desse tipo de verbo com os valores semânticos desses dois grupos (72,93% para o imperfectivo; 65,90% para o atemporal). Para uma melhor visualização, transformemos os dados da tabela em gráfico:

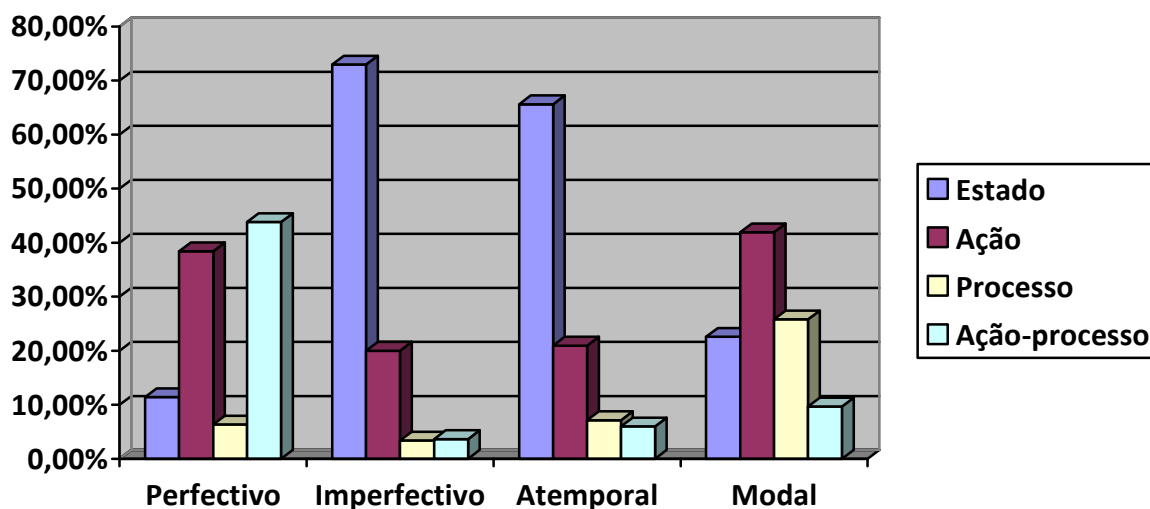


Gráfico 4: Porcentagem relativa ao número de ocorrências da cada tipo de verbo empregado com cada um dos grupos semânticos

Em nossa opinião, trata-se de uma relação coerente se pensarmos na natureza desses dois grupos e na dos verbos de estado. Tanto os valores semânticos do grupo imperfectivo como os do grupo atemporal, respeitadas suas devidas particularidades, representam eventos que perduram na linha do tempo. Ora, assim sendo, não se pode negar que os verbos que melhor se adaptam a tal natureza sejam os de estado, já que, ao se pensar em estado, pensa-se em imobilidade, ou seja, naquilo que é ou está imóvel na linha do tempo.

Já o grupo perfectivo, por sua vez, mostrou maior afinidade com dois tipos de verbo: ação-processo e ação. Pelos dados analisados, a diferença entre a porcentagem de ocorrências entre esses dois grupos foi muito pequena. O primeiro tipo figurou com uma porcentagem de 43,81%; o segundo, com uma porcentagem de 38,41%. Ou seja, há entre eles uma diferença de apenas 5,40%.

Na verdade, ao analisarmos mais de perto os verbos de ação e ação-processo, verificaremos que eles possuem uma característica em comum: ambos implicam dinamicidade. Se dividirmos os tipos de verbos em apenas dois grupos, um

representando os verbos estativos, correspondendo estes aos verbos de estado, e outro, os verbos dinâmicos, correspondendo estes aos verbos de ação, ação-processo e processo, teremos a seguinte configuração no que respeita às ocorrências de presente do indicativo do grupo perfectivo:

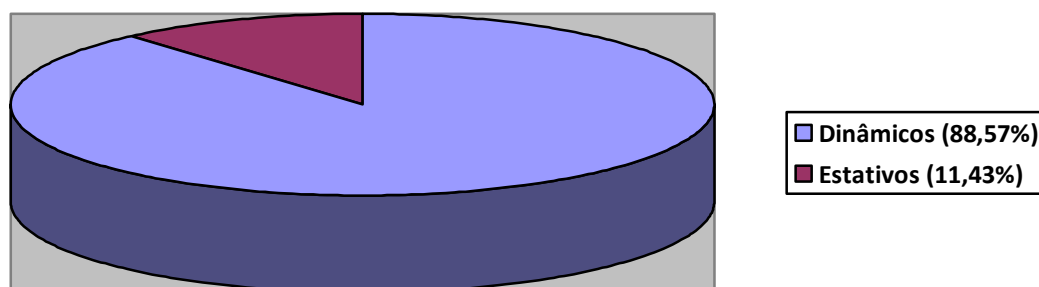


Gráfico 5: Porcentagem relativa ao número de ocorrências de verbos dinâmicos e estativos empregados no grupo perfectivo

Tendo em vista a natureza pontual do grupo perfectivo, já que os valores semânticos a ele pertencentes servem para situar um evento num ponto específico da linha do tempo, os verbos que melhor se ajustam a ele são os dinâmicos. Isso nos parece ainda mais claro quando se observa, por meio da tabela 13, que a grande maioria das ocorrências do grupo perfectivo foi empregada nas narrações de futebol (86,45 %), dos gêneros analisados o que melhor sugere dinamicidade.

Com relação ao grupo modal, não fica clara uma relação entre a natureza desse grupo, cuja propriedade principal é justamente a ausência de temporalidade, e os tipos de verbo com ele empregados. Ao se analisar a tabela 16, verifica-se que, em relação aos outros três grupos, há uma distribuição mais equilibrada entre os tipos de verbo empregados com o grupo modal, apesar da predominância dos verbos de ação.

Os verbos de ação talvez pudessem sugerir uma maior proximidade com o presente imperativo, uma vez que, por se tratar de um caso em que se busca impelir alguém a fazer algo, esses seriam os verbos que melhor se adequariam a tal atitude. Apesar disso, o baixíssimo índice de ocorrência desse valor semântico (uma única ocorrência) não nos permite fazer maiores inferências sobre ele.

No entanto, podemos estabelecer deduções a partir do emprego do presente jornalístico, já que, das 31 ocorrências do grupo modal, 30 correspondem a esse valor semântico. E aqui, mais uma vez, vamos propor uma dicotomia na divisão dos tipos de verbos, tal como proposta para o grupo perfectivo. Assim, teremos a seguinte configuração ao dividirmos os tipos de verbo em apenas dois grupos:

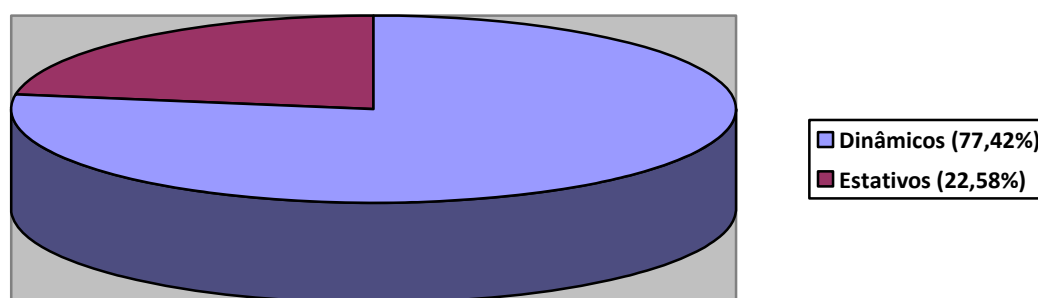


Gráfico 6: Porcentagem relativa ao número de ocorrências de verbos dinâmicos e estativos empregados no grupo modal

Por esse gráfico, verifica-se que os verbos dinâmicos (77,42%) se sobressaem sobre os estativos (22,58%). Isso se dá pelo fato de a grande maioria das manchetes abarcarem eventos que envolvem dinamicidade, conforme se pode verificar a seguir:

(72) Repórter **conta** como foi barrado em clubes “para poucos”. (Folha de São Paulo, edição nº 29.250)

(73) Filme sobre Lula **agita** Brasília. (O Estado de São Paulo, edição nº 42.399)

(74) Crise e câmbio **derrubam** venda externa de carne. (Valor Econômico, edição nº 2.386)

Ao se analisar especificamente cada um dos valores semânticos que compõem os grupos até então analisados, verificaremos que alguns deles estão mais sujeitos do que outros a seguir a tendência do grupo em que estão inseridos no que concerne ao tipo de verbo por ele empregado, conforme se constata na tabela 17.

Tabela 17: Número de ocorrências de cada tipo de verbo empregado com cada um dos valores semânticos

	Estado	Ação	Processo	Ação-processo	Total
PDuc	504	123	22	24	673
	74,89%	18,28%	3,27%	3,56%	
PHiP	2	6	3	4	15
	13,33%	40%	20%	26,67%	
PAdv	14	0	0	0	14
	100%	0	0	0	
PCoA	46	38	10	12	106
	43,40%	35,85%	9,43%	11,32%	
PFut	6	9	11	2	28
	21,43%	32,14%	39,29%	7,14%	
POmn	753	188	67	54	1.062
	70,91%	17,70%	6,31%	5,08%	
Pcen	1	4	1	0	6
	16,67%	66,66%	16,67%	0%	
PCit	0	5	0	0	5
	0%	100%	0%	0%	
PDud	1	10	0	1	12
	8,33%	83,34%	0%	8,33%	
PMom	14	106	6	132	258
	5,43%	41,09%	2,32%	51,16%	
PDef	22	9	1	1	33
	66,67%	27,27%	3,03%	3,03%	
PDeP	1	7	0	5	13
	7,69%	53,85%	0%	38,46%	
PJor	7	12	8	3	30
	23,34%	40%	26,66%	10%	
PIlu	33	21	14	6	74
	44,59%	28,38%	18,92%	8,11%	
PImp	0	1	0	0	1
	0%	100%	0%	0%	
PHiD	26	7	3	2	38
	68,42%	18,42%	7,90%	5,26%	
PCoD	6	6	0	0	12
	50%	50%	0%	0%	

Dentro do grupo imperfectivo, os valores semânticos que indicam um maior grau de afinidade com os verbos de estado são o presente durativo contínuo (74,89%) e o presente histórico durativo (68,42%). O presente condicional durativo demonstrou o mesmo grau de proximidade tanto para os verbos de estado como os de ação (50% para cada um deles).

O presente durativo descontínuo demonstrou um grau de afinidade muito maior com os verbos de ação (83,34%). Isso se deve ao fato de esse valor semântico estar atrelado à intermitência dos eventos a que faz referência, o que, a nosso ver, confere-lhe, conforme já dito anteriormente, ao mesmo tempo um caráter contínuo e pontual. Contínuo, em virtude de o evento por ele representando persistir na linha do tempo; pontual, pelo fato de sua ocorrência se dar em pontos específicos nessa mesma linha.

No que concerne ao presente perfectivo, observa-se que a maioria dos valores semânticos (presente histórico pontual, presente futuro e presente momentâneo) segue a tendência do grupo ao qual eles pertencem, qual seja: de vir acompanhada de um verbo dinâmico. O mesmo não se pode dizer do presente adverbial, cuja preferência é pelos verbos de estado, ou melhor, pelo verbo de estado *haver*, que foi o único verbo utilizado no *corpus* com esse valor semântico.

Dentro do grupo atemporal, pode-se afirmar que os que melhor se adaptam aos verbos de estado são o presente omnitemporal e o presente da definição, cujas porcentagens de ocorrências foram muito mais significativas (70,91% e 66,67%, respectivamente).

Com relação ao presente cênico e ao presente da descrição de processo, observa-se uma tendência a representarem verbos dinâmicos, com predominância dos verbos de ação (66,66% e 53,85%, respectivamente), o que se

justifica pela própria natureza de cada um desses valores semânticos. No primeiro caso, está-se diante de um tipo de presente típico de seqüências narrativas; no segundo caso, a própria denominação do valor semântico por si só já revela sua inclinação para os verbos de caráter dinâmico.

Outro valor semântico do grupo atemporal cuja porcentagem de ocorrências aponta em direção aos verbos de ação é o presente da citação (100%). Nesse caso, o presente do indicativo é empregado fundamentalmente com o objetivo de remeter à fala de outro autor ou personagem, o que se faz por meio de verbos que indicam ação, como *dizer*, *afirmar*, *mostrar*, etc.

Em resumo: embora, no âmbito geral, os grupos dos valores semânticos possam, por causa de suas características gerais, apontar para um determinado rumo com relação à seleção dos tipos de verbo que serão representados pelo presente do indicativo, os dados demonstraram que o valor semântico em si exerce influência determinante no que respeita a tal escolha.

5.5.4 Os valores semânticos do presente do indicativo e as seqüências textuais

Num primeiro momento, objetivávamos descobrir qual seria o fator preponderante para o emprego do presente do indicativo: os gêneros discursivos ou as seqüências textuais?

No entanto, ao procedermos ao levantamento estatístico das ocorrências de presente do indicativo no *corpus*, deparamo-nos com o seguinte contratempo: em todos os gêneros discursivos em que havia predominância de ocorrências de presente do indicativo, havia também o predomínio de dois tipos de seqüências textuais: a argumentativa e a explicativa, que como se pode verificar na

tabela 18, são as duas seqüências em que se observou o maior número de ocorrências de presente do indicativo.

Tabela 18: Porcentagem de ocorrências de presente do indicativo empregado nas seqüências textuais

Argumentativa	Explicativa	Narrativa	D. fática	D. Trans.	Descritiva	Injuntiva	Total
593	1.294	259	6	225	2	1	2.380
24,92%	54,37%	10,88%	0,25%	9,46%	0,08%	0,04%	

Transportando tais dados para um gráfico:

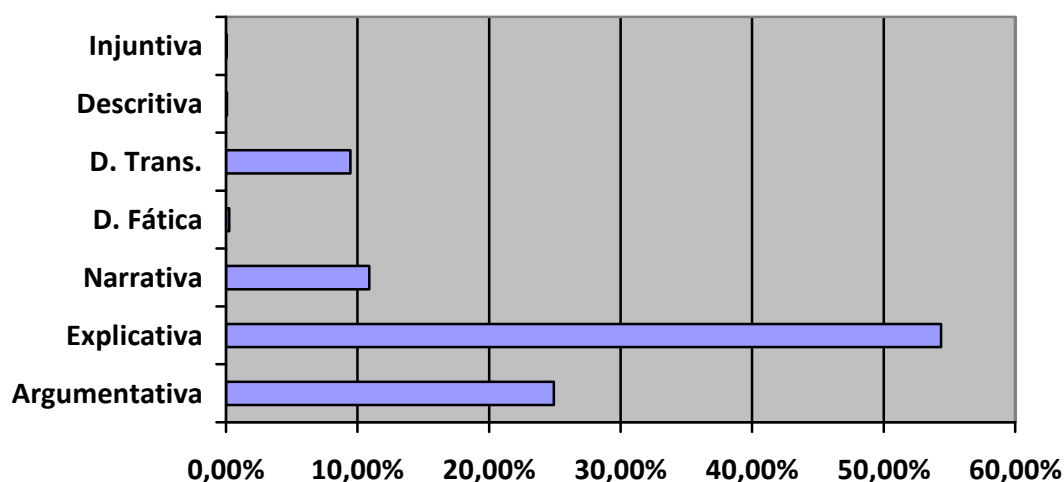


Gráfico 7: Porcentagem de ocorrências de presente do indicativo empregado nas seqüências textuais

Assim, não é possível, pelos dados estatísticos, fazer inferências incisivas sobre qual desses dois fatores é preponderante na seleção do presente do indicativo. No entanto, tendo em vista que os gêneros discursivos não se caracterizam como formas estruturais estáticas e homogêneas, já que são definidos por suas propriedades comunicativas, acreditamos que, na realidade, o que mobiliza

o emprego do presente do indicativo são realmente as seqüências textuais, que correspondem a construções definidas justamente por sua natureza lingüística.

Os editoriais dos jornais *Folha de São Paulo* e *Gazeta Mercantil*, por exemplo, de modo geral, tem por objetivo dirigir a opinião pública, tentando persuadi-la por meio da constatação e análise de acontecimentos diários. Logo, as seqüências que melhor se adaptam a tal intuito obviamente são as explicativas e as argumentativas. Isso, aliás, vem confirmar a tese de Weinrich (1974) de que o presente do indicativo é, por excelência, o tempo verbal do mundo comentado.

As crônicas literárias, por sua vez, grosso modo, têm por finalidade relatar um fato comum do nosso dia-a-dia. Assim, as seqüências com as quais elas mantêm maior afinidade são as narrativas e as dialogais. E justamente por tal motivo, o índice de ocorrências de presente do indicativo foi muito baixo em relação aos demais tempos verbais empregados nesse gênero discursivo, como se pode verificar na tabela 4 (18,48% em TE 10; 3,39% em TE 11; 22,09% em TE 12). E deve-se salientar aqui que todas as ocorrências de presente do indicativo nesse gênero foram empregadas em sua grande maioria nas seqüências dialogais.

Ainda com relação às seqüências textuais, pode-se observar, por meio do levantamento estatístico apresentado na tabela 19, que alguns valores semânticos são mais compatíveis com determinadas seqüências textuais do que outros.

Tabela 19: Número de ocorrências de cada valor semântico empregado com cada uma das seqüências textuais

	Argumentativa	Explicativa	Narrativa	D. Fática	D. Trans.	Descritiva	Injuntiva	Total
PDuC	227	310	0	4	132	0	0	673
	33,73%	46,06%	0%	0,60%	19,61%	0%	0%	
PHiP	3	6	5	0	1	0	0	15
	20%	40%	33,33%	0%	6,67%	0%	0%	
PAdv	5	7	0	0	2	0	0	14
	35,71%	50%	0%	0%	14,29%	0%	0%	
PCoA	24	64	0	0	18	0	0	106
	22,64%	60,38%	0%	0%	16,98%	0%	0%	
PFut	2	18	1	0	7	0	0	28
	7,14%	64,29%	3,57%	0%	25%	0%	0%	
POmn	303	702	1	2	54	0	0	1.062
	28,53%	66,10%	0,09%	0,19%	5,09%	0%	0%	
PCen	0	0	6	0	0	0	0	6
	0%	0%	100%	0%	0%	0%	0%	
PCit	2	3	0	0	0	0	0	5
	40%	60%	0%	0%	0%	0%	0%	
PDuD	1	11	0	0	0	0	0	12
	8,33%	91,67%	0%	0%	0%	0%	0%	
PMom	1	12	243	0	0	2	0	258
	0,39%	4,65%	94,19%	0%	0%	0,77%	0%	
PDef	12	21	0	0	0	0	0	33
	36,36%	63,64%	0%	0%	0%	0%	0%	
PDeP	0	13	0	0	0	0	0	13
	0%	100%	0%	0%	0%	0%	0%	
PJor	0	30	0	0	0	0	0	30
	0%	100%	0%	0%	0%	0%	0%	
PIlu	13	58	3	0	0	0	0	74
	17,57%	78,38%	4,05%	0%	0%	0%	0%	
Plmp	0	0	0	0	0	0	1	1
	0%	0%	0%	0%	0%	0%	100%	
PHiD	0	38	0	0	0	0	0	38
	0%	100%	0%	0%	0%	0%	0%	
PCod	0	1	0	0	11	0	0	12
	0%	8,33%	0%	0%	91,67%	0%	0%	

Esses dados revelam que a grande maioria dos valores semânticos está realmente atrelada às seqüências explicativa e argumentativa. No entanto, quatro valores semânticos apontam para outro rumo.

O mais expressivo de todos eles é o presente momentâneo, do qual 94,19% de todas as ocorrências, que totalizaram 258, foram utilizadas em seqüências narrativas, o que se justifica por seu caráter pontual, que, conforme já dito anteriormente, parece adaptar-se melhor aos verbos dinâmicos, que, por sua vez, enquadram-se melhor às seqüências narrativas.

O mesmo tipo de analogia pode-se aplicar ao presente cênico. Todas as ocorrências desse valor semântico ocorreram em seqüências narrativas, o que, a despeito de seu baixo índice de incidência (apenas seis), leva-nos a sustentar sua maior afinidade com esse tipo de seqüência.

No tocante à alta incidência de presente condicional durativo especificamente nas seqüências dialogais transacionais (91,67%), ou seja, nas perguntas, parece-nos que a construção em que ele encontra-se inserido se mostra adequada ao objetivo de inquirir o interlocutor acerca de seus hábitos cotidianos, que são desconhecidos do indagador:

(75) Doc. e quando você é obrigada a comer fora de casa onde é que você **vai**? (Inquérito nº 235 – Projeto NURC/SP)

Finalizando, resta-nos falar somente sobre o presente imperativo, que foi utilizado apenas uma vez no *corpus*. Obviamente, não seria possível estabelecer nenhuma relação entre ele e a seqüência em que ele apareceu partindo de tal ocorrência. No entanto, tendo em vista o principal objetivo da seqüência injuntiva, que é de levar alguém a fazer algo, parece-nos evidente haver uma relação

intrínseca entre esse valor semântico e a referida seqüência, o que, aliás, já foi dito na seção em que se discorreu sobre os gêneros discursivos e os tipos textuais.

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

No decorrer de nossa explanação em torno da visão que se apresenta pelos manuais de gramática normativa sobre o emprego do presente do indicativo na língua portuguesa, pudemos demonstrar a fragilidade subjacente a muitas de suas descrições, tanto no que concerne à própria concepção de algumas classificações quanto à exemplificação utilizada para embasar suas lições, o que vem ratificar a necessidade de se empreender estudos sobre esse tema.

Por meio da análise de dados verificou-se, por exemplo, que a idéia recorrente de que o presente do indicativo é um tempo verbal que serve basicamente para exprimir um evento que ocorre simultaneamente ao momento da enunciação está equivocada. Embora tal aceção realmente esteja contida no valor semântico do presente momentâneo, pudemos constatar que esse tipo de ocorrência parece se empregar em contextos muito específicos e bastante limitados, o que implica dizer que se trata de um dos valores semânticos menos produtivos do presente do indicativo.

Diferentemente do que ocorre com o presente durativo contínuo e o presente omnitemporal, que, além de terem apresentado o maior número significativo de ocorrências, figuram praticamente na maioria dos gêneros discursivos aqui analisados, o que, a nosso ver, parece sugerir uma natureza basicamente imperfectiva e atemporal para o presente do indicativo.

Saliente-se ainda que o *corpus* apresentou muitos outros valores semânticos além daqueles elencados pelos manuais de gramática normativa, e até mesmo pelos lingüistas. Foram classificados dezessete tipos de ocorrências, em contraposição aos oito geralmente veiculados por tais manuais. Essa disparidade

decorre da atitude de tais manuais de conceber a língua como um fato homogêneo e estático, o que, conseqüentemente, limita seus horizontes de abordagem, uma vez que eles se fecham em si mesmos, ignorando a variedade de circunstâncias comunicativas que norteiam os fazeres sociais.

Os lingüistas aqui estudados, por outro lado, embora não concebam a língua como um sistema autônomo, alheio aos condicionamentos sociais, pecam ao se aterem à análise de ocorrências que, a nosso ver, parecem ter sido retiradas de manuais de gramática normativa, o que, de certo modo, compromete o seu exame, já que tais ocorrências estão descontextualizadas.

No que se refere à formalização do presente do indicativo a partir dos três momentos propostos do Reichenbach (1947), constatou-se que a simultaneidade existente entre o MF, o MR e o ME estende-se apenas a alguns de seus valores semânticos.

Vimos que, no caso do presente futuro, o MR é posterior ao MF. E sendo o ME simultâneo ao MR, nesse caso, podemos dizer que o ME é posterior ao MF. Com relação aos dois casos de presente histórico, observou-se que o MR é anterior ao MF; o mesmo se constatando em relação ao ME, que é simultâneo ao MR nessa circunstância. Isso nos leva a três representações formais para o presente do indicativo no português, e não a uma, como proposto por Corôa (1985):

MF , MR , ME

MF – MR , ME

ME , MR – MF

Não se pode esquecer ainda que há casos em que a temporalidade sequer se manifesta, o que não nos permite proceder a uma formalização nos termos propostos por Reichenbach (1947).

Em nosso entendimento, em sua tentativa de atribuir uma interpretação única ao morfema modo-temporal do presente do indicativo, Corôa (1985) acaba por abarcar apenas uma parte de realidade que envolve esse tempo verbal. E o que se viu é que a forma verbal em si não pode, de forma independente, dar conta das variadas significações relacionadas ao tempo, ao aspecto e ao modo decorrentes do emprego do presente do indicativo em diferentes contextos de uso, uma vez que a participação de outros elementos lingüísticos concorre para a expressão desses significados. Isso significa dizer que não há como propor uma descrição semântica de nenhum tempo verbal, ainda que formal, sem considerar as suas diversas circunstâncias de uso.

A despeito de não se ter conseguido demonstrar por meio de um levantamento estatístico que são as seqüências textuais e não os gêneros discursivos que favorecem o emprego do presente do indicativo, acreditamos que não se possa negar tal caráter àquelas, que, como já dito, compõem um universo restrito a poucas realizações, e, por isso, são mais suscetíveis à estabilização de suas propriedades lingüísticas.

Ao assumirmos tal posicionamento, e levando em conta que as seqüências textuais em que predominou o emprego do presente do indicativo foram as explicativas e as argumentativas, somos levados a reconhecer que estas são as seqüências propícias à utilização do presente do indicativo, o que é bastante plausível, ainda mais se nos atentarmos para o fato de que esse tempo verbal

corresponde justamente ao principal tempo do mundo comentado (WEINRICH, 1974).

Se, por um lado, os gêneros discursivos parecem não ser o fator condicionante do emprego do presente do indicativo, por outro, eles demonstraram inequivocamente ser determinantes na seleção dos valores semânticos que o compõem. Isso fica bastante evidente quando se tomam como exemplos os editoriais do jornal *Gazeta Mercantil*, os artigos científicos e as narrações de futebol. Em cada um desses gêneros, vê-se nitidamente a preferência por um determinado valor semântico, conforme indica a tabela 15: no primeiro, há predominância de presente durativo contínuo (85,71%); no segundo, de presente omnitemporal (81,94%); no terceiro, de presente momentâneo (82,26%).

Como já dito anteriormente, os gêneros discursivos se constituem basicamente em função de suas finalidades comunicativas, sendo, portanto, sócio-pragmaticamente condicionados. Ora, sendo o foco do editorial de um jornal especializado em economia os fatos cotidianos circunscritos ao momento histórico que se está vivendo, nada mais natural que haja predomínio de um valor semântico a cuja acepção está atrelada uma concepção de tempo à qual se pode estabelecer limites, como é o caso do presente durativo contínuo. O mesmo se pode dizer dos artigos científicos, que, ao propagarem resultados de pesquisa, buscam atribuir-lhe um caráter de verdade eterna; logo, o valor semântico que melhor se afina com tal objetivo é o presente omnitemporal. Às narrações de futebol, por sua vez, não se pode deixar de vincular uma idéia de momentaneidade, decorrente da própria natureza fugaz que lhe é inerente, o que, por si só, justifica sua preferência pelo presente momentâneo.

Relativamente à vinculação do presente do indicativo aos verbos de estado, conforme demonstrado em nossa pesquisa de mestrado, verificamos que, na realidade, o fator condicionante da relação que se estabelece entre esse tempo verbal e os tipos de verbo não está assentado necessariamente no tempo verbal em si. O levantamento estatístico sinalizou que os valores semânticos, apesar do baixo índice de ocorrência de alguns deles, são preponderantes na relação desse tempo verbal com os tipos de verbo. Para se confirmar isso, basta apenas comparar dois valores semânticos com alto índice de ocorrências: o presente durativo contínuo e o presente momentâneo. O primeiro apresentou uma porcentagem de ocorrências com verbos estativos de 74,89 % (tabela 17), ao passo que o segundo apresentou um alto índice de ocorrências com verbos dinâmicos: 94,57 % (tabela 17).

Isso, de certo modo, decorre da própria natureza de cada valor semântico, o que se pode constatar nos próprios casos em questão. O caráter de continuidade contido na acepção do presente durativo contínuo harmoniza-se mais com os verbos de estado, já que estes possuem em seu cerne um traço de estabilidade, de constância. O presente momentâneo, por outro lado, por causa de sua natureza perfectiva, apresenta um vínculo mais íntimo com verbos que implicam dinamicidade, tendo em vista que estes pressupõem necessariamente movimento, mudança.

Finalizando, gostaríamos de frisar que, embora nosso *corpus* tenha se constituído por um número diversificado de gêneros discursivos, deve-se lembrar que o estudo semântico-discursivo sobre o presente do indicativo por nós empreendido não se esgota aqui. Primeiramente, por conta da infinitude de que se constitui o universo dos gêneros discursivos, que, a nosso ver, podem ainda render muitos frutos. Além disso, alguns dos valores semânticos analisados se mostraram

pouco produtivos no *corpus* sob análise, de modo que realmente se faz necessário um aprofundamento em torno de sua utilização. É o que fica sugerido aqui àqueles que se interessarem pelo tema.

7 REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ABREU, A. S. **Gramática mínima**: para o domínio da língua padrão. Cotia, SP: Ateliê Editorial, 2003.

ADAM, J. M. **Les textes**: types et prototypes. Lausanne: Nathan, 1992.

ANDREWES, W. J. H. Uma crônica do registro do tempo. **Scientific American Brasil** – Paradoxos do tempo. edição especial nº 21, 2007.

ASKIN, I. F. **O problema do tempo**: sua interpretação filosófica. Tradução de Joel Silveira. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1969. (Série Rumos da Cultura Moderna, volume 33)

AUSTIN, J. L. **Quando dizer é fazer – palavras e ações**. Porto Alegre, Artes Médicas, 1990.

BAKHTIN, M. **Estética da criação verbal**. Introdução e tradução do russo: Paulo Bezerra; prefácio à edição francesa: Tzvetan Todorov. 4ª ed. São Paulo: Martins Fontes, 2003. (Coleção biblioteca universal)

BALDO, M. V. C.; CRAVO, A. M.; HADDAD JR., H. Máscaras do tempo. **Scientific American Brasil** – Amazônia, 2006.

BALEEIRO, M. I. A. **O futuro do presente do português culto falado em São Paulo**. 1988. Dissertação (Mestrado em Linguística) – Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 1988.

BASTOS, L. K. **Coesão e coerência em narrativas escolares**. São Paulo: Martins Fontes, 2001. (Texto e linguagem).

BECHARA, E. **Moderna gramática portuguesa**. 37ª ed. Rio de Janeiro: Lucerna. 2001.

BENVENISTE, E. **Problemas de lingüística geral II**. Tradução de Eduardo Guimarães *et al.*; revisão técnica da tradução: Eduardo Guimarães. São Paulo: Pontes, 1989.

BONINI, A. A noção de sequência textual na análise pragmático-textual de Jean-Michel Adam. In: MEURER, J. L.; BONINI, A.; MOTTA-ROTH, D. (orgs.). **Gêneros**: teorias, métodos, debates. São Paulo: Parábola Editorial, 2005. (Lingua[gem], nº 14)

BORBA, F. S. **Uma gramática de valências para o português**. São Paulo: Ática, 1996.

BORBA, F. S. *et al.* **Dicionário de usos do português do Brasil**. São Paulo: Ática, 2002.

BRAIT, B. (org.). **Bakhtin**: conceitos-chave. São Paulo: Contexto, 2005.

BRANDÃO, C. **Sintaxe clássica portuguesa**. Belo Horizonte: Imprensa da Universidade de Minas Gerais, 1963. (Publicação nº 294 – Edição do autor)

BRONCKART, J. P. **Atividades de linguagem, textos e discursos**: por um interacionismo sócio-discursivo. São Paulo: Editora da PUC/SP, 1999.

CAMPOS, O. G. L. A. S.; RODRIGUES, A. R. A flexão verbal modo-temporal no português culto do Brasil: sufixos e auxiliares. In: CASTILHO, A. T. (org.). **Gramática do português falado**. 3ª ed., Campinas, SP: Editora da UNICAMP, 2002, v. 3 (As abordagens)

CARVALHO, A. C.; PUZZO, M. B. Textos opinativos: uma questão de gênero. **Revista de Ciências Humanas**, Taubaté, v. 9, n. 2, p. 155-160, 2003.

CARVALHO, L. U. **Os tempos verbais e as atitudes comunicativas**. 1980, 84 f. Dissertação (Mestrado em Letras) – Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 1980.

CASTILHO, A. T. de. **Introdução ao estudo do aspecto verbal na língua portuguesa**. Marília, Faculdade de Filosófica, Ciências e Letras, 1968. (Coleção de Teses, 6)

_____. No texto e na oração: o presente do indicativo. **Actas Del VII Congreso**, Asociación de Lingüística y Filología de America Latina (Alfal), Homenaje a Pedro Henriquez Ureña, Tomo I, Santo Domingo, República Dominicana, 1984. p. 389-404.

_____. **A língua falada no ensino de português**. São Paulo: Contexto, 2002. (Coleção caminhos da lingüística).

CASTILHO, A. T. de; PRETI, D. (Org.) **A linguagem falada culta na cidade de São Paulo**, vol. II – Diálogos entre dois informantes. São Paulo: T. A. Queiroz/EDUSP, 1987, p. 9-10.

CASTRO, V. S. **Os tempos verbais da narrativa oral**. 1980, 160 f. Dissertação (Mestrado em Lingüística) – Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 1980.

CEGALLA, D. P. **Novíssima gramática da língua portuguesa**. 41ª ed. São Paulo: Editora Nacional, 1998.

CHAFE, W.; DANIELEWICZ, J. Properties of speaking and written language. In: HOROWITZ, Rosalind; SAMUELS, S. Jay (eds). **Comprehending oral and written language**. New York: Academic Press, 1987, p. 83-113.

CHIQUELLO, M. **Breve história da medida do tempo**. São Paulo: Scipione, 1996. (Ponto de Apoio)

COMRIE, B. **Tense**. U.S.A.: Cambridge University Press, 1990.

CORÔA, M. L. M. S. **O tempo nos verbos do português**: uma introdução à sua interpretação semântica. Brasília: Thesaurus, 1985.

COSTA, S. B. B. **O aspecto em português**. 3ª ed. São Paulo: Contexto, 2002. (Repensando a Língua Portuguesa)

CUNHA, C.; CINTRA, L. **Nova gramática do português contemporâneo**. 3ª ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2001.

DAVIES, P. Esse fluxo maravilhoso. **Scientific American Brasil** – Paradoxos do tempo. edição especial nº 21, 2007.

DIONÍSIO, A. P. Análise da conversação. In: MUSSALIM, F.; BENTES, A. C. (Org.) **Introdução à lingüística: domínios e fronteiras**. São Paulo: Cortez, v. 2, 2001. p. 69-99.

DIONÍSIO, A. P. MACHADO, A. R.; BEZERRA, M. A. (orgs.). **Gêneros textuais e ensino**. 4ª ed. Rio de Janeiro: Lucerna, 2005.

EZZELL, C. Tempo e cultura. **Scientific American Brasil** – Paradoxos do tempo. edição especial nº 21, 2007.

FARACO, C. E.; MOURA, F. M. de. **Gramática**. 11ª ed. São Paulo: Editora Ática, 1998.

FATORI, M. J. **O emprego do presente do indicativo em entrevistas com enfoque no passado**. 106 f. Dissertação (Mestrado em Lingüística e Língua Portuguesa) – Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho, Araraquara, 2006.

FÁVERO, L. L. **Coesão e coerência textuais**. 9ª ed. São Paulo: Ática, 2002. (Série princípios, 206).

FÁVERO, L. L.; ANDRADE, M. L. C. V. O.; AQUINO, Z. G. O. **Oralidade e escrita: perspectivas para o ensino de língua materna**. 2ª ed. São Paulo: Cortez, 2000.

FÁVERO, L. L.; KOCH, I. G. V. **Lingüística textual: introdução**. 2ª ed. São Paulo: Cortez, 1988. (Série gramática portuguesa na pesquisa e no ensino, nº 9)

FERREIRA, M. **Aprender e praticar gramática: teoria, sínteses das unidades, atividades práticas, exercícios de vestibulares: 2º grau**. São Paulo: FTD, 1992.

FIORIN, J. L. **As astúcias da enunciação**. 2ª ed. São Paulo: Ática, 1999.

_____. Pragmática. In: FIORIN, J. L. (Org.) **Introdução à lingüística II: princípios de análise**. São Paulo: Contexto, 2003. p. 161-185.

FLORES, V. do N.; SILVA, S.; LICHTENBERG, S.; WEIGERT, T. **Enunciação e gramática**. São Paulo: Contexto, 2008.

HAWKING, S. W. **Uma breve história do tempo: do Big Bang aos buracos negros**. Tradução de Maria Helena Torres. Rio de Janeiro: Rocco, 2000.

GIBBS, W. W. A última palavra em relógios. **Scientific American Brasil – Paradoxos do tempo**. edição especial nº 21, 2007.

GOFFMAN, E. **Interaction ritual**: essaies on face-to-face behavior. New York: Garden City, 1967.

GUILLAUME, G. **Temps et verbe**: théorie des aspects, des modes et des temps. Paris: Librairie Honoré Champion, 1968.

IGNÁCIO, S. E. **Análise sintática em três dimensões**: uma proposta pedagógica. São Paulo: Editora Ribeirão Gráfica, 2002.

ILARI, R. **A expressão do tempo em português**. 2ª ed. São Paulo: Contexto, 2001. (Repensando a língua portuguesa).

IMBS, P. **L'emploi des temps verbaux em français moderne**. Paris: Librairie C. Klincksieck, 1960.

INFANTE, U. **Curso de gramática aplicada aos textos**. 5ª ed. (3ª impressão) São Paulo: Editora Scipione, 1999.

KOCH, I. V. **A coesão textual**. 15ª ed. São Paulo: Contexto, 2001. (Repensando a língua portuguesa).

_____. **Argumentação e linguagem**. 8ª ed. São Paulo: Cortez, 2002.

_____. **A inter-ação pela linguagem**. 8ª ed. São Paulo: Contexto, 2003.

_____. **Desvendando os segredos do texto**. 2ª ed. São Paulo: Cortez, 2003.

LABOV, W. e WALETZKY, J. Narrative analysis: oral versions of personal experience. In: JELM, J. (ed.) **Essays on the verbal and visual arts**. Seattle, University of Washington Press, 1967, p. 13-51.

LEECH, G. **Principles of pragmatics**. London: Longman, 1983.

LEPSCHY, G. C. **A lingüística estrutural**. Tradução de Nites Therezinha Feres; revisão de Alice Myiashiro e Mary Amazonas Leite de Barros. São Paulo: Perspectiva – Editora da USP, 1971.

LIMA, R. **Gramática normativa da língua portuguesa**. 39ª ed. Rio de Janeiro: José Olympio, 2000.

LONGO, B. N. O. **A auxiliaridade e a expressão do tempo em português**. 238 f. Tese (Doutorado em Letras) – Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho, Araraquara, 1990.

LYONS, J. **Introdução à lingüística teórica**. Tradução de Rosa Virgínia Mattos e Silva e Hélio Pimentel; revisão e supervisão: Isaac Nicolau Salum. São Paulo: Editora Nacional – Editora da Universidade de São Paulo, 1979.]

MACHADO, A. R. A perspectiva interacionista sociodiscursiva de Bronckart. In: MEURER, J. L.; BONINI, A.; MOTTA-ROTH, D. (orgs.). **Gêneros**: teorias, métodos, debates. São Paulo: Parábola Editorial, 2005. (Lingua[gem], nº 14)

MARCUSCHI, L. A. **Da fala para a escrita**: atividades de retextualização. São Paulo: Cortez, 2001.

_____. **Análise da conversação**. 5ª ed. São Paulo: Ática, 2003. (Série princípios, 82).

_____. Gêneros textuais: definição e funcionalidade. In: DIONISIO, A. P. MACHADO, A. R.; BEZERRA, M. A. (orgs.). **Gêneros textuais e ensino**. 4ª ed. Rio de Janeiro: Lucerna, 2005.

MARTELOTTA, M. E. (org.). **Manual de lingüística**. São Paulo: Contexto, 2008.

MATEUS, M. H. M. *et alii*. **Gramática da língua portuguesa**. 5ª edição, revista e ampliada. Lisboa: Editorial Caminho, 2003.

MELO, G. C. de. **Gramática fundamental da língua portuguesa**. Rio de Janeiro: Livraria Acadêmica, 1968.

MESQUITA, R. M. **Gramática da língua portuguesa**. 8ª ed. São Paulo: Editora Saraiva, 1999.

MEURER, J. L.; MOTTA-ROTH, D. (orgs.). **Gêneros textuais e práticas discursivas**: subsídios para o ensino da linguagem. Bauru, SP: EDUSC, 2002.

MUSSALIM, F.; BENTES, A. C. (orgs.). **Introdução à lingüística**: domínios e fronteiras, volume 1. São Paulo: Cortez, 2001.

_____. **Introdução à lingüística**: fundamentos epistemológicos, volume 3. 3ª ed. São Paulo: Cortez, 2007.

NEVES, M. H. de M. **Texto e gramática**. São Paulo: Contexto, 2006.

_____. **A gramática funcional**. São Paulo: Martins Fontes, 1997. (Texto e Linguagem)

_____. *Uma visão geral da gramática funcional*. In: **Alfa**, 38: 109-127, 1994.

NUNES, B. **O tempo na narrativa**. 2ª ed. São Paulo: Ática, 2000. (Série Fundamentos, 31).

PASCHOALIN, M. A. **Gramática**: teoria e exercícios. São Paulo: FTD, 1989.

PEREIRA, A. P. **O presente do indicativo na língua falada**. 1995, 76 f. Dissertação (Mestrado em Letras) – Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho, Araraquara, 1995.

PONTES, E. **Espaço e tempo na língua portuguesa**. Campinas, SP: Pontes, 1992.

PRETI, D. (Org.) **Análise de textos orais**. 4ª ed. São Paulo: Humanitas Publicações FFLCH/USP, 1999. (Projetos paralelos: v. 1).

REICHENBACH, H. The tenses of verbs. In: _____. **Elements of symbolic logic**. New York: The Macmillan Company, 1947. p. 287-298.

RENÉ, D.; FRIED, V. (orgs.). **Functionalism in linguistics**. Amsterdam/Philadelphia: John Benjamins Publishing Company, 1987.

RICOEUR, P. *et alii*. **As culturas e o tempo**: estudos reunidos pela Unesco. Tradução de Gentil Tilton, Orlando dos Reis e Ephraim Ferreira Alves. Petrópolis: Vozes; São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 1975.

RODRIGUES, R. H. Os gêneros do discurso na perspectiva dialógica da linguagem: a abordagem de Bakhtin. In: MEURER, J. L.; BONINI, A.; MOTTA-ROTH, D. (orgs.). **Gêneros**: teorias, métodos, debates. São Paulo: Parábola Editorial, 2005. (Lingua[gem], nº 14)

SACCONI, L. A. **Nossa gramática**: teoria. 9ª ed. São Paulo: Atual Editora, 1989.

SAID ALI, M. **Gramática secundária da língua portuguesa**. 8ª ed. São Paulo: Melhoramentos, 1969.

SANTO AGOSTINHO. **Confissões**. São Paulo: Nova Cultural, 1999. (Coleção Os Pensadores).

SANTOS, A. J. O tempo e o aspecto verbal no indicativo em português. **Littera**, nº 10, 1974, p. 55-74.

SANTOS, M. D. A. **O presente do indicativo: forma, significado e função**. 71 f. Dissertação (Mestrado em Letras) – Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, 2007.

SILVA, A. **A expressão da futuridade no português falado**. Araraquara: UNESP, FCL, Laboratório Editorial; São Paulo: Cultura Acadêmica Editora, 2002.

SILVA, V. L. P. Forma e função nos gêneros de discurso. **Alfa**, 41: 79-98, 1997.

SOUZA, J. A. de. **Tipologia de traços lingüísticos de textos do português do Brasil dos séculos XVI, XVII e XVIII**: uma proposta para a classificação automática de gêneros textuais. Dissertação (Mestrado em Lingüística) – Universidade Federal de São Carlos, São Carlos, 2010.

STIX, G. Tempo real. **Scientific American Brasil** – Paradoxos do tempo. Edição especial nº 21, 2007.

TERRA, E. **Curso prático de gramática**. São Paulo: Editora Scipione, 1996.

TRAVAGLIA, L. C. **Um estudo textual-discursivo do verbo no português do Brasil**. 1991, 330 f. Tese (Doutorado em Ciências) – Universidade Estadual de Campinas, 1991.

WEEDWOOD, B. **História concisa da Lingüística**. Tradução de Marcos Bagno. São Paulo: Parábola Editorial, 2002.

WEINRICH, H. **Estructura y función de los tiempos en el lenguaje**. Madrid: Editorial Gredos, 1974.